



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LUANA MOURA QUADROS

“FARINHA POUCA, MEU PIRÃO PRIMEIRO”

Carestia na Bahia Republicana (1937-1945)

Salvador

2016

LUANA MOURA QUADROS

“FARINHA POUCA, MEU PIRÃO PRIMEIRO”

Carestia na Bahia Republicana (1937-1945)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lina Maria Brandão de Aras

Salvador

2016

Q1 Quadros, Luana Moura
“Farinha pouca, meu pirão primeiro” carestia na Bahia Republicana (1937-1945) /
Luana Moura Quadros. – 2016.
145f.: il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lina Maria Brandão de Aras
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia
e Ciências Humanas, Salvador, 2016.

1. Brasil – História – Estado Novo, 1937-1945. 2. Economia social.
3. Brasil – Abastecimento de alimentos – História. I. Aras, Lina Maria Brandão de.
II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

CDD: 981

ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO		MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Luana Moura Quadros		214121674	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO			
"FARINHA POUCA, MEU PIRÃO PRIMEIRO". Carestia na Bahia Republicana (1937-1945)			
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF	
Lina Maria Brandão de Aras (FFCH-UFBA-Orientadora)	<i>Lina Maria Brandão de Aras</i>	254145425-20	
Antonio Fernando Guerreiro de Freitas (UFBA)	<i>Antonio Fernando Guerreiro de Freitas</i>	091359707-97	
Celeste Maria Pacheco de Andrade (UNEB)	<i>Celeste Maria Pacheco de Andrade</i>	087.476.875-68	

ATA

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezesseis nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por **Luana Moura Quadros**, mestranda do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora Lina Maria Brandão de Aras, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra a autora, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas da examinanda. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu pela aprovação da aluna. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

O trabalho atende aos requisitos de uma dissertação de mestrado. A obra preenche uma lacuna na historiografia, constituindo-se em uma narrativa frutuosa e bem articulada. //

SSA, 27/09/2016: Assinatura da aluna: *Luana Moura Quadros*

SSA, 27/09/2016: Assinatura da orientadora:

Lina Maria Brandão de Aras

LUANA MOURA QUADROS

“FARINHA POUCA, MEU PIRÃO PRIMEIRO”:

Carestia na Bahia Republicana (1937-1945)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em 27 de setembro de 2016.

Lina Maria Brandão de Aras – Orientadora _____

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo

Universidade Federal da Bahia

Antônio Fernando Guerreiro Moreira de Freitas _____

Doutor em História pela Université Paris-Sorbonne, Paris IV, França

Universidade Federal da Bahia

Celeste Maria Pacheco de Andrade _____

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Universidade do Estado da Bahia

*Dedico este trabalho aos meus pais,
Lourdes e Salvador, fonte de toda
força, apoio e amor.*

AGRADECIMENTOS

Escrever é uma tarefa árdua e, na maioria das vezes, solitária. Além da companhia do computador e de uma porção de livros, algumas pessoas são essenciais no desdobramento desta dissertação. Agradeço a Deus, a quem tantas vezes pedi que me desse coragem e perseverança para que eu pudesse levar o barco adiante. Sei que foi a intercessão de Nossa Senhora, que fez com que eu me acalmasse em alguns momentos.

Meus pais, a quem eu dedico este trabalho. Eu agradeço por todo o incentivo, toda a preocupação e todo o apoio. Para o universo do conhecimento de vocês, o mestrado era algo que parecia escabroso, mas que com jeito eu ia aproximando realidades da pesquisa com situações cotidianas para que vocês pudessem compreender. E não é que compreenderam?! Obrigada por serem pais acolhedores, que apostam nos meus sonhos e que sonham comigo! Juntamente com os meus pais, não poderia deixar de agradecer a Caio, agora meu esposo, com quem compartilho além do amor, as dúvidas e as inquietações acadêmicas.

De forma muito especial, não tenho palavras para agradecer a orientação da professora Lina Aras, mais que orientadora, é uma “oriamiga”! Obrigada pela dedicação, pelos incentivos e pela confiança. Nestes anos além de confissões de uma orientanda, ela ouviu as confissões de uma noiva!

Aos membros da banca examinadora, professor Antônio Guerreiro, é uma imensa satisfação poder compartilhar estas ideias com você. Que bom que fui agraciada de poder lhe escutar nas aulas, ouvir suas histórias e suas contribuições para o meu trabalho. As considerações firmes de Celeste Pacheco, sem dúvida, possibilitaram o amadurecimento desta dissertação.

À minha família que sempre pergunta “E os estudos, como estão?”. Vocês são parte de tudo isso! Para meu avô Vavá, um dia riram dele, quando disse que ia ter uma filha professora. Pois agora fique satisfeitíssimo com sua neta! À minha avó, fonte de inesgotável amor e carinho, obrigada por cada palavra de carinho!

Ao longo da pesquisa e do mestrado encontrei muitas pessoas que contribuíram de modo especial e significativo. São elas: Jamille Oliveira, com todo sua docilidade, Danielle Ramos, Rosângela Figueiredo, Alexandre Bonfim e Moisés Sebastião. Agradeço a vocês toda a troca de experiências, as conversas jogadas foras, as risadas e a amizade!

Igualmente importantes, aos funcionários da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, do Arquivo Público da Bahia e do Arquivo Histórico Municipal de Salvador fica o meu agradecimento pela presteza e atenção.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela bolsa de pesquisa concedida nestes dois anos.

Gostaria de frisar que com o tempo é que vamos dando conta do quanto as histórias, estórias e causos de família vão ficando enraizados na nossa memória. E talvez parte deste trabalho seja muito disso. Lembro-me que meu avô José Antônio de Quadro, no auge de sua velhice ranzinza (e também do seu egoísmo), dizia umas pérolas à mesa, a exemplo do “farinha pouca, meu pirão primeiro”. Ele já se foi, mas deixou histórias (hoje) engraçadíssimas e um fardo de lembranças. Não é à toa que o título deste trabalho se inspira nele.

Por último, mas não menos importante, agradeço a um serzinho que se tivesse a capacidade de falar e processar tudo que ouviu nestes anos, poderia falar deste trabalho em meu lugar. Chay, meu amor de quatro patas, que a cada explanação que eu fazia da escrita, balança o rabo suavemente com leves piscadelas! É muito amor mesmo!!

RESUMO

Uma das expressões do cotidiano de Salvador nos anos trinta do século XX era a carestia de vida, que incidia diretamente sobre os gêneros de primeira necessidade, principalmente, nos alimentos básicos do consumo da população como carne verde, farinha, charque, feijão, pão, banha, bacalhau e café. As dificuldades de sobrevivência que se acentuavam com a elevação dos preços propiciavam uma atmosfera de tensão entre a população e comerciantes, que levavam as acusações de especuladores e gananciosos. Em 1937, com o golpe do Estado Novo, a carestia de vida ganhava contornos diferentes não só pela nova conformação política, mas pelas formas de intervenção na política econômica que visavam o controle do abastecimento. Para controlar os ânimos de revoltosos em potencial, em 1938 Getúlio Vargas definira os crimes contra a economia popular, impondo aos transgressores julgamento pelo Tribunal de Segurança Nacional. Com a guerra decretada às potências do Eixo em 1942, aumentava-se a vigilância sobre a produção de gêneros agropecuários e sua circulação, mas na contrapartida acentuava-se o clima de tensão e os preços disparavam. Uma confluência de fatores que caracteriza as condições de sobrevivência da população da capital baiana no período de 1937 a 1945.

Palavras-chave: Carestia, Estado Novo, abastecimento, economia popular.

ABSTRACT

One of the expressions of the daily day in Salvador in the 30s was the life high cost that occurred directly over the foodstuff of first necessity, mainly, in the basics food of population such as green meat, farina, charque, beans, bread, banha, codfish and coffee. The surviving difficulties that become worst due to prices increases propitiates a tension ambience among the people and traders, that took the accusations of speculators and greed. In 1937, with the Estado Novo coup, the life high cost got new different shapes not only for the new political conformation, but for the shapes of intervention in the economic politics that aims the supplies control. To control the moods of revolteds in potential, in 1938 Getúlio Vargas established the crimes against the popular economy, imposing judgement to the offenders by the Tribunal de Segurança Nacional. With the war decreted to the Eixo powers in 1942, the vigilance in the agro foodstuff increased and its circulation, but due that, the tension ambience got worse and the prices ran up. A confluence of factors that characterize the conditions of surviving of the population of the bahian capital in the period of 1937 to 1945.

Key-words: High cost, Estado Novo, supply, popular economy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01	Crescimento demográfico de Salvador (1890-1950)	31
Figura 01	Cidade do Salvador - Ocupação do espaço em 1957	33
Gráfico 02	Atividades principais desempenhadas pela população (1940 e 1950)	34
Figura 02	A Tarde “A carne verde continua sendo um pesadelo para a cidade”	55
Figura 03	A Tarde “Querosene ilumina a casa do pobre” / 56	
Figura 04	Mapa de áreas pastoris do Estado da Bahia definido pelo Decreto-Lei nº 743 de 1946	63
Gráfico 03	Índice do custo de vida no Brasil entre 1930 a 1950 (1930 = 100)	77
Gráfico 04	Salário médio em Cr\$ de um trabalhador na indústria de transformação 1939 a 1945 (1939 – salário nominal = salário real)	79
Gráfico 05	Custo da alimentação nos municípios de Salvador, Recife e Rio de Janeiro – 1940 a 1944 (1935=100)	80
Gráfico 06	Preço da farinha de mandioca em Cr\$ - 1933 a 1944	81
Gráfico 07	Preço do charque em Cr\$ - 1933 a 1944	82
Gráfico 08	Preço da carne verde em Cr\$ - 1933 a 1944	82
Gráfico 09	Preço da banha em Cr\$ - 1933 a 1944	83
Gráfico 10	Preço do bacalhau em Cr\$ - 1936 a 1942	83
Gráfico 11	Preço do feijão em Cr\$ - 1933 a 1944	84
Gráfico 12	Preço do café em Cr\$ - 1933 a 1944	85
Gráfico 13	Preços do pão em Cr\$ - 1936 a 1944	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Despesas semanais na casa do operário Izidoro Souza relacionadas à alimentação (Dezembro de 1941)	84
Tabela 02	Importação de farinha de trigo na Bahia (1937 a 1941)	93

LISTA DE ABREVIATURAS

AHMS – Arquivo Histórico Municipal de Salvador

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia

BPEB – Biblioteca Pública do Estado da Bahia

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social

TSN – Tribunal de Segurança Nacional

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
CAPÍTULO 1	24
A VIDA PELA “HORA DA MORTE”: COTIDIANO DE SALVADOR EM TEMPOS DE CARESTIA	24
1.1 ENTRE RUAS, BECOS E VIELAS: O CHÃO SOCIAL DA CARESTIA	26
1.2 CARESTIA E TENSÕES POLÍTICAS: O CASO DO JORNAL <i>A TARDE</i>	46
CAPÍTULO 2	60
OS CAMINHOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS DO ABASTECIMENTO	60
2.1 ATÉ CHEGAR À MESA DO POVO	60
2.2 OS PREÇOS NO MERCADO DE SALVADOR	76
2.3 A POLÍTICA DO ABASTECIMENTO E O CONTROLE DA CARESTIA	88
2.3.1 A instituição do Pão Misto	94
2.3.3 A Coordenação de Mobilização Econômica	99
CAPÍTULO 3	105
O MERCADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS: UMA ARENA DE DISPUTAS .105	
3.1 OS CRIMES CONTRA A ECONOMIA POPULAR	105
3.2 O COMPORTAMENTO POPULAR DIANTE DA CARESTIA.....	110
3.3 CONSUMIDORES E COMERCIANTES NA DEFESA DO “PÃO NOSSO DE CADA DIA”	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
LISTA DE FONTES	138
REFERÊNCIAS.....	141
ANEXOS	146

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Às 18 horas do dia 25 de Fevereiro do corrente ano, Almerinda Souza, voltando da fonte de São Caetano, chegou á sua residência, á rua 2 de Fevereiro (Perú), e, verificando que a sua filha de nome Maria de Lourdes havia comido certa porção de carne e feijão deixada por ela Almerinda em uma panela, com isso se encolerizou e, agarrando a referida Maria, mergulhou as mãos desta em água quente, existente em uma panela. A acusada também declara que, aborrecida com a vida ingrata que leva e também em virtude da sua referida filha mostrar verdadeira teimosia em vir “apanhando” comida, apesar de ser sempre castigada por isso.¹

Retirado de um relatório de queixa policial de 1942, o fragmento acima parece demonstrar como as dificuldades de reprodução da vida material ocasionavam um cotidiano de “vida ingrata”. As incertezas quanto à sobrevivência foi uma característica do início dos anos quarenta em Salvador que provocaram disputas, conflitos e tensões entre os sujeitos. Fosse no âmbito da vida privada ou pública, conforme as oportunidades, valia o ditado que os antigos diziam: “farinha pouca, meu pirão primeiro”. Foi assim que a filha de Almerinda agira ao comer a porção de carne e feijão, sem deixar para sua mãe.

Propor, no momento atual, um estudo que tenha como objetivo investigar as inquietações sociais frente à carestia de gêneros alimentícios num tempo passado é, de certo modo, colocar em prática a história-problema. Os questionamentos, construídos em torno da elevação de preços, são endossados pelas problematizações realizadas diante da situação vivida durante estes últimos anos quanto à elevação de preços de gêneros de primeira necessidade. Esse contexto produz um caráter de atualidade do tema a ser discutido, bem como as formas como as pessoas reagem cotidianamente, seja substituindo alguns gêneros na mesa, ou se posicionando contra a elevação dos mesmos.

Desse modo, mais do que apresentar uma revisão historiográfica, procurando preencher lacunas no âmbito de fontes ou dos aportes teóricos, pretende-se compreender a sociedade de Salvador que viveu a carestia entre 1937 a 1945, percebendo que, de algum modo, este objetivo se liga aos meus questionamentos como sujeita do meu tempo. Visto que, como enunciou Michel de Certeau², a pesquisa historiográfica está ligada ao seu lugar de produção socioeconômico, político e cultural.

¹ APEB. Fundo Republicano. Secretaria de Segurança Pública. Caixa 6475, maço: 03.

² CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In. LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre.(dir.) *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p.18.

Debruço-me inicialmente nos anos trinta, sob o governo de Getúlio Vargas, quando a elevação do custo de vida já era reclamada na capital baiana. Os gêneros de primeira necessidade, sobretudo os alimentos, foram os que mais impactaram no dia-a-dia dos indivíduos, fazendo florescer o sentimento da insegurança e do medo da fome. Estes sentimentos se agravavam diante das sucessivas ondas de transformações no espaço da cidade que ditavam novas estéticas urbanas e regras de sociabilidade. Obras como alargamento, calçamento e aberturas de vias, visavam otimizar a circulação dos automóveis, assim como a inauguração de cafés e cinemas, como símbolo de tempos modernos, inseriram diferentes dinâmicas na forma como os sujeitos se relacionavam com o espaço.

Entretanto, era a valorização do solo urbano, decorrente das remodelações destes espaços, que faziam com que a população que sobrevivia com poucos recursos tivesse cada vez menos alternativas de moradia que fossem compatíveis com os rendimentos que recebiam. Muitos se viram à mercê de altíssimos aluguéis ou de moradias precárias como os cortiços, espaços insalubres, que denunciavam o estado de miséria que viviam. Com isso, os aumentos de preços dos alimentos coadunaram com o aumento de preços das moradias e com a falta de assistência sanitária, formando um quadro de condições-limites de sobrevivência ou de “vida ingrata” como se referiu Almerinda Souza em depoimento na polícia.³

Com a imposição do Estado Novo em 1937, as questões sociais pululavam e necessitavam de medidas urgentes para que se evitasse uma onda de revoltosos. A carestia de vida passou a ser alvo de crescentes intervenções do Estado, que buscava acautelar as insatisfações que o aumento do custo de vida gerava. Abrandar as dissonâncias e inquietações estava na lógica de funcionamento do Estado Novo, pois era preciso formular uma imagem de Brasil nação onde permeasse a atmosfera do equilíbrio social. As medidas intervencionistas realizadas para combater a carestia, assim como as medidas de intervenção nos mundos do trabalho, consistiam em reconhecer as distinções socioeconômicas existentes, mas sem fomentar a luta de classes, instituindo a cooperação entre elas. Desejava o Estado camuflar as disputas e forjar o apaziguamento entre as camadas da sociedade, para assim obter legitimidade para governar.⁴

Para controlar a carestia neste contexto de busca de equilíbrio social era necessário impor medidas que possibilitassem o apaziguamento das disputas existentes nas práticas

³ Esta tríade (alimentação, moradia e saúde) também é apresentada por: SANTOS, Mario Augusto Silva. *A República do Povo: sobrevivência e tensão*. Salvador 1890-1930. Salvador: EDUFBA, 2001, p. 7-9.

⁴ Toda a formação ideológica do Estado Novo é apresentada pelo então Ministro da Justiça Francisco Campos em: CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Disponível em: <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Francisco%20Campos-1.pdf>. Acesso em: 16 mai 2016.

comerciais. O aparelhamento coercitivo e orgânico possibilitou que a carestia fosse tratada como um problema grave que, ao afetar as camadas menos favorecidas economicamente da sociedade, transformava os sujeitos em revoltosos em potencial. Assim, eram necessárias duas frentes de intervenção: primeiro, impor sanções para quem agisse de forma a prejudicar a economia das famílias que sobreviviam com poucos recursos, e depois, manter os sujeitos que sofriam com o aumento do custo de vida sob olhos vigilantes, evitando quaisquer manifestações que transgredissem a ordem pública.

Com a guerra desencadeada na Europa em 1939, a tendência era que os mecanismos de fiscalização e controle se tornassem mais incisivos, haja vista o país ter sofrido grande carestia entre os anos da Primeira Guerra (1914-1918).⁵ Mas em 1942, quando o Brasil declarou guerra às potências do Eixo, em virtude dos torpedeamentos de navios na costa brasileira, é que se tem a montagem de um aparelhamento ainda mais interventor na economia, para que possibilitasse o extremo controle sobre as produções, importações e exportações e circulação de gêneros pelo país. No entanto, é neste contexto em que era preciso preparar a população para a beligerância da guerra, que os gêneros alimentícios atingem as maiores elevações de preços e o viver torna-se pela hora da morte.

Para dimensionar o impacto que a carestia teve no cotidiano dos sujeitos nessa época, é importante definir o que se entende por carestia, visto que, ao que parece, nos dias atuais a expressão tenha entrado um pouco em desuso. Talvez a sua melhor compreensão seja a partir de outro conceito: o de crise, como “um momento de ruptura no funcionamento de um sistema”⁶. Para o filósofo Norberto Bobbio, as crises de carestia se dão quando “o sistema não consegue extrair de dentro de si mesmo ou do ambiente, recursos suficientes para seu funcionamento”.⁷ Assim, a análise da carestia perpassa por entendê-la como uma crise na qual os mecanismos de controle do abastecimento já não funcionam mais.

Apontar as possíveis causas para essa crise é perscrutar a relação entre produção, circulação e consumo. Neste sentido, nos anos 1970, surgiram as primeiras abordagens que se debruçavam sobre a temática complexa do abastecimento interno. Maria Yedda Linhares e Francisco Teixeira da Silva se voltaram para o estudo da história agrária do Brasil, procurando delinear e compreender a formação do mercado interno no país, enquanto que a maioria das abordagens sobre o abastecimento naquele momento se dedicavam à monocultura

⁵ CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1976a, p. 203.

⁶ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Vol 1. 11 ed. Brasília: Editora UNB, 1998, p. 305.

⁷ Idem.

de exportação⁸. Para os autores, a grande complexidade do estudo sobre o abastecimento, principalmente a partir do século XX, está na multiplicidade de outras temáticas que lhe perpassa como as questões relativas à demografia, urbanização, movimentos populares, transportes e preços. Daí, afirmarem que “permanecerá incompleta qualquer história do abastecimento que não se ocupe com o social, com a própria estrutura social”⁹, e que por isso são fundamentais os dados demográficos, censitários e a ocupação da população, bem como os estudos de cunho regional, uma vez que cada região desenvolveu estruturas peculiares para abastecer-se.

Analisando o abastecimento da cidade do Salvador, o aspecto regional destacado por Linhares e Silva pode ser visto em “Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX” de Kátia Mattoso, onde a autora busca conectar aspectos demográficos e da vida social com o abastecimento, analisando a produção, a circulação e o mercado de gêneros alimentícios, bem como o custo do viver, relacionando os preços e os salários. Através de análise minuciosa de séries documentais de inventários *post mortem* e registros contábeis, a terceira parte do livro enfoca a compreensão da formação do mercado de Salvador, o que era importado e exportado, quem eram os negociantes, os preços e os salários da população. Certamente, esse é o ponto alto do trabalho que apresenta aspectos socioeconômicos quantitativos e qualitativos de Salvador no século XIX.¹⁰

Os trabalhos citados estão no bojo dos primeiros passos na produção historiográfica brasileira sobre o tema do abastecimento. Ainda que se realçasse a importância de compreender as dinâmicas sociais diante das elevações de preços, são estudos em que as estruturas econômicas e sociais se sobrepõem à história da dinâmica cotidiana dos sujeitos, o que era uma característica da historiografia da época. Nos anos 1980, as pesquisas que se debruçaram sobre o tema do abastecimento e os momentos de carestia procura não só compreender essas estruturas, como também se ocupam da análise dos os comportamentos humanos diante da vida cara. Perceber as atitudes, as sensações e comportamento foi impulsionado tanto pela historiografia francesa que lançara nos anos 1970 a tríade da Nova História (objetos, problemas e abordagens)¹¹, como também pela influência dos estudos da

⁸ LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História política do abastecimento* (1918-1974). Brasília: BINAGRI, 1979.

⁹ *Ibid.*, p. 18.

¹⁰ MATTOSO, Katia M de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

¹¹ Sobre as renovações da Terceira Geração dos Annales, Cf.: BURKE, Peter. *A escola dos Annales* (1929-1989): A revolução francesa da historiografia. 2 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

História Social Inglesa, que entre seus maiores nomes estavam Eric Hobsbawm e Edward Palmer Thompson¹².

No seio dessas renovações e desse novo olhar voltado para os sujeitos, Eduardo Silva publicou em 1988 “As queixas do povo”, no qual a partir de uma coluna de um jornal do Rio de Janeiro destinada à exposição das insatisfações populares, ele faz uma tentativa de ouvir o discurso “da maioria silenciosa, as tão desprezadas – tanto na política quanto na historiografia – massas desorganizadas”¹³. Seu trabalho preocupa-se com as estruturas econômicas e sociais da capital da República no alvorecer do século XX, contudo, seu foco é sobre as experiências dos sujeitos que vivenciaram cotidianos de transformações urbanas. A coluna do jornal era uma forma da população transmitir insatisfações diante de pequenas ou grandes questões vividas. Era um meio em que o conjunto de depoimentos proporcionava entre os indivíduos uma noção de coletividade, de reconhecimento de si e do outro.

Silva, neste trabalho, seguiu as pegadas de E. P. Thompson. A categoria de análise da experiência tomada como a maneira em que as pessoas “experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos”¹⁴, é o que proporciona que nas colunas se perceba uma consciência, que é capaz de elaborar uma política moral dos pobres. Concebendo a existência de consciência nas queixas, Silva afirma que os sujeitos revoltosos ou em potencial, “mesmo quando submetidos à miséria mais abjeta, são guiados por alguma ideia de legitimidade, acreditam estar com sua luta”¹⁵ e, por isso, seus reclamos atingem um consenso na comunidade.

Como se vê, nos anos 1980 os trabalhos dos historiadores ingleses sobre os trabalhadores, suas condições de vida e suas lutas começavam a reverberar na historiografia brasileira. Sobre a Bahia, nesta época a tese de doutorado de Mário Augusto da Silva Santos, defendida na Universidade de São Paulo em 1982 sob o título “Sobrevivência e Tensões Social: Salvador (1890-1930)”¹⁶, apresenta também a mudança da perspectiva de uma história que mostrava a sociedade através de números e cifras, sem dar-lhes voz, para a compreensão do cotidiano destas massas de trabalhadores até então silenciadas.

¹² Sobre as renovações apresentadas pela historiografia inglesa, Cf.: THOMPSON, E.P. As peculiaridades dos ingleses. In: NEGRO, A. L. e SILVA, S. (orgs.); E. P. Thompson. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2012.

¹³ SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 27.

¹⁴ THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 182.

¹⁵ SILVA, Op. Cit., p. 32.

¹⁶ Tese que deu origem ao livro. Cf: SANTOS, Mario Augusto Silva. *A República do Povo: sobrevivência e tensão. Salvador 1890-1930*. Salvador: EDUFBA, 2001.

Ao focar nas crises de abastecimento e nos momentos de carestia vivenciados no período, o autor buscou ir além das interpretações que associam diretamente a fome com manifestações sociais. Ao analisar as greves na Primeira República, ele observou que no rol das reivindicações estava não só o amortecimento da carestia, como também melhores condições de trabalho, moradia e saúde. Para Santos:

Nos protestos contra o custo da alimentação se projetava de forma direta o anseio mais imediato de largos setores da população – a garantia da subsistência. [...] Não se trata de adotar aqui uma posição economicista e enxergar o primado do econômico nas reações coletivas. [...] A própria carestia, em seus momentos agudos, podia exacerbar a cólera social, contra todas as formas de opressão que se pesavam sobre as classes dominadas. Fatores outros, como a conjuntura política, também agiam no mesmo sentido.¹⁷

Apesar do seu trabalho não apresentar diálogos com E.P. Thompson (até porque há de se analisar o momento de recepção de suas obras no Brasil), o autor converge com as ideias apresentadas por historiadores britânicos como Eric Hobsbawm, criticando a visão espasmódica da história popular, ou seja, aquela que afirma que os sujeitos reagem apenas por conta de estímulos econômicos ou pela fome. Os estudos empreendidos por Santos, observaram as ações do povo engajadas numa causa comum, que reclamavam por direitos que iam além da subsistência. Para ele, o povo de Salvador não assistiu atônito e bestializado os feitos republicanos, parafraseando Aristides Lobo. Pelo contrário, assumiram a cena histórica e mostraram com nitidez e coesão seus anseios por uma vida melhor.

Posicionamento semelhante, em estudo sobre momentos de carestia em Salvador, também está presente em “Populismo e Carestia” de Mirian Tereza Guerreiro de Freitas, dissertação de mestrado em Ciências Sociais em 1985. Ainda que o foco central de suas discussões não fossem os movimentos sociais contra a alta dos preços, ela os considerou como o fio condutor para abordar as políticas governamentais de combate à carestia no segundo governo de Vargas entre 1951 a 1954. Sua compreensão também é distanciada da visão espasmódica e percebe que as queixas e os protestos “não decorriam apenas de elevações de preço ou fome, nem deviam ser vistos como esporádicos ou apolíticos, mas resultaram de uma complexidade de motivações dos revoltosos”¹⁸.

¹⁷ SANTOS, Mario Augusto da Silva., Op. Cit., p. 147.

¹⁸ FREITAS, Mirian Tereza M. G. de. *Populismo e carestia (1951-1954)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Salvador: FFCH/UFBA, 1985, p. 110.

Na historiografia baiana que versa sobre questões que entrecruzam abastecimento, carestia e manifestações sociais é emblemático o artigo de João José Reis e Márcia Gabriela d'Aguiar intitulado “Carne sem osso e farinha sem caroço”: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia”. Ao analisarem o motim propriamente dito, cujo estopim foi a alta da farinha, os autores percebem que “o consumidor se acostumara — e costume é central à economia moral — a ter acesso a este produto e daí seu descontentamento quando a escassez, agravada pela especulação, se estabelecia”¹⁹. No entanto, por si só, apenas a elevação de preço não justificava a ação dos revoltosos. Ela era um estímulo, mas que por detrás havia “uma rede complexa de comportamentos, necessidades, interesses e desejos”²⁰ que se constituíam no dia-a-dia dos indivíduos em suas vivências. Assim, o motim não se explica por si só. É necessário compreender o universo em que os revoltosos vivem, suas condições de vida, seus anseios e suas insatisfações.

Mais recente, é a tese de José Ricardo Moreno intitulada “Açambarcadores e famélicos: fome, carestia, e conflitos, em Salvador (1858 a 1878)” em que o autor analisa os conflitos existentes entre comerciantes e consumidores em um período de transição para uma economia de acumulação. Para o autor, permeia pelos conflitos uma complexa trama que é o próprio conceito de transição, visto por ele como “a consideração de um estado em que o novo se apresenta, porém o velho não apenas existe, mas existe de maneira ainda hegemônica.”²¹ Assim, estava em jogo uma economia de mercado, em que comerciantes o manipulavam para forçar a alta de preços, e uma economia arraigada na intervenção do poder público para assegurar os gêneros básicos à subsistência. Nesta trama cheia de clivagens se expressavam os conflitos sociais do período.

A partir das perspectivas apresentadas por estes estudos, compreende-se que as crises de abastecimento que por vezes deflagram momentos de carestia com insatisfações sociais vêm, ao longo dos anos, sendo examinadas considerando não só o fator econômico como o ponto central de análise. Juntamente à estrutura e à conjuntura econômica, agrega-se a necessidade de análise dos sujeitos, seja na sua coletividade, seja na sua ação enquanto indivíduo, que sempre é parte de um coletivo. Os estudos destacados, inspirados em E. P. Thompson, trazem as noções de experiência e cultura como guia das ações sociais, sem deixar escapar o contexto político específico em que se debruçam. Alguns autores, como Silva e Reis

¹⁹ REIS, João José; AGUIAR, Márcia Gabriela. “Carne sem osso e farinha sem caroço”: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. *Revista de História*, São Paulo/ USP, n. 135, p. 154, 1996.

²⁰ *Ibid*, p. 158.

²¹ MORENO, José Ricardo. *Açambarcadores e famélicos: fome, carestia e conflitos, em Salvador (1858 a 1878)*. Tese de Doutorado e História. Rio de Janeiro: UFF, 2015, p. 13.

desenvolvem suas análises imbuídos pelo que seria uma política moral dos pobres, fazendo referência ao que Thompson chamou de economia moral para a Inglaterra do século XVIII. Ou seja, eles percebem que há ideias apaixonadamente defendidas quanto ao que a população, que sobrevivia com poucos recursos, entendia por justiça, práticas legítimas e bem-estar comum, e na qual deveria haver espécies de obrigações do Estado que assegurassem o acesso destes indivíduos aos gêneros de primeira necessidade.

Seguindo este caminho e baseado em um conjunto diversificado de fontes (literatura, jornais, correspondências, relatórios, legislação, policiais e jurídicas como processos-crime e habeas-corpus) é que se procura compreender como a população de Salvador vivenciou os momentos de agruras decorrentes da carestia de vida durante o Estado Novo. Para entender a política moral das camadas de trabalhadores, que viviam em condições-limites de sobrevivência, é preciso primeiro afirmar que essa política se desenvolve conforme a experiência de classe dos sujeitos.

Trazendo a ideia de Thompson sobre classe, desenvolvida em vários de seus escritos, primeiro se tem que classe é uma relação²². Para ele, que segue a tradição marxista, ao longo do tempo as pessoas se tornam conscientes de suas relações – conscientes porque se unem, se separam, se reconhecem ou entram em conflito. Dessa maneira, a classe não se forma apenas pelo fator econômico ou pela consciência da situação de dominação, mas pelo fator cultural, porque existem experiências comuns entre as pessoas que, dentro da coletividade, representam uma espécie de fio condutor capaz de articulá-las. As experiências comuns que se herdaram ou partilham são responsáveis pela constituição de valores, sentimentos e ideias. Se a identificação do “ser social” se faz mediante a classe, a “consciência social” se faz mediante às experiências.²³

Partindo das noções de classe e experiência, pode-se dizer que a política moral dos pobres faz parte do conjunto de ideias e valores compartilhadas por sujeitos que compartilham experiências. Dessa maneira, ainda que o historiador britânico tenha oferecido pistas fecundas às pesquisas sobre o comportamento popular de revoltosos, o conceito de economia moral, por ele formulado, é específico para a realidade inglesa do século XVIII, sobretudo, uma sociedade baseada em direitos consuetudinários e de relações paternalistas²⁴. No caso da

²² THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 9-10.

²³ THOMPSON, E.P. Folclore, antropologia e História Social. In: NEGRO, A. L. e SILVA, S. (orgs.) *E. P. Thompson. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2012, p. 259-261.

²⁴ THOMPSON, E.P. A economia moral da multidão inglesa do século XVIII. In: THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia da Letras, 2011.

sociedade de Salvador dos anos trinta e quarenta do século XX, é preferível dizer que as noções de justiça e bem-estar comum gestadas pela população que mais se ressentiu com a elevação do custo de vida, é fruto das experiências cotidianas que eles compartilham entre si.

Um quadro de como se constituem essas experiências é apresentado no primeiro capítulo intitulado *A vida pela “hora da morte”: cotidiano em tempos de carestia*, onde se procurou fazer uma análise da cidade do Salvador, compreendendo o chão social da carestia, ou seja, quem eram os sujeitos que mais se ressentiam com os altos preços. Através de dados dos censos demográficos de 1940 e 1950 e da literatura de Jorge Amado em *Suor* (1934) e de Ariovaldo Matos em *Corta-Braço* (1955) se faz um passeio pela cidade, notando-se suas transformações urbanas e se faz um mergulho no íntimo da convivência familiar e no trabalho de indivíduos que sobreviviam com poucos recursos. Os romances são utilizados como fonte, como testemunho histórico capazes de fornecer percepções sobre a cidade e representações do real. Para Sidney Chalhoub, as relações entre História e Literatura são possíveis, e para isso:

Em suma, é preciso desnudar o rei, tomar a literatura sem reverências, sem reducionismos estéticos, dessacralizá-la, submetê-la ao interrogatório sistemático que é uma obrigação do nosso ofício. Para historiadores a literatura é, enfim, testemunho histórico.²⁵

Para desnudar o rei, utilizou-se duas categorias organizadoras cunhadas por Raymond Williams: uma a consciência do real do escritor, enquanto toda multiplicidade de percepções e vivências no seu cotidiano, e outra a consciência do possível, sendo uma visão deste mesmo cotidiano recortada e lapidada de acordo com a coerência do grupo social ao qual ele pertence.²⁶

Ainda neste capítulo, como parte inseparável do cotidiano da cidade, se buscou entender como a carestia é reverberada pelo jornal *A Tarde*, que à época já era um dos maiores da capital. A partir de cerca de seiscentos recortes de jornal, nota-se como este órgão da imprensa se institui no meio social, disseminando opiniões, posturas e valores. Com isso, discute-se que o destaque dado ao problema da carestia foi feito com duas motivações centrais. Uma delas é, de fato, haver um aumento sucessivo de preços dos gêneros de primeira necessidade. A outra questão que se impõe é o *A Tarde*, contumaz opositor do governo de Getúlio Vargas antes do golpe do Estado Novo, trazer o assunto como pano de fundo de

²⁵ CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *A História Contada*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 7.

²⁶ WILLIAMS, Raymond. *Literatura e sociologia: em memória a Lucien Goldmann*. In: WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

disputas políticas, no sentido de fazer uma oposição velada e sub-reptícia em tempos de censura.

O segundo capítulo é intitulado “*Os caminhos econômicos e políticos do abastecimento*”. Dividido em três seções, a primeira destina-se à análise da economia baiana voltada para o abastecimento interno, perpassando pela produção, pela circulação e pelo consumo de gêneros alimentícios na Bahia. A partir de fontes da Secretaria de Agricultura do Arquivo Público da Bahia como correspondências, relatórios e decretos-leis buscou-se construir um mapa da produção agropecuária da Bahia na época, bem como compreender os principais focos de obstrução do abastecimento da capital baiana. A segunda seção desse capítulo, tem como objetivo situar o que era a carestia em termos econômicos, frisando o descompasso entre o custo de vida e o salário mínimo. Como antes mesmo da Segunda Guerra (1939-1945) já se reclamava um quadro de carestia, se fez um acompanhamento dos preços de oito gêneros básicos na alimentação (pão, feijão, bacalhau, carne verde, charque, feijão e café), consultados no Anuário Estatístico de 1940 a 1945 do IBGE e de jornais, analisando as curvas de crescimento de cada um. Daí se observa o momento em que, de fato, se tem uma situação de vida cara. Já a terceira seção, discute as políticas voltadas para assegurar o abastecimento. Para isso, considerou-se necessária a discussão da formação ideológica e organizacional do Estado Novo, para analisar as medidas tomadas a fim de conter os preços e evitar a escassez, sobretudo após a declaração de guerra do Brasil às potências do Eixo em 1942.

O terceiro capítulo, intitulado “O mercado de gêneros alimentícios: uma arena de disputas em Salvador” analisa o modo das camadas populares defenderem seus direitos de acesso à alimentação por preços justos nesse período. Inicialmente, analisa o Decreto-lei nº 869 de 1938, que definia os crimes contra a economia popular, sua guarda e seu emprego, que se tornou o principal canal institucional entre o povo e o governo para expressar suas reclamações, haja vista o regime de exceção do momento. A partir de queixas apresentadas em jornais e documentos policiais, discute também o comportamento popular diante da carestia, ou seja, as maneiras encontradas pelos sujeitos para lutar ou declararem suas insatisfações.

A última seção desse capítulo tem seu foco nas disputas entre comerciantes e consumidores, uma vez que enquanto uns procuravam auferir maiores lucros através de infrações, outros procuravam resgatar a moralidade das práticas comerciais. Com o uso de fontes oriundas das incursões de fiscais da Prefeitura Municipal para verificar transgressões cometidas, juntamente com processos-crime e habeas-corpus do Tribunal de Segurança

Nacional (que julgava os crimes contra a segurança nacional e contra a economia popular) se buscou a relação entre lei, justiça e a política moral concebida pela população.

Por fim, são apresentados alguns resultados alcançados pela pesquisa.

CAPÍTULO 1

A VIDA PELA “HORA DA MORTE”: COTIDIANO DE SALVADOR EM TEMPOS DE CARESTIA

Jorge Amado (1912-2001) e Ariovaldo Matos (1926-1988), ao escreverem, respectivamente *Suor* (1934) e *Corta-Braço* (1955), retrataram aspectos da vida cotidiana das classes populares em Salvador. Escritas em momentos distintos, tais narrativas retratam momentos em que a crise econômica e a modernização urbana apresentam conflitos de interesses e valores para os sujeitos pobres, os quais vivenciavam as necessidades de moradia e alimentação com grande dificuldade, haja vista o quadro da carestia vigente.

Os romances trazem a imagem de uma cidade marcada pelas dificuldades da subsistência cotidiana, que são asseveradas pelas obras e hábitos modernizadores em voga. Era a cidade que os sujeitos viviam à mercê da alta de preços de gêneros de primeira necessidade, altos aluguéis, baixa remuneração e desemprego, um conjunto de fatores a confluir em condições-limites de sobrevivência, nas quais a proliferação dos cortiços tornou-se símbolo da miséria urbana.²⁷ Todos que ali habitavam, viviam as incertezas da conquista do pão de cada dia e da permanência sob um teto a cada cobrança de aluguel.

A narrativa de *Suor* é um destes exemplos. Passando-se num sobrado situado na Ladeira do Pelourinho, Centro Histórico de Salvador, a narrativa é permeada de luta pela sobrevivência. São sujeitos diversos e de origens distintas que guardam entre si as experiências das más condições de moradia, alimentação, trabalho e saúde. Lutam contra os donos dos quartos, dos quais eles são inquilinos, em relação às condições e aos sucessivos aumentos de aluguéis. Moram em um sobrado insalubre, considerado um mundo fétido.

Em sua trama Jorge Amado denuncia estas questões e põe em cheque os ditames da higienização presente nos discursos urbanísticos da época que procurava adentrar, inclusive nos espaços privados. Entretanto, não deixa de apontar o quanto as práticas higienistas foram além da ideia da salubridade e afetou o cotidiano dos sujeitos ao transitarem por uma cidade que passou a arrefrescar os olhos para comportamentos e atitudes considerados incivilizados.

²⁷ Os cortiços, aos olhos das elites, reuniam pessoas cujas virtudes do gosto pelo trabalho e pela acumulação cediam espaço para a prática dos vícios e da ociosidade. Nestes lugares encontravam-se indivíduos pobres, que apenas por esta condição, já eram associados por aqueles como um perigo em potencial. Desse modo, sanear o espaço urbano não era apenas uma ação com preocupações de ordem técnica, mas de ordem moral a fim de conter as ações destas chamadas classes perigosas. Cf.: CHALHOUB, Sidney. *A cidade febril*. Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 20-29.

Corta-Braço é outro romance que evidencia o cotidiano de sujeitos das camadas populares em torno das lutas por moradia. O romance foi baseado a partir das reportagens realizadas por Ariovaldo Matos, enquanto jornalista do O Momento, jornal ligado ao Partido Comunista na Bahia, e narra o processo de invasão de terras nas proximidades do bairro da Liberdade em Salvador. As terras invadidas onde se construiu o Corta-Braço (nome dado àquela vila de moradores pobres) pertenciam ao italiano Aníbal Motecano.

Além destas terras que teriam sido adquiridas em 1936 e que até meados dos anos quarenta continuavam a serem “terras de engorda” e sem produtividade, o italiano possuía ainda casebres alugados a famílias pobres, que sofriam mensalmente com a pressão do cobrador de aluguel, o personagem Dórea. A humilhação da cobrança dos aluguéis e dos possíveis despejos tem o seu fim vislumbrado quando se começam a chegar nestas terras vários grupos familiares que construíam suas pequenas habitações. Contra as ameaças do italiano que afirmava que expulsaria toda aquela gente de suas terras, estava o Partido Comunista que os apoiava.

A partir dessas narrativas literárias pretende-se identificar qual o chão social daqueles que vivenciam a carestia de modo mais contundente. *Suor* e *Corta-Braço* são tratados como testemunhos históricos, porque são passíveis de serem historicizadas como quaisquer outras fontes. Ao analisar esses romances no processo histórico ao qual estão inseridos e percebendo a sua lógica da construção nos modos como os escritores representam a realidade social, deseja-se escrutinar o fazer-se cotidiano dos sujeitos na construção de estratégias para a sobrevivência na cidade do Salvador. Neste sentido, apropria-se das palavras de Doroty Thompson no prefácio de *Os Românticos* de E. P. Thompson (2002) ao destacar que as expressões literárias não são ilustrações dos movimentos da sociedade, mas parte integrante deles.²⁸

Entretanto, além dos romances, outras versões sobre a carestia foram produzidas entre os anos de 1937 a 1945. A imprensa, principalmente os jornais, construiu formulações dia após dia sobre a carestia. Ao observar o que se veiculava ao longo deste período se notam as subjetividades e intencionalidades que a tornavam fato noticioso constante nas páginas dos jornais.

Analisando as notícias e editoriais do jornal A Tarde que circulava na capital baiana desde 1912, se observa a carestia como um dado cotidiano, mas se percebe que ao se tornar notícia quase que diária, em alguns momentos traz consigo engajamentos e posicionamentos

²⁸ THOMPSON, E.P. *Os Românticos* – A Inglaterra na era revolucionária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 7.

políticos. Estas questões configuram a segunda seção do presente capítulo e pretende analisar não só o fenômeno da alta constante dos preços dos produtos mais necessários à subsistência, como também os jogos políticos existentes na tentativa de desqualificar o governo de Getúlio Vargas, ainda que fossem de modo sub-reptício em virtude da censura imposta no Estado Novo.

1.1 ENTRE RUAS, BECOS E VIELAS: O CHÃO SOCIAL DA CARESTIA

Dentro dos quartos outros quartos se fizeram, com paredes de tábuas nem sempre muito juntas, os buracos tapados por bolos de papel ou de pano. A espanhola que alugara o quarto andar transformara os vinte quartos e três salas em quarenta e nove apartamentos que lhe rendiam bom dinheiro.²⁹

Em carta escrita para Jorge Amado em agosto de 1936, Monteiro Lobato relata a emoção trágica que os livros do literato baiano lhe despertam. Dizia ele: “Difícil seus livros, meu caro Jorge”, porque estes “desgarram de todos os moldes assentes”. Explicitava ainda que eram livros “dolorosamente terríveis porque contam verdade demais. E contam verdade demais porque, como harpa eolea que você é, eles são a própria verdade circulante no ar como ondas e captadas por uma antena potentíssima”.³⁰

O que Monteiro Lobato relata sobre os conteúdos dos livros de Jorge Amado podem ser estendidas à publicação do escritor para a década de 1930, quando seus romances se debruçam principalmente sobre a compreensão da realidade social de Salvador. Dos seis romances publicados nesta década, cinco se reportam a Salvador sendo eles: *O País do Carnaval* (1931), *Suor* (1934), *Jubiabá* (1935), *Mar Morto* (1936) e *Capitães da Areia* (1937), e apenas *Cacau* (1933) se reporta à região Sul da Bahia.

Nas narrativas que trazem a capital baiana como lócus principal do movimento dos personagens de Jorge Amado todas trazem, em algum momento, o retrato da desigualdade social. Todavia é em *Suor* que se desnudam com maior intensidade as dificuldades cotidianas de sujeitos pobres de Salvador. A trama do romance é construída identificando o caráter individual de cada morador daquele sobrado na Ladeira do Pelourinho, mas na relação com os

²⁹ AMADO, Jorge. *Suor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 25.

³⁰ Correspondência de Monteiro Lobato endereçada a Jorge Amado em 23 de agosto de 1936. Documento em exposição na Casa do Rio Vermelho.

outros moradores e nas experiências cotidianas constituídas na coletividade, os personagens ganham a perspectiva de unidade na luta pela sobrevivência.

É verdade que se viam filas de janelas até o quarto andar. Talvez fosse a tinta desbotada que tirasse a impressão de enormidade. Parecia um velho sobrado como os outros, apertado na Ladeira do Pelourinho, colonial, ostentando azulejos raros. Porém era imenso. Quatro andares, um sótão, um cortiço nos fundos, a venda do Fernandes na frente, e atrás do cortiço uma padaria árabe clandestina, cento e dezesseis quartos, mais de seiscentas pessoas. [...] Operários, soldados, árabes de fala arresada, mascates, ladrões, prostitutas, costureiras, carregadores, gente de todas as cores, de todos os lugares, com todos os trajés, enchem o sobrado. [...] De manhã, os homens saíam quase todos. O vozerio das mulheres aumentava. Lavavam roupa. Ruídos de máquinas de costura. A tosse da tuberculosa no sótão. Os homens voltavam à tarde, cansados. A escada os devorava um a um.³¹

Com tamanha riqueza de detalhes que são feitas as descrições do sobrado, Jorge Amado declarou décadas depois da publicação de *Suor*, que este era um romance que contava situações que ele presenciou durante o tempo em que morou em um sobrado do Pelourinho nos anos 1920. Para o escritor, o romance era uma reflexão das condições sociais que vivia a população pobre naquela época³². Mesmo que possua lapsos de situações vividas, *Suor* não deixa de ser uma narrativa ficcional. Para perceber algum princípio de realidade no enredo do romance, é preciso considera-lo enquanto testemunho, e, portanto, o inserir no processo histórico, identificar as possíveis intencionalidades do escritor e estabelecer a relação entre o que é narrado e o que é real.

A partir disso, é salutar a distinção realizada por Lucien Goldmann e apropriada por Raymond Williams sobre a consciência do real e a consciência do possível presente nas narrativas literárias. Esta dissociação apresenta a consciência do real como a realidade vivida no seu modo mais amplo, escapável a qualquer interpretação totalizante; e, a consciência do possível, como a organização da realidade de modo coerente.

Segundo Williams, a construção de uma consciência do possível é criada coletivamente, no qual o objetivo é oferecer um caminho de respostas a uma situação dada. Esta consciência é a visão organizadora do mundo, estabelecida por um grupo, cria uma

³¹ AMADO, Jorge. Op. Cit., p. 10

³² PALAMARTCHUK, Ana Paula. Jorge Amado: um escritor de putas e vagabundos? IN: CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *A História Contada*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 341.

espécie de estrutura de sentidos para a primeira percepção do mundo que se dá como caótica³³.

Desse modo, a apresentação que Jorge Amado faz do prédio, na época em que foi escrito poderia ser considerado, dentro dos limites de sua consciência do real, como a denúncia de uma realidade que conflitava com as remodelações urbanas deste momento. O sobrado amotinado de gente era a aversão da cidade iluminada, dita civilizada³⁴. Ele era um mundo da vivência de sujeitos que ao mesmo tempo em que eram abduzidos por uma avalanche modernizadora, dele eram repelidos, ficando às margens de um processo, mas sofrendo as consequências dele.

Fala-se em avalanche para exprimir as múltiplas dimensões que as transformações urbanas, voltadas para o desenvolvimento da civilização e do sujeito moderno alcançaram. Tanto em Salvador, assim como em outras cidades, o decurso desse eterno “vir a ser” moderno foram baseadas em experiências de tempo, de espaço e de pensamento. Temporal porque tais ideais se modificaram, tendo em cada época um traço marcante. Espacial porque se deu sobre a cidade, materializando projetos sobre a mesma.

Enfim, de pensamento porque procurou engendrar no seio da sociedade novos paradigmas para as relações sujeito-espaço e os comportamentos nos ambientes públicos ou privados.³⁵ Estes tipos de experiências, segundo Berman, levam o ser moderno a estar compelido em ambiguidades, pois no mesmo momento em que é buscada a unidade para se produzir a imagem da cidade radiante, lugar de aventura e progresso, ela desintegra, desfaz para se refazer, indicando sempre a contradição existente entre a norma e a necessidade, o idealizado e o vivido. Assim, enquanto a ideia do que é moderno se transforma, novas estéticas e comportamentos gestados pela elite capitalista se impõem na cidade, procurando desfazer e readequar múltiplas vivências no espaço.³⁶

As transformações urbanas que se operavam em Salvador, como em outras capitais do Brasil, eram ressonâncias de um movimento mais amplo que vinha encontrando respaldo

³³ WILLIAMS, Raymond. *Literatura e Sociologia: em memória a Lucien Goldmann*. In: WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Materialismo*. São Paulo: EDUNESP, 2011, p. 32-33.

³⁴ Segundo Rinaldo Leite, ao tentar compreender o processo de modernização em Salvador durante as reformas do Governo de J.J. Seabra (1912-1916), percebeu que as aspirações das elites com referência à civilização e modernização eram: 1) adoção de atitudes racionalizadas, moralizadas e cultas dos indivíduos; 2) adoção de padrões culturais europeus; 3) reformas que permitissem a implantação de uma nova estética e introdução de modernas tecnologias. Cf.: LEITE, Rinaldo C. *E a Bahia civiliza-se*. Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana. Salvador (1912-1919). Dissertação de mestrado em História Social FFCH/UFBA. Salvador: UFBA, 1996, p. 12-13.

³⁵ BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 14.

³⁶ Idem.

entre as burguesias desde o início do século XX. A década de 1930, ao longo do governo de Getúlio Vargas, viu o movimento de intensa transformação ir à frente como projeto das elites brasileiras e com o objetivo de legitimar o próprio governo, que se impunha, naquele momento, como uma nova política.

Modernizar era a expressão do momento e ia além de formas arquitetônicas e de modos de sociabilidade. Atingia a esfera política no esforço em forjar um novo Brasil, como também um novo homem brasileiro, sendo o trabalho do povo e a coragem do governante as forças essenciais para edificar o país. Tais inquietações sobressaíram com a implantação do Estado Novo, em 1937, e se expressava em órgãos oficiais como na revista *Cultura Política*³⁷, que na ânsia de construir um sentimento nacional único do povo brasileiro, procurou-se esmaecer as distinções sociais tanto em termos regionais, como raciais, para criar uma atmosfera de homogeneidade.³⁸

Seguindo o mesmo compasso da homogeneidade nacional preterida por Vargas, a cultura do ser moderno, expressa na transformação arquitetônica e urbanística, se difundiu no Brasil ao modo do que Michel de Certeau (1994) realçou como as três operacionalizações do projeto urbanístico moderno. Eram elas: a criação de um espaço próprio, no qual a racionalidade fosse capaz de “recalcar todas as poluições físicas, mentais ou políticas que a comprometeriam”; o estabelecimento de um tempo sincrônico “para substituir as resistências inapreensíveis e teimosas tradições”; e a criação do sujeito universal e anônimo que seria a própria cidade.³⁹

Assim como para o Estado Novo era importante criar um conceito de cidadão brasileiro com sentimento nacional único, como forma de propulsar o progresso para o país, a cidade-conceito criada a partir das três operacionalizações citadas por Certeau procurava gerar espaços como invólucros de sujeitos-padrão em anseios e comportamentos. É a cidade vista do alto, e não pelas caminhadas daqueles que a constroem nas suas experiências mais cotidianas: na relação com o espaço e com o outro.

Diante de modelos idealizadores, pode-se dizer que o enredo de *Suor* é o seu reverso. A quimera da cidade de Salvador ideal é observada nas articulações de vários engenheiros baianos na Semana de Urbanismo de 1935. Ocorrido em outubro daquele ano, o que se

³⁷ A Revista *Cultura Política* – Revista Mensal de Estudos Brasileiros foi criada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1941 e circulou até 1945. A revista tinha como objetivo fundamental de divulgar a imagem do novo regime que se instalara em 1937, sendo um meio de promoção da cultura no Estado Novo. Cf.: GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

³⁸ Cf. CAVALCANTI, Lauro. *Modernistas, arquitetura e patrimônio*. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

³⁹ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 173.

propunha era pensar a cidade enquanto um conjunto orgânico para que se efetivasse uma expansão urbana de modo racional e ordenado. O evento, de modo geral, demonstrou os impasses e os caminhos para que a capital baiana atingisse o status de moderna.

Um exemplo é a conferência intitulada “A Cidade errada e a Cidade certa”, por exemplo, o engenheiro José Lourenço Costa afirmou que “o uso do cachimbo põe a boca torta”⁴⁰. Ao longo de sua fala ele afirmou que o desenvolvimento da cidade ao longo do tempo atenta “contra a hygiene, constituindo um fóco de tuberculose; dificulta-lhe o transporte, tornando-se fonte de acidentes; prejudica-lhe a esthetica e sacrifica-lhe o conforto”⁴¹. Ele chega à conclusão de que “a Bahia desenvolveu-se assim: errada completamente errada”⁴².

A cidade que o conferencista atacou é aquela deslindada por Jorge Amado, no qual o cortiço na Ladeira do Pelourinho representa o oposto da correção, sendo é “um mundo fétido, sem hygiene e sem moral, com ratos, palavrões e gente”⁴³. O contíguo prédio era um mundo com experiências cotidianas de luta pela sobrevivência onde não havia condições para a existência de sujeitos-padrões, pois ali todos viviam conforme os poucos rendimentos lhe permitiam. Nem tampouco sobre os aspectos sanitários e de moralidade, o prédio era um espaço que representasse as idealizações urbanas.

Enquanto representação de um mundo, a narrativa de *Suor* possui uma miríade de problemas sociais em cada apresentação de personagem. Por não se tratar de um romance como foco na trajetória de um único sujeito, as características dos personagens não chamam tanta atenção quanto as questões que eles vivem: o trabalho intenso com poucos recursos, as dívidas, o desemprego, a mendicância, as doenças, as depressões e o escapismo. Aí moram sujeitos que deveriam se adequar às regras de sociabilidade da cidade moderna, que queria esconder questões como a existência da mendicância e de moradias insalubres, entretanto, são sujeitos compelidos a um mundo de poucas possibilidades para garantir o sustento básico para a existência de sua vida.

Uma aproximação da consciência do real, que fez Jorge Amado exprimir um mundo de ambiguidades em *Suor*, é expressa nos dados censitários. Após ter tido um crescimento lento nas primeiras décadas do século, sendo a taxa de crescimento populacional entre 1920 e 1940 de 2,4%, a década de quarenta apresentaria uma elevação demográfica considerável.

⁴⁰ COMISSÃO DO PLANO DA CIDADE DO SALVADOR. *Anais da Semana de Urbanismo de 1935*. Salvador, 1937, p. 57.

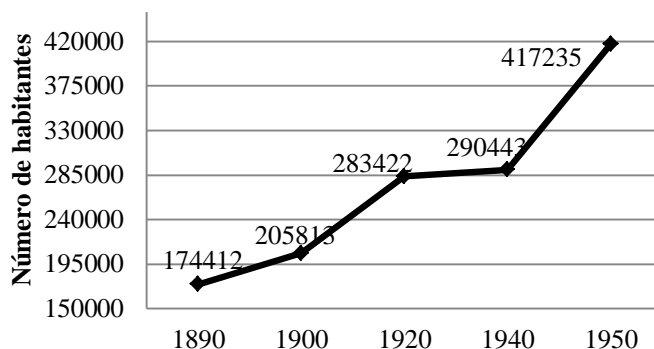
⁴¹ *Ibid*, p. 58.

⁴² *Ibid*, 59.

⁴³ AMADO, Jorge. *Op. Cit*, p. 10.

Num período de dez anos a população de Salvador cresceu 43,6%, passando de 290.443 habitantes em 1940 para a 417.235 em 1950. Como se vê no Gráfico 01:

Gráfico 01 – Crescimento demográfico de Salvador (1890-1950)



Fonte: IBGE (2010)

O crescimento populacional verificado no último decênio apontado no gráfico é compreendido por Milton Santos como consequência da chegada de levas de imigrantes para a capital do estado. Segundo ele, a estabilidade da cultura do cacau no sul da Bahia, sem grandes novas áreas de expansão, afirmou Salvador como a única cidade, dentro da sua própria rede de influências (como o Recôncavo), capaz de absorver essa população que via em migrar uma necessidade intrínseca à própria sobrevivência⁴⁴.

Além disso, é preciso considerar que a maior parte do território do estado está dentro do que foi chamado de polígono das secas, onde predomina o clima semiárido. Neste caso, a falta de chuvas regulares e a baixo índice pluviométrico ocasionam grandes estiagens e mesmo a ocorrência de secas. Foi a conjunção destes fatores que proporcionou na década de trinta uma das maiores secas que a Bahia vivenciou, estimulando o êxodo rural. No entanto, se estes indivíduos migraram para Salvador como ponderou Milton Santos (e o censo não é muito preciso neste movimento), pode-se dizer que a absorção dos imigrantes se dava muito mais por um mundo de possibilidades que representava a capital, ou a “Bahia” como muitos se referiam, do que efetivamente a garantia de um melhor padrão de vida.

Entre expectativas de uma vida mais favorável, muitos imigrantes chegariam a Salvador e enfrentariam problemas de ordens diferentes daqueles do campo, mas que demonstravam precariedade que também havia na capital, sobretudo, para os sujeitos das camadas populares com poucos recursos. Assim, as dificuldades de moradia logo se

⁴⁴ SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 50-51.

impunham e recorrer a habitações como aquela que Jorge Amado retrata na Ladeira do Pelourinho poderia ser uma das primeiras opções.

As condições de chegada dos imigrantes oriundos de regiões castigadas pela seca são tratadas em um dos breves capítulos de *Suor*. Os imigrantes são descritos como “homens amarelos de cara chupada” e “mulheres magras, curvas como velhas”, que aportavam na capital esperando o próximo navio que seguisse para Ilhéus, para trabalharem nas fazendas de cacau. De passagem por Salvador e como ainda demorariam alguns dias até que partissem, uma família procurava um lugar para se abrigar por noventa mil-réis.

Ainda no porto, lhe indicaram falar com Seu Samara, proprietário do cortiço que funcionava dentro do Casarão nº 68. Ele cobrara à família inicialmente quarenta mil-réis pelo pátio de cimento que havia. Entretanto, fechou com os noventa. À céu aberto “os flagelados arriaram as trouxas, desamarraram as esteiras. As redes, que não podiam armar, serviam de cobertor. Bebiam água da torneira, em grandes goles. Deitavam no capim úmido, cobrindo o rosto com o chapéu rústico de palha.”⁴⁵

Ainda que a percepção do escritor seja em relação à transitoriedade de uma família de imigrantes na capital, é importante refletir que muitos chegavam direcionados a permanecerem em Salvador e de certo, as primeiras dificuldades deste recomeço não destoavam. Para o geógrafo Milton Santos, entre 1940 e 1950, 70% do incremento populacional correspondia

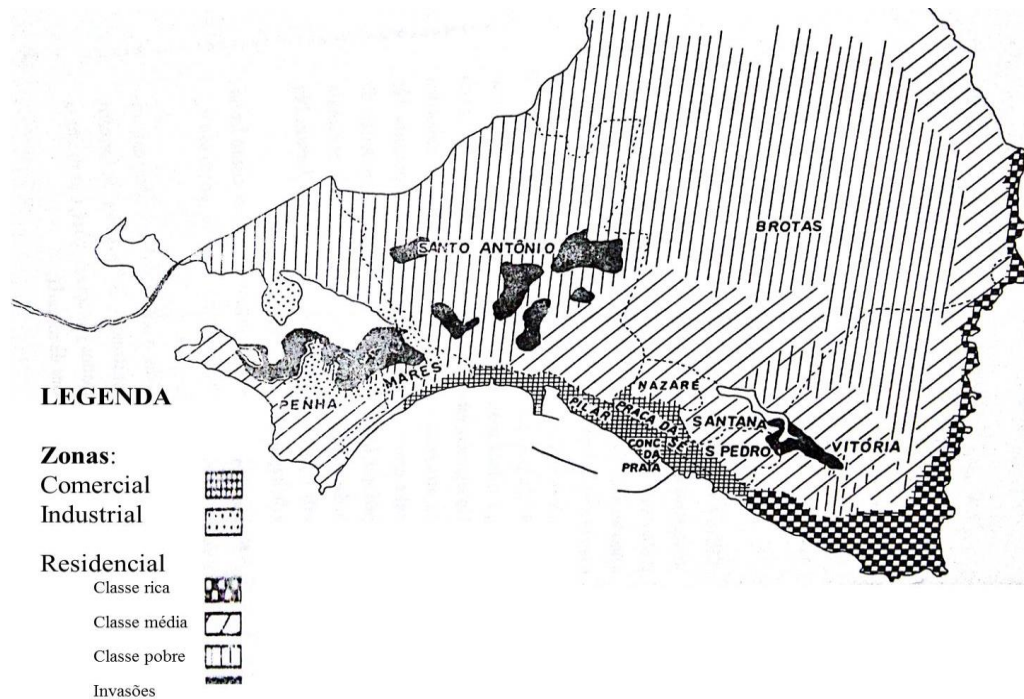
aos imigrantes rurais. Para ele, este dado tornava-se evidente devido à característica da população analisada no último censo que revelaria: o decréscimo da proporção do número de mulheres em relação ao de homens, grande número de pessoas que não liam e nem escreviam, e em relação às ocupações que desempenhavam. Este quadro conformava-se da seguinte maneira: maridos sem profissão definida, meninos com mais de 10 anos que não trabalham e nem vão à escola, a existência de subempregados e a grande quantidade de agregados que vinham aventurar-se na cidade.⁴⁶

Seguindo esta lógica, pode-se dizer que ao confluir fatores como o crescimento populacional com grande percentual de imigrantes rurais, como as reformas urbanas, além de um quadro de carestia vigente no período, que acentuava as desigualdades sociais, a cidade adquiria novos contornos mediante a ocupação de alguns espaços, antes pouco habitados. Nesse movimento, Salvador se expandiu além do centro de sua formação inicial, como se observa no mapa abaixo (Figura 01), elaborado pelo geógrafo Milton Santos:

⁴⁵ AMADO, Jorge. Op. Cit., p. 101.

⁴⁶ SANTOS, Milton. Op. Cit., p. 49-56.

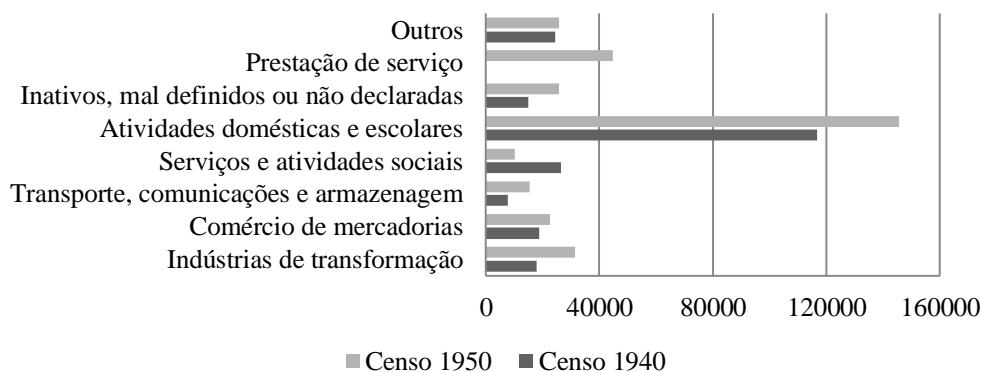
Figura 01 – Cidade do Salvador - Ocupação do espaço em 1957



Fonte: SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 60.

A partir do mapa acima, verifica-se que em relação às zonas residenciais, a maior parte da orla marítima é ocupada por famílias de maiores rendas e seguindo em paralelo à essa faixa, segue a zona residencial de classe média. Estas duas faixas são de ocupações mais antigas que se expandiram a partir do núcleo de formação inicial da cidade. Entretanto, segundo o mapa, grande parte do território de Salvador é ocupado por famílias pobres, área que corresponde ao miolo da cidade. Dentro dessas áreas, ainda se vê a conformação de invasões, como: na região da Penha e Mares, a invasão sobre o mar da Baía de Todos os Santos chamada de Alagados; e na região do Santo Antônio, onde se encontrava o popular bairro da Liberdade, as invasões do Japão e do Corta-Braço, que é retratado no romance de Ariovaldo Matos.

Os dados censitários do quesito de ocupação (Gráfico 02) favorecem a compreensão da ampliação destas zonas pobres e áreas de invasão em Salvador. A análise da ocupação profissional nos censos de 1940 e 1950, apoiados nas questões presentes nas tramas dos romances, permite traçar um panorama do chão social da população de Salvador que mais se ressentiu com a elevação do custo de vida.

Gráfico 02 – Atividades principais desempenhadas pela população (1940 e 1950)

Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1940 e 1950.

A partir do Gráfico 2 nota-se uma comparação entre os censos de 1940 e 1950.⁴⁷ Ele assinala a grande quantidade de indivíduos que exerciam atividades domésticas e escolares. Para 1940, estão inclusos neste ramo atividades domésticas remuneradas e não remuneradas, além das escolares. As instruções do censo de 1950 são mais precisas, evidenciando para tal ramo apenas atividades não remuneradas, uma vez que atividades domésticas remuneradas passaram a ser consideradas como prestação de serviço, mas sem fazer menção ao aspecto das atividades escolares. Mesmo retirando as atividades domésticas remuneradas, nota-se como o crescimento populacional refletiu-se nesta esfera, representando um aumento de 24,8% de sujeitos que não tinham fonte de renda. A maioria deste grupo é representada por mulheres, certamente donas de casa, sendo 84,1% em 1940 e 85% dez anos após.

O ramo prestação de serviço, categorizado no último censo em análise, engloba, entre outras atividades, sujeitos que trabalham em alojamentos e restaurantes, higiene pessoal, conservação e reparos, diversões, atividades domésticas remuneradas. Ou seja, lavadeiras⁴⁸, garçons, pedreiros, carpinteiros, empregadas domésticas. Este grupo soma 44.686 habitantes, 30% do total da população, dos quais 64,5% são mulheres.

Escapável aos números, as narrativas literárias trazem relatos de condições vividas que se aproximam do que é trazido no censo. Em *Suor* e *Corta-Braço* os personagens construídos

⁴⁷ Diante do quadro de ocupações dos censos de 1940 e 1950, escolheu-se destacar as atividades que havia maior número de habitantes. Aquelas com menor proeminência foram englobadas em outros, sendo elas os ramos de indústrias extrativistas; comércio de imóveis e valores imobiliários, crédito, seguros e capitalização, transportes e comunicação; administração pública, justiça, ensino público; e defesa nacional, segurança pública.

⁴⁸ Cf. NUNES NETO, Francisco Antônio. *A condição social das lavadeiras (1930-1939)*: quando a História e a Literatura se encontram. Mestrado em História Social. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA, Salvador, 2005. Neste trabalho o autor procurou observar as representações da figura da lavadeira presente nas obras de Jorge Amado Suor e Capitães da Areia, bem como seu modo de viver, e as confrontou com notícias apresentadas no jornal Diário de Notícias e A Tarde. Com isso, percebeu em ambas aproximações ao tratar de aspectos cotidianos das lavadeiras na cidade do Salvador durante os anos 1930.

não são percebidos apenas no aspecto unitário, mas enquanto seres sociais que agem conforme uma consciência também social.

Desse modo, considerando a relação estrutural entre acontecimento social e narrativa literária, estabelecida pela consciência do real tida pelo escritor, pode-se afirmar que os romances em destaque trazem, a partir das vivências de seus personagens, formas como os trabalhadores constroem suas experiências, que nas palavras de E.P. Thompson é forma que os sujeitos “refletem sobre o que acontecem a eles e ao seu mundo”, uma vez que o ser social não é inerte aos acontecimentos que lhe cercam.⁴⁹

Dentro do percentual feminino presente no ramo de prestação de serviço, se podem encontrar muitas como as do casarão nº68, onde moravam mulheres de origens e personalidades tão diversas, lavavam de ganho. Em *Suor*, Jorge Amado as descrevem como:

Mulatas, portuguesas, árabes, velhas e moças, comentavam a vida dos fregueses, sabiam de tudo que se passava no prédio, se queixavam umas às outras, maldiziam a existência e, juntas, iam à sessão grátis do Olímpia. Amarravam os vestidos nas coxas ou vestiam calças abandonadas pelos homens. Envelheciam depressa, sob o sol que as castigava duramente nas tardes de verão.⁵⁰

Em *Suor* é retratado o lado da mulher que é perseverante na luta diária pela sobrevivência. Mulheres que não estão recônditas apenas ao privado dos lares, mas que estão no mundo do trabalho dividindo com os maridos as despesas, quando não são as próprias mantenedoras das casas. No cortiço K. T. Espero situado no casarão colonial à Ladeira do Pelourinho, a maior parte dos habitantes era formada por “lavadeiras e engomadeiras, que ajudavam os maridos operários no sustento da casa, entrando muitas vezes com a maior parte”⁵¹. Isso revela que, mesmo a rua sendo um espaço ainda masculino, onde o homem ganhava a vida trabalhando no comércio, nas fábricas ou no porto, a participação da mulher, ainda que de modo secundário e complementar, era muitas vezes decisiva na sobrevivência da família.

Questiona-se até que ponto este trabalho feminino pode ser considerado complementar nas famílias de camadas populares. Como coloca E.P. Thompson, as necessidades são propulsoras de novas experiências, pois ao exercerem pressões sobre o cotidiano, exigem dos sujeitos diferentes ações e modos de pensar. O trabalho feminino como um dos sustentáculos

⁴⁹ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 16.

⁵⁰ AMADO, Jorge. Op. Cit., p. 85.

⁵¹ *Ibid*, p 82.

de famílias de trabalhadores pobres se impõe como uma necessidade frente à elevação do custo de vida, à carestia e para evitar a fome.⁵²

A complementaridade do trabalho feminino foi discutida em estudo sobre as estratégias de sobrevivência de famílias de trabalhadores, pela socióloga Elisabete Bilac que percebe esta condição complementar se reveste por conta da importância dada ao trabalho masculino, como aquele que é responsável por manter o lar. O caráter secundário, no entanto, deve ser relativizado quando se observa a dupla jornada de que ela faz parte: num primeiro plano sua função ainda é da “produção de valores de uso” para a família que são as atividades inerentes ao lar.⁵³ Esta condição é representada pela família de Frederico, do romance *Corta-Braço*:

O comum, para eles, eram as dificuldades de uma vida pobre, destituída de alegrias constantes. Pela manhã, bem cedo, Frederico ia para a fábrica de tecidos, e Estela, cuidando de Luiz Carlos, sempre doentinho, ficava entregue aos afazeres domésticos, movendo-se no quartinho atravancado de móveis e velharias.⁵⁴

Por mais arrochos econômicos que vivesse uma família pobre, através do exemplo da família de Estela e Frederico, como se observa no trecho acima, cumpria primeiramente à esposa a tarefa de cuidar da casa e da prole. Apenas em segundo plano, aparecem as atividades que complementavam a renda. Este dado é manifesto no quesito de ocupação do censo, que quando examinados os ramos de indústria e comércio, a proporção de homens sobre a de mulheres era de cerca 85% nos dois censos analisados. Contudo, se é sabido que a presença do trabalho feminino, quando verificada de modo complementar, tem sua importância sobre a renda da família, supõe-se que o que os homens percebiam nas atividades que desempenhavam, não lhes era suficiente para que desfrutassem de um padrão de vida estável, com garantia de moradia e alimentação.

De preponderância masculina, esses dois setores da economia, apesar de terem número significativo de pessoas ocupadas, são apresentados por Milton Santos como reduzido e inelástico.⁵⁵ No caso das indústrias, apesar de nestes dez anos ter tido um aumento de 316 para 449 estabelecimentos industriais na capital, elas são complementares às atividades comerciais, sendo, muitas delas, de fabricação artesanal e familiar. Este caráter se aplica

⁵² THOMPSON, E. P. Op. Cit., 1981, p. 16-17.

⁵³ BILAC, Elisabeth Doria. *Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência*. São Paulo: Símbolo, 1978, p. 53-54.

⁵⁴ MATOS, Ariovaldo. *Corta-braço*. Salvador: EGBA/Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1988, p. 41.

⁵⁵ SANTOS, Milton. Op. Cit., p. 53.

quando analisado o estado da Bahia. Num total de 4270 estabelecimentos industriais, 55,4% tinham de 2 a 5 operários, 14,7% tinham apenas 1 operário, enquanto que 8,9% não possuía.⁵⁶ Ainda que houvesse o apelo de uma modernização econômica via industrialização, defendida na época, Salvador, por exemplo, possuía poucas indústrias que não fossem ligadas à vida da cidade e de suas necessidades mais imediatas, capazes de abarcar grandes quantidades de mão-de-obra.⁵⁷

Além disto, as condições de vida do operário também eram permeadas de incertezas. Os momentos de crise econômica podiam ser carregados com o fantasma da desvalorização dos ordenados ou então com o desemprego, como o caso de Manuel de Tal, morador do sobrado nº68, que teve seu caso divulgado com título “em letras gordas” em um jornal da capital.

COVARDE, COMO ESTAVA SEM TRABALHO, ENFORCOU-SE

Os moradores do sobrado nº68 à ladeira do Pelourinho acordaram esta manhã com a notícia de que um homem se enforcara num quarto do terceiro andar.

Tratava-se de Manuel de Tal, português, operário, que há meses fora despedido da Fábrica Ribeiro. Achando-se sem trabalho, devendo três meses de casa, enforcou-se nas traves do seu quarto com um lençol. O desditoso suicida contava 54 anos e há 38 residia no Brasil. Não deixa parentes.

É mais um caso de covardia ante a vida. Porque perdeu um emprego, preferiu desertar, sem se esforçar por conseguir outro. Porque, com o maior orgulho o dizemos, se há um país onde a situação do operário seja de absoluto bem estar, esse país é o Brasil, onde não falta trabalho para os que não sejam preguiçosos.⁵⁸

O trecho narrado de Jorge Amado revela o desespero vivido nesta linha tênue que era a sobrevivência para a população pobre. Discordando do tal jornalista, o narrador expõe que “crise” é o que lhe respondiam cada vez que procurava emprego, e que sua atitude não teria sido ato de covardia, mas de uma vida sem esperanças, pois já “não comia há dois dias e ia ser posto para fora do quarto”⁵⁹.

⁵⁶ IBGE. *Censo econômico*: censo industrial de 1940 e 1950.

⁵⁷ Enquanto que nesta época desenvolviam-se no sul do país as chamadas indústrias de base, arregimentadas no plano nacional-desenvolvimentista do Brasil, no Guia Bahia de 1949 foram apresentados os seguintes ramos de produção industrial na capital baiana: tecidos, pregos, cigarros, vidros, refrigerantes, cofres, algodão medicinal, cal, cerâmica, óleos vegetais, tintas, chocolates, sabão, banha, massas, calçados, portas, produtos químicos, vela, fossas, couro, ladrilho hidráulico, sacos de papel, fibras, trigo e cereais. Ou seja, a produção que se concentrava em Salvador era estritamente voltada para o consumo local. IN: PORTO, A. Marques (Org). *Guia da Bahia*. Informações Turísticas. Edição comemorativa do 4º Centenário da Fundação da Cidade do Salvador. Bahia, 1949, p. 171-183.

⁵⁸ AMADO, Amado. Op. cit, p. 74-75.

⁵⁹ AMADO, Amado. Op. cit, p. 75.

O desespero levava a tristes desfechos, no qual a morte era o melhor remédio para os males em que se vivia. Como um infeliz, noticiava o jornal *O Imparcial* a morte de um baiano no Rio de Janeiro que vivia “sem trabalho e faminto”. Este era Manoel Francisco de Carvalho que do alto de uma das galerias da Câmara Federal, atirou-se em cima da bancada de Alagoas numa altura de 15 metros.⁶⁰ Tal atitude, apesar de ser visto como ato de desespero, tampouco é inconsciente ou espasmódico, uma vez que a cena da tragédia é carregada de simbologias: ela ocorre junto ao órgão que deveria resguardar os direitos mais básicos do cidadão.

Ainda que pouco se saiba sobre o caso de Manoel Francisco, pelos indícios oferecidos pela nota do jornal é simplista a compreensão de que ele se jogou apenas pela fome, como se fosse movido apenas pelo estômago, como criticou E. P. Thompson, negando a redução do homem às questões econômicas em épocas de crise de abastecimento. O ato de jogar-se não se deu em um lugar qualquer e isso carregava a ação, ainda que fatídica, de noções políticas. O ressentimento em que vivia precisava ser ouvido, sendo esta, talvez, uma forma de chamar atenção das autoridades para as difíceis condições de sobrevivência da população pobre.

Percebendo na atitude de Manoel Francisco noções políticas e de moralidade, questão semelhante apresentada por Manuel de Tal em Suor, já que preferiu morrer a viver naquela situação de humilhação e miséria, retoma-se a categoria experiência novamente como um modo com os indivíduos pensam sobre o que ocorre consigo e o que está à sua volta, mas que, como explica Thompson, é experimentada na vida material através das ideias, ações e sentimentos dentro do universo cultural que se vive⁶¹. Assim, não era a fome apenas que levava à situação extremas, mas um conjunto de questões que incluía a questão da dignidade humana em viver na penúria.

Em estudo que oferece uma série de dados sobre o período do Estado Novo, Edgard Carone, faz uma análise sobre a inflação do período, que conforma uma crise geral, possibilitando a ocorrência de condições-limites de sobrevivência. Segundo ele, a crise que vem desde 1929, persistiu na década seguinte e se acentuou com a Segunda Guerra Mundial. Logo, o crescimento da inflação repercutiu no encarecimento da vida, na qual o custo de vida se acentuou apresentando os seguintes índices: de 1934 a 1940, teve elevação em média de 6,6% ao ano; em 1941 de 10,9%; em 1942 de 12%; em 1943 de 14,9%; em 1944 de 27,3%; e em 1945 de 16,7%.⁶²

⁶⁰ *O Imparcial*. 15 de abril de 1937, p. 8.

⁶¹ THOMPSON, E. P. Op. Cit., 1981, p. 189.

⁶² CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976b, p. 96.

A partir destes índices - que apresentam os anos em que o Brasil declarou guerra às potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) com acentuada elevação do custo de vida - não é possível considerar a guerra apenas enquanto confronto direto. Ela necessita de uma perspectiva ampliada de análise: vendo-a como um todo beligerante que irrompem consequências sobre o cotidiano dos sujeitos sob as mais variadas formas. Assim, a declaração de guerra ao Eixo pelo Brasil em 1942, após os torpedeamentos de navios na costa brasileira, é o início de uma participação não só mais efetiva em termos de confronto, como também de uma série de acontecimentos que transformou a rotina da população como o *blackout*, o aumento dos preços dos alimentos, ou ainda, a sua escassez.⁶³

O cenário de crise encarecia o custo de vida da população em todo o país e em termos econômicos, representava para os industriais baianos um cenário pouco atrativo para investimentos. Além disso, a ideia da modernização econômica do país durante o Estado Novo baseada na substituição de importações não favorecia ao modelo de industrialização baiano, já que sua produção era voltada para um consumo local.⁶⁴

Ressentia, também, a situação de crise o comércio na capital baiana, que entre 1940 e 1950 o número de estabelecimentos comerciais tanto atacadista como varejista tiveram crescimento em torno de 27%. Ainda que fosse registrada esta expansão do comércio, ao que parece, ela não era capaz de absorver a demanda da população em relação ao emprego. Um indício desta condição da oferta de trabalho em Salvador está na profusão de um mercado informal composto por ambulantes, camelôs, vendedores de doces, além das quituteiras.⁶⁵ À informalidade convergiam aqueles que procuravam formas alternativas de garantirem o pão de cada dia. Sem renda fixa no mês, os dias oscilavam entre agitações e marasmos, entre perspectivas e incertezas, como é retratado em *Suor*, através do personagem Artur que perambulava pelas ruas de Salvador com sua maleta de sabonetes:

⁶³ Sobre os torpedeamentos de navios na costa brasileira, Cf.: CRUZ, Luiz Antônio Pinto. *“A guerra já chegou entre nós”!* O cotidiano de Aracaju durante a Guerra Submarina (1942 -1945). Dissertação de Mestrado em História Social. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: UFBA, 2013.

⁶⁴ O modelo econômico que se delineava no momento era voltado para a construção de indústrias de base, a exemplo das siderúrgicas, como também o aumento da produção nacional. O caráter nacionalista da industrialização para a construção de um Brasil integrado e forte, contou com o financiamento do Estado a partir da criação da carteira de Crédito Agrícola e Industrial (Craei) do Banco do Brasil, além de incentivos e acordos com o governo norte-americano. Sobre o assunto, Cf.: CORSI, Francisco Luiz. O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha e os rumos da economia brasileira. In: BASTOS, Pedro Pao Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Fonseca (Org.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 219-252.

⁶⁵ É importante destacar que há diferenças numéricas quanto à ocupação formal no censo econômico e as ocupações registradas enquanto atividades principais que os sujeitos exerciam no censo demográfico, sendo este último sempre superior ao primeiro pois inclui as ocupações informais.

A maleta de sabonetes para a pele e de vidros de limpa tudo descansava em cima do caixão da cobra. Artur, estirado na cama, um dos cotocos dos braços raspando a parede, considerava a inutilidade da maleta. Não vendiam mais nada. Nos últimos dois dias nem haviam saído. Gastavam o sapato e ficavam roucos, sem que vendessem um único sabonete, um único vidro de limpa-tudo. Era a fome em perspectiva.⁶⁶

Como morador do sobrado nº 68, pode-se supor que não só a fome apontava, mas também um possível despejo se não tivesse dinheiro para pagar o aluguel do quarto. Contudo, ainda que a renda fosse incerta, não se pode afirmar que todos os sujeitos que assim se ocupavam, assim viviam apenas porque havia a incapacidade do mercado de trabalho lhes absorverem.

Para Sidney Chalhoub, em *Trabalho, lar e botequim* (2012), o esquema que traz o trabalhador sempre como despossuído, que detém apenas sua força de trabalho, num mercado capitalista a lhe comprimir, é engessado demais para compreender as experiências que estão por detrás dele. Tal observação faz descortinar uma série de questões relacionadas ao mercado informal, pois a opção por este tipo de trabalho, apesar de oscilante e incerto, traz ao cotidiano do indivíduo a liberdade que não teria se estivesse submetido aos horários das fábricas ou das casas comerciais.

Além disto, está o desprendimento da figura do patrão, neste período ainda muito ligada à figura do senhor da sociedade escravocrata.⁶⁷ Entretanto, ao analisar a relação entre ocupação e sobrevivência a partir dos dados censitários e pela representação feita em *Suor* de experiências no mundo dos trabalhos em Salvador, é possível pensar que situações como a do personagem Artur, nas quais a esperança por dias melhores se distanciava, eram limites para que os efeitos da carestia lhes fossem mais vorazes.

Para a população que vivia com poucos rendimentos, a escassez que poderia se apresentar, como sugeriu Thompson “sempre causa um profundo choque psíquico” e “quando é acompanhada da consciência das desigualdades, e da suspeita de ser manipulada, o choque se transforma em fúria”⁶⁸, podendo desaguar em atos de desespero como o de Manuel de Tal, que se enforcou.

Com maiores probabilidades de vivenciar os limites da sobrevivência, a população que vivia em condições inativas, atividades mal definidas ou não declaradas registradas em 1950, aproxima-se em termos quantitativos o pessoal empregado na indústria ou no comércio como

⁶⁶ AMADO, Jorge. Op. Cit., p. 78.

⁶⁷ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012, p. 62.

⁶⁸ THOMPSON, E.P. A economia moral da multidão inglesa do século XVIII. In: THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia da Letras, 2011, p. 201.

evidenciou o Gráfico 2. De um total de 25.769 habitantes, quase 68% eram homens, condizendo com o que Santos afirmou sobre as numerosas famílias, cujos pais não tinham profissões definidas, vivendo de trabalhos esporádicos.

Neste quesito de condições inativas, atividades mal definidas ou não declaradas estava também a mendicância que se apresentava como alternativa à sobrevivência. As incertezas de viver nestas circunstâncias são expressas nas experiências de Zefa, em *Suor*, que mendigava na Rua Chile, a rua elegante da cidade, mostrando seus filhos aos transeuntes dizendo: “Tenha pena dessas crianças sem pai...”⁶⁹. Assim como ela, havia Cabaça que dormia debaixo da escada no velho sobrado à Ladeira do Pelourinho e procurava a piedade alheia mostrando suas feridas na perna pelas ruas do centro da cidade. Neste universo, ainda é possível citar as estratégias de muitos homens e mulheres que se prostituíam para sobreviver. Eram “mulheres da vida [que] buscavam homens que pagassem o almoço do dia seguinte”⁷⁰, eram homens que se “amigavam” com outros quando “se desempregavam e a fome batia à sua porta e a mulher do andar falava em desalojar o quarto”⁷¹.

Ao cruzar os dados dos censos de 1940 e os de 1950 com as experiências de sujeitos denunciadas em *Suor*, observa-se como o crescimento demográfico da capital baiana, aliado a uma economia pouco expansível, incapaz de absorver a mão de obra disponível, resultou no aumento de pessoas sem profissões definidas e sem trabalho. Desse modo, diante da elevação constante do custo de vida, aliado aos projetos de urbanização, que contemplava os interesses de uma parcela diminuta da sociedade, irrompia uma realidade difícil, uma cidade real onde muitos necessitavam de questões básicas para sobreviver como a alimentação, a moradia e a saúde.

Posto o diálogo, é possível perceber que entre ficção e realidade há um traço estrutural que relaciona estas duas dimensões. A categoria de estrutura apreendido por Raymond Williams compreende que há uma relação entre os acontecimentos sociais e literários responsável por estabelecer correspondências. A estrutura, além de ser concebida como o acontecimento em si, é percebida como uma forma em que se “organizam simultaneamente a consciência empírica de um determinado grupo social e do mundo imaginário criado pelo escritor”⁷². A partir da sua análise materialista das narrativas literárias, estrutura é ponto de

⁶⁹ AMADO, Jorge. Op. Cit, p. 91.

⁷⁰ Ibid, p. 43.

⁷¹ Ibid, p. 44.

⁷² WILLIAMS, R. Op. Cit., p. 32.

junção entre a consciência do real como aquele todo vivido pelo escritor e a consciência do possível, como a apreensão do mundo vivido segundo categorias organizadoras.

No caso dos dois romances trazidos, o contato com as realidades descritas se deu de maneiras diferente: enquanto que para Jorge Amado, *Suor* fosse resultado de sua vivência na Ladeira do Pelourinho, para Ariovaldo Matos *Corta-Braço* era a história da ocupação do *Corta-Braço*, que ele acompanhou como jornalista, de forma romanceada. Por conseguinte, a consciência do possível deles era compartilhada dentro da visão organizadora de um grupo. A inserção de ambos no Partido Comunista Brasileiro (PCB) possibilitou lançar sobre as situações vividas um discurso conscientizador de quem é o povo e todas as suas astúcias quando possuem consciência de classe e estão unidos.

Para Williams, os dois níveis de consciência andam juntos porque a atividade da produção do texto literário é “uma tentativa de oferecer uma resposta expressiva a uma situação objetiva particular.”⁷³. Segundo ele, a resposta esperada não vem de uma criação independente do escritor, mas do diálogo com as categorias organizadoras que eles estabelecem e dos indivíduos que, na trama do romance, representam relações sociais reais. Em *Suor*, por exemplo, a resposta para aquele caos urbano de tantas pessoas convivendo num mesmo espaço vem da tomada da consciência de classe. Consciência não só das desigualdades a que estavam sujeitos, mas também a consciência de que ao compartilhar de experiências semelhantes, todos ali faziam parte de uma mesma classe. Assim, juntos não eram “apenas homens e mulheres, inquilinos. É uma multidão”⁷⁴ que parecia agir como uma máquina que não se curvava mais aos desmandos de Seu Samara, proprietário do imóvel que, perplexo com a multidão, “botava as mãos na cabeça, considerando o prédio desmoralizado”.⁷⁵

Corta-braço ao retratar o processo de invasão de terras para a construção de moradias proletárias enfoca a trajetória do personagem Frederico. A história deste operário de uma fábrica têxtil e de sua família, ao longo na narrativa se junta a de centenas de pessoas que lutam pelo direito de moradia. Ele, assim como muitos outros, mora num cortiço quando fica sabendo que estão invadindo as terras do italiano Aníbal Montecano, na região do bairro popular da Liberdade em Salvador. Todos quando ali chegavam, capinavam a terra, construía casas bem simples para morar com “dois quartos, e no pequeno espaço que ela

⁷³ Idem.

⁷⁴ AMADO, Jorge. Op. Cit, p. 129.

⁷⁵ Ibid, p. 131.

chamava de quintal uma fossa higiênica protegida com palhas de coqueiro”⁷⁶. A união destes sujeitos que iam àquelas terras para ter uma moradia, foi que construiu o Corta-braço. Foi também esta união, estas experiências comuns de trabalhadores que permitiram que os mesmos não fossem expulsos daquele lugar.

Diante das experiências compartilhadas em torno dos problemas de moradia que além de caras eram precárias, a invasão das terras do italiano, que era acusado de ter aquelas terras para a especulação imobiliária, era baseada em noções de legitimidade e de justiça social, uma vez que lutavam pelo direito de ter uma moradia. Por conseguinte, a noção de experiência também envolve pensar em conflitos de valores e de interesses, os quais são visíveis no processo de modernização.

Sendo uma “unidade de desunidade”⁷⁷, como frisou Berman, o esforço modernizador verificado em Salvador no segundo quartel do século XX, ao passo que incluía todos os sujeitos neste processo, impingia, para alguns, sua face mais desagregadora. Uma dessas faces foi contemplada na gestão do prefeito de Durval Neves da Rocha (1938-1942), que transformou a fisionomia urbana de Salvador com a abertura de novas vias, urbanização das já existentes, iluminação elétrica e com uma campanha de estética urbana: a partir demolição dos mocambos. Assim, ao mesmo tempo em que a população deveria adotar posturas civilizadas, o próprio processo modernizador se torna mais excludente, uma vez que nem todos podiam se inserir nele. Mais uma vez, a cidade-conceito, idealizada, tenta se sobrepor às experiências individuais como uma espécie de compressor, compactando-as num modelo que se pretendia pelas classes dominantes.

As demolições registradas na cidade foram noticiadas por *A Tarde* como sendo parte integrante do projeto de modernização da cidade levado a frente pelo referido órgão da imprensa baiana. Dentre estas notícias, tem-se a história de Flávio, proprietário de um dos mocambos que foi posto à baixo, que aparece juntamente com sua esposa e filhos menores na edição de 24 de julho de 1940. Ele alega que sua casa era construída em terreno de sua irmã, portanto, particular, e que não “houve qualquer intimação judicial ou policial” para o ato. Simplesmente, “os moradores foram retirados de suas casas e estas imediatamente derrubadas não tendo os moradores tempo nem para retirar os móveis e utensílios”⁷⁸.

Talvez a família de Flávio, como muitas outras famílias pobres que recorriam ao jornal baiano para fazer queixas, não percebesse que a imprensa fazia o jogo, porque era parte

⁷⁶ MATOS, Ariovaldo. Op. Cit, p. 123.

⁷⁷ BERMAN, Op. cit., p. 14.

⁷⁸ A Tarde. 24 de julho de 1940, p. 2.

integrante, dos interesses capitalistas. Dois dias após a sua aparição e de sua família na página do jornal, saiu a matéria “Um vento de bom gosto varre os tijupás” apoiando as ações da prefeitura. Nesta, afirma-se que a medida é progressista, “digna de aplausos sem dúvida”. Contudo, informa que para ser completa, a prefeitura deveria designar “um terreno bastante amplo, para onde possam ir os moradores dos mocambos.”⁷⁹

Assim, deixou-se nas entrelinhas que aqueles que tiveram suas casas demolidas por representarem aspectos feios e insalubres não tiveram para onde ir. O jornal não deixa evidente se havia alguma indenização, mas a ação de pôr abaixo estes tipos de construções continuou inclusive na administração do prefeito Elísio Lisboa a partir de 1943. Entretanto, os proprietários retirados de seus imóveis neste momento recebiam uma indenização de duzentos cruzeiros, que segundo um processo de despejo consultado da época, equivalia ao aluguel de uma casa simples nas imediações da Penha por cerca de cinco meses.⁸⁰ Daí em diante, pairavam incertezas.

Vistas num aspecto amplo, as queixas de Flávio apresentadas no jornal, que teve sua casa demolida, assemelham-se às dos personagens dos romances ao deslindar necessidades, interesses e valores em jogo que estavam em lado oposto ao dos ventos modernizadores. Enquanto para os sujeitos proletários o importante era ter um teto para abrigar-se com a sua família, para as elites essa necessidade premente colocaria em risco a estética urbana. Neste sentido, as experiências tecidas sob a vida material destes sujeitos são também apresentadas na consciência moral que os grupos constroem sobre os acontecimentos que lhe ocorrem. Desse modo, no bojo da contradição gerada pelo processo de modernização da cidade, a consciência moral era perpassada por os conflitos e tensões, que são percebidos como resultado da luta de valores (necessidade *versus* estética urbana), que também é luta de classes.⁸¹

Em *Corta-Braço*, a consciência moral parece estar muito nítida através da fala do personagem Frederico. Em conversa com a esposa, após um dia de trabalho ele reclama da condição em que vivem:

Estou vendo que Lula está doente. Você também. E eu Todos como a gente. Tudo é a mesma coisa. O povo todo está doente, Telinha. Doente de fome, de miséria, do diabo! É cada vez pior. Um dia isto arreventa. Carne de

⁷⁹ A Tarde. 26 de julho de 1940, p. 2.

⁸⁰ Este valor é aproximado e foi baseado numa ação de despejo de 1943, entre o Banco de Administração Garantida Baiano (autor) e Maria Angélica Silva (réu). APEB. Judiciário. Processo cível. Estante: 154, caixa 218.

⁸¹ THOMPSON, E.P. Op. Cit., 1981, p. 189-190.

12, farinha de 4, feijão de 3, charque de 23, um inferno, nossa vida é um inferno! Espie o pessoal que mora aqui. Nós ainda temos esse quartinho... E os que não tem?⁸²

Analisando a narrativa de *Corta-Braço* dentro do contexto de transformações urbanas em que a luta pela moradia se acentua, é sensível a dificuldade de Frederico em manter a sobrevivência da família e a sua percepção sobre as condições de vida da população pobre. Diante de aluguéis escorchantes e das péssimas condições de moradia, partir para as terras do Corta-Braço para ele e outros indivíduos, mesmo que para construir uma casa de sopapo, representava uma grande conquista. Quando partiu para aquelas terras, Frederico observava esta conquista através da liberdade das crianças. Antes, o que elas tinham eram “alguns metros em quartos sujos, de assoalhos podres, era tudo quanto tinham para correr”. Com a mudança para o Corta-Braço, agora elas, além de verem o sol com mais frequência, penetravam numa “infinidade de terras para os folguedos”⁸³.

Tanto Jorge Amado quanto Ariovaldo Matos, ao perscrutarem o cotidiano das classes populares por meio das condições de moradia, revelam que o acesso à alimentação também era dificultoso diante dos ordenados recebidos. Dona Risoleta de *Suor*, que morava num quarto no sobrado nº 68 com a sobrinha, bem sabia o que era isto. Quando não apareciam costuras para fazer, o dinheiro “mal chegava para a comida”, até que um dia sua sobrinha, Linda, “não teve nada para botar no fogareiro”⁸⁴. Enquanto Margô, a professora em *Corta-Braço*, percebia que os garotos da escola Duque de Caxias, na Liberdade, onde ela trabalhava, “viviam subalimentados” e moravam em casas que eram “tocas”⁸⁵.

A partir dos relatos presentes nas narrativas é possível dizer que cotidianamente os rendimentos eram poucos e a sobrevivência já era difícil, mas à medida que os momentos de carestia de vida se impunham, o padrão de vida diminuía ainda mais, o acesso à alimentação tornava-se mais difícil e, com isso, abriam-se as brechas para as doenças. Assim ocorrera com Estela, a esposa de Frederico, em Corta-Braço. A suspeita de impaludismo lhe assustava e certo dia levava seu filho, Lula, ao médico. Ao chegar lá, ela verificava cenas deprimentes: “a menina, que uma senhora carregava, tinha olhos mortiços”, um senhor na fila do atendimento afirmava estar “morrendo em pé”, desenganado da vida, o médico lhe dizia que seu “sangue está virando água”.⁸⁶

⁸² MATOS, Ariovaldo. Op. Cit., p. 52.

⁸³ Ibid, p. 129.

⁸⁴ AMADO, Jorge. Op. Cit., p. 77.

⁸⁵ MATOS, Ariovaldo. Op. Cit., p. 35.

⁸⁶ MATOS, Ariovaldo. Op. Cit., p. 46.

Logo, as experiências das camadas populares desnudadas pelos romances em diálogo com os dados censitários revelam o que Mário Augusto Santos (2001) chamou de “condições-limites de sobrevivência”: um conjunto de fatores a influenciar diretamente na vida dos indivíduos como a precariedade das moradias e do saneamento, a carestia de vida e os problemas de saúde.

O chão social de Salvador que vivenciava no período do Estado Novo com maiores impactos a carestia é, em geral, caracterizado por trabalhadores que vivem com vencimentos curtos, habitando em zonas distantes do centro da cidade devido ao aumento dos aluguéis, ocasionado pelas modernizações urbanas e procura, muitas vezes, sua subsistência um dia após o outro, pairando em alguns momentos a incerteza sobre o amanhã.

Não obstante as normatizações dos projetos urbanos impusessem obstáculos ao viver numa cidade em expansão tanto demográfica, quanto espacial, as experiências coletivas dos sujeitos das classes populares expressam uma consciência social do papel que ela tem na construção dos espaços, indo além das idealizações burguesas afirmadas na imprensa. Como disse Maneca, operário da linha de bondes e articulador da sociedade de defesa dos moradores do Corta-Braço, o exemplo disto eram as centenas de pessoas que ali estavam: “Isso era mato. Árvores e mato. Agora, aqui, há uma pequena cidade. E nós a construímos. E somos nós que, mesmo famintos, vamos melhorando nossa cidadezinha.”⁸⁷

Assim como os projetos de modernização urbana se firmavam a partir de uma propaganda de obras públicas realizadas em jornais da capital, a carestia algumas vezes passava a assumir o destaque de suas páginas. Se nas narrativas literárias encontram-se vivências de sujeitos diante da carestia, a imprensa registrava-a sob uma ótica distinta, afirmando outras arenas de luta, mas não só pela sobrevivência, mas de luta política.

1.2 CARESTIA E TENSÕES POLÍTICAS: O CASO DO JORNAL *A TARDE*

Em 11 de outubro de 1935, o jornal *A Tarde* publicou na página dois uma matéria intitulada “Contra a alta injustificada dos preços dos gêneros de primeira necessidade”, onde destacava a ida de uma comissão de trabalhadores, representando os sindicatos filiados à União Sindical da Cidade do Salvador à Prefeitura para “pleitear o barateamento dos gêneros

⁸⁷ Ibid, p. 126.

de 1ª necessidade, especialmente a carne verde, em favor da massa trabalhista”⁸⁸. Na mesma edição, na coluna Notas Diversas, logo na página seguinte, estava sintetizado o pensamento do órgão quanto à política de Getúlio Vargas em assegurar ao povo sua subsistência. Afirmava-se que esta política sempre foi de “cruzar os braços e deixar que o tempo resolva”, não sendo diferente na Bahia. Assim, o tempo era “o melhor aliado dos que vendem, e o maior inimigo dos que compram” e por isso, não seria difícil afirmar que “o jogo do governo é francamente contra o povo”⁸⁹.

Ao longo da década de trinta, dentre os muitos assuntos que apareciam nas páginas do *A Tarde*, em Salvador, estava a elevação do preço de gêneros alimentícios e chama a atenção pela construção de uma imagem textual sobre o encarecimento da vida perpassada pela ideia da faca na bolsa do povo, do consumidor escorchado, do proletário que vivia na penúria, ou mesmo do funcionário público, que tinha seu ordenado sempre mais diminuto. Não há dúvidas do quanto a vida ficou mais cara nesta época e como era questão cotidiana, o mais comum era que os jornais da cidade dedicassem suas colunas para o assunto.

O jornal *A Tarde* foi fundado em 1912 pelo bacharel em Direito Ernesto Simões Filho e se apresentava como órgão defensor da classe conservadora baiana, que na ocasião da Revolução de 1930 foi alijada do poder. Após a nomeação do tenente cearense Juracy Magalhães como interventor da Bahia, o jornal marcou sua oposição ao governo e tornou-se porta-voz de um grupo político bastante heterogêneo: diversas facções políticas da Primeira República que canalizaram seus interesses para uma possível retomada das posições de poder e prestígio que um dia detiveram, defendendo a posse do estado a um baiano civil.⁹⁰

As edições analisadas neste capítulo do *A Tarde* se concentram, em sua maior parte, entre os anos de 1938 a 1945, enfocando o período do Estado Novo, com o objetivo de perceber quais os motivos que levavam a carestia a tornar-se um acontecimento noticioso em suas páginas. Com isso, a preocupação central não é buscar verdades em torno da elevação de preços, mas é entender o discurso do *A Tarde* como prática constitutiva da sociedade de Salvador da época. Apesar do seu caráter noticioso e diário, o jornal não é visto como um

⁸⁸ *A Tarde*. 11 de outubro de 1935, p 2.

⁸⁹ *Ibid*, p. 3.

⁹⁰ Para compreender estas questões referentes a política baiana no pós-1930, Cf: SAMPAIO, C. N. *Poder e Representação*. O Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 1992; SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição*. Luta Política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1939). Salvador: EDUFBA, 2011; PINHEIRO, Israel. A política na Bahia: atrasos e personalismos. *Ideação*, Feira de Santana, n.4, p.49-78, jul./dez. 1999.

espelho da sociedade, como nenhuma outra fonte, mas nela se insere, se constitui e se institui, representando determinados grupos sociais e formulando representações do real.⁹¹

Neste sentido, a ação do jornal enquanto agente histórico é percebido na análise das alianças políticas e da diagramação das notícias sobre a carestia de gêneros alimentícios (localização, extensão da matéria, uso de imagens) de *A Tarde*. Com isso, se tem indícios de que, mesmo perante a censura do regime estadonovista, tratar das elevações de preços de gêneros básicos à subsistência e falar em nome do povo permitiu formas de resistências, ainda que sub-reptícias, ao governo de Getúlio Vargas.

A imprensa, de maneira geral, é um meio da ação de atores sociais que seleciona dentre os acontecimentos cotidianos, aqueles que se tornarão notícias. Não é tida como portadora de verdades, nem deve ser relegada e vista apenas como veículo de ideias de parcela da sociedade. A imprensa, e neste caso o jornal *A Tarde*, é compreendida como um agente histórico que produz notícias sobre a carestia, agindo dentro de um contexto político da época.

Ao assumir desde 1930 a posição de opositor contumaz ao governo de Getúlio Vargas, o *A Tarde*, ao tratar da elevação de preços de gêneros básicos à subsistência da população de Salvador, estabeleceu um discurso, que numa relação entre saber e poder, foi proferido como uma verdade e, assim, a carestia torna-se uma espécie de caminho estratégico para deslegitimar o governo diante da população.

Chamando atenção para este comportamento, Maria Helena Capelato ao analisar a imprensa no domínio da opinião, destaca a questão da “verdade enquanto ideal político”, muito comum nos discursos dos jornalistas de oposição ainda no contexto da Primeira República. Para ela, estes jornais:

Acreditando-se portadores das verdades eternas, questionavam esse “poder tirânico” taxado de ignorante, inconsciente e obscuro. Em nome do povo, de quem se diziam expressão, empenharam-se na luta para recuperar o espaço de visibilidade essencial à República.⁹²

Entre os meses de abril a junho e outubro a dezembro de 1936, nota-se que a carestia não predominou entre os noticiários do *A Tarde*, sendo assunto pouco discutido na coluna Notas Diversas. No primeiro trimestre citado temas como abastecimento, carestia e qualidade de gêneros aparecem em apenas sete edições, situação semelhante no segundo trimestre

⁹¹ CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, 2007, p. 258.

⁹² CAPELATO, Maria Helena. O controle da opinião e os limites da liberdade: imprensa paulista (1920-1945). *Revista Brasileira de História*, v. 12, n. 23/24, 1991/1992, p. 58.

referido, quando apareceram apenas em quatro edições. Ainda que com pouca frequência, quando fazia parte da edição, a carestia era tratada como questão cotidiana, e reportava-se ao tema como porta-voz da população, como sublinhou Capelato.

Em 10 de junho, por exemplo, o *A Tarde* ressaltava a urgência dos “poderes públicos, mormente a prefeitura” para solucionar a questão que “tanto prejudica e afflige a população”, uma vez que os gêneros aumentavam “de preço e de ruindade”⁹³ ou, ainda, a ineficiência da fiscalização dos pesos e medidas, pois se ela ainda “vive, como presumimos, pouco se esforçam os seus respectivos agentes no desempenho dos encargos que lhes estejam confiados”, havendo na cidade uma “defraudação escandalosa” no comércio retalhista⁹⁴.

Como é possível notar, se nessa época no *A Tarde* poucos eram os noticiários que evidenciavam a prática das fraudes ou o aumento dos preços em estabelecimentos comerciais, os editoriais insistiam em colocar a população como “escudo”, falando-se em nome dela, mas delineando formas discursivas que constituíam em desqualificar os governantes. No entanto, o uso do aumento de preços dos alimentos como ensejo da atuação partidária do jornal sofreu mudanças com o golpe de 10 de novembro de 1937, que impunha um regime governamental de caráter centralizador e autoritário. Em virtude disso, a Constituição de 1937 suprimiu os órgãos de representatividade dos cidadãos tais como os partidos políticos e as instituições legislativas e determinou a censura prévia à imprensa, ao teatro, ao cinematógrafo e à radiodifusão com a finalidade de garantir a paz, a ordem e a segurança pública.

O Art. 122 da Constituição que trata dos Direitos e das Garantias Individuais, além da censura prévia que se estabeleceu, havia uma preocupação em relação à formação de opinião que cabia à imprensa. E, com o objetivo de delimitar discursos de oposição ao governo do Estado Novo, foram definidos princípios específicos a regerem: instituiu-se o caráter público da imprensa e, assim, nenhum jornal poderia se recusar de transmitir os comunicados do governo, assegurava-se o direito de resposta gratuito a quem fosse vítima de injúria e proibiu-se o anonimato.

O descumprimento destes princípios poderia levar à prisão do diretor responsável, além de multa. Estes princípios visavam o controle da imprensa e uma relação direta de Getúlio Vargas com o povo. Desse modo, a imprensa, mais que veículo de notícias cotidianas, tornava-se um órgão consultivo dos anseios populares.⁹⁵ Ela passou a ser um meio estratégico

⁹³ *A Tarde*. 10 de junho de 1936, p. 3.

⁹⁴ *A Tarde*. 24 de outubro de 1936, p.3.

⁹⁵ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, D. (Org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 174.

para legitimar o governo imposto através de um golpe. A maneira como se organizaram outros meios de comunicação, como o rádio, revela o autoritarismo do regime que omitia quaisquer posições dissonantes.

Segundo Maria Helena Capelato, os meios de comunicação no Estado Novo tiveram grande inspiração nos governos fascistas da Europa. Imprensa e rádio, cotidianamente, procuravam seduzir a população, causando uma espécie de “hipnose coletiva” sobre o regime. Alguns aspectos dessa propaganda política iluminadas pelos modelos europeus eram as insinuações veladas, as ideias simplificadas, o apelo emocional, as repetições e as promessas de benefícios materiais.⁹⁶

Em virtude do autoritarismo e da censura já imposta na Constituição de 1937, ao analisar os editoriais que versavam sobre a venda de gêneros alimentícios entre os meses de outubro e dezembro de 1938, observa-se que na procura de um “ról dos culpados” pela alta dos preços, a imagem do governante cede lugar para a do comerciante, que passou a ser identificado como o tirânico por toda a sua ganância frente ao povo.

No editorial de 29 de outubro de 1938, com o título “Kilo que não é kilo”, *A Tarde* relatava que a situação da venda do pão em Salvador já tinha deixado de ser “um caso fiscal para entrar no rol dos factos que reclamas providencias policiaes”, uma vez que a “cousa mais difficil de se obter no commercio bahiano é um kilo de pão pesando mil gramas”. Entretanto, enfatizava que a Fiscalização Municipal vinha agindo com “presteza e efficiencia”, mas que tais atitudes se repetiam por culpa dos “contraventores que insistem nos mesmos desonestos processos e a população continua sendo deploravelmente lesada em seus magros recursos”⁹⁷.

Destarte, deslocar dos governantes para os comerciantes, os possíveis culpados da persistência da carestia, era uma das mudanças forçosamente necessárias para que o jornal permanecesse em circulação. Antes se procurava enviesar a existência de fraudes e descumprimento de tabelas de preços pela falta de fiscalização do poder público, com a censura passou-se a destacar o comportamento ganancioso de comerciantes.

O posicionamento do *A Tarde* no primeiro aniversário de instalação do Estado Novo, cumpria o caráter público que agora lhe cabia. O pronunciamento de Getúlio Vargas foi transmitido na íntegra na edição de 10 de novembro de 1938 e o encarecimento da vida do brasileiro era uma das temáticas de destaque. Assim dizia o presidente:

⁹⁶ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no Varguismo e no Peronismo*. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 73.

⁹⁷ *A Tarde*. 29 de outubro de 1938, p. 3.

Dentro dos princípios conhecidos de amparo aos sectores mais desprotegidos da população, tem o governo assentado um methodo de luta contra toda a espécie de açambarcadores e intermediários cuja intervenção encarece os generos de primeira necessidade e dificulta a vida das classes trabalhistas. As primeiras iniciativas consistem na criação de entrepostos que facilitem a entrega ao consumo e a fiscalização pelo poder publico. [...] O que desejo porem accentuar aqui é a conveniencia de estender a organização cooperativista. O governo naturalmente poderá ir ao encontro das necessidades geraes, nesse particular, mas a iniciativa cabe aos interessados immediatos.⁹⁸

As palavras do presidente ratificavam o que afirmava *A Tarde* sobre as práticas no comércio de Salvador. Para ele, baratear o custo de vida tratava-se de um problema a ser solucionado através da luta contra toda espécie de açambarcadores e contra todos aqueles que agissem de forma a encarecer a vida da população. Nesta luta, o Decreto-Lei nº 869/1938, publicado em novembro, definiu os crimes contra a economia popular como aqueles que atentavam contra a existência, a segurança e a integridade do Estado, tendo por base o Artigo 122 da Constituição de 1937 que afirmava: “Os crimes que atentarem contra a existência, a segurança e a integridade do Estado, a guarda e o emprego da economia popular serão submetidos a processo e julgamento perante Tribunal especial, na forma que a lei instituir.”⁹⁹ Segundo o Ministro da Justiça Francisco Campos a finalidade do decreto-lei era “garantir o povo contra êles [os especuladores] e lhes dá, ao mesmo tempo, segurança do bom emprego de suas economias”, como também “evitar o bloqueio da concorrência por meio de arranjos, combinações ou organizações destinadas a estabelecer o monopólio”.¹⁰⁰

Neste período, *A Tarde* vinha transmitindo à população o encarecimento de vida como uma consequência de práticas monopolistas, especuladoras e gananciosas do comércio, não tratou de registrar maiores comentários sobre a criação da lei de Crimes contra a Economia Popular. Na edição de 19 de novembro apenas trazia na capa a nota da Agência Nacional. Desempenhava, assim, seu papel no esforço de difundir uma imagem positiva do governo junto à sociedade e, assim, dar legitimidade ao Estado Novo.

A partir da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939, instituição subordinada diretamente ao Presidente, função de caráter público do jornal foi

⁹⁸ *A Tarde*. 10 de novembro de 1938, p. 8.

⁹⁹ Artigo 122 da Constituição de 10 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 10 jan 2016.

¹⁰⁰ LYRA, Roberto. *Crimes contra a economia popular*. (Doutrina, Legislação e Jurisprudência). Rio de Janeiro: Livraria Jacinto, 1940, p. 85.

acentuada. O DIP podia estabelecer censura prévia sobre os setores de divulgação, imprensa, radiodifusão, turismo, teatro e cinema. Como destacou Tania de Luca, ele ocupava

um lugar estratégico [...] na máquina de coerção e propaganda do Estado Novo, que mantinha estrito controle sobre a vida cultural do país e determinava seus rumos. O domínio dos meios de comunicação era de fundamental importância tanto para cercear a divulgação daquilo que não fosse de interesse do poder, quanto para enfatizar as realizações do regime, sua adequação à realidade nacional e para a promoção, pessoal e política, da figura de Vargas.¹⁰¹

Mesmo o DIP atuando no controle da informação, não significou que o pensamento liberal defendido pelo *A Tarde* tivesse ruído. A postura de aparente neutralidade mudou sensivelmente nos anos de 1940, quando apareceu com maior frequência o caráter opinativo do jornal, ainda que sob censura. Como bem alertou Derocina Sosa,

Analisar um texto jornalístico de períodos de exceção demanda uma leitura que decodifique dois níveis discursivos, via de regra presentes: um objetivo, outro subjetivo; o primeiro, fazendo o registro do possível, permitido ou imposto, e o segundo desvelando eventual resistência – subterrânea ou subreptícia – às imposições do poder.¹⁰²

É na percepção dos níveis objetivo e subjetivo dos discursos, citados por Sosa, que as discordâncias com o governo de Getúlio Vargas são percebidas no *A Tarde*. Ao noticiar a carestia, um problema econômico com uma consequência cotidiana entre a população, a oposição que o grupo dirigente do jornal realizava não era contundente como outrora, mas, dentro dos limites possíveis permitidos pelo controle do DIP, o jornal começava a tecer algumas críticas veladas ao regime.

Com uma atuação conservadora de traços liberais, *A Tarde* prezava pela ordem pública e o controle dos preços deveria ser tarefa dos poderes públicos para conter a inquietação social. Contudo, ao que parece, a intervenção no mercado deveria ocorrer apenas em momentos mais críticos do abastecimento de gêneros alimentícios. A centralidade do governo e a constante intervenção na economia através do tabelamento dos gêneros não eram práticas defendidas pelo jornal.

Em reportagem intitulada “O freguez é o melhor tabelador”, de 07 de agosto de 1940, é possível perceber o segundo nível discursivo, o subjetivo. Através de perguntas feitas a proprietários de estabelecimentos e consumidores, o repórter vai na rua Carlos Gomes, onde o

¹⁰¹ DE LUCA, T. R. As revistas de cultura durante o Estado Novo: problemas e perspectivas. Disponível em: www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/4o-encontro-2006-1. Acesso em 12 jun 2014.

¹⁰² SOSA, D. Imprensa e História. *Biblos*, Rio Grande, v.19, p. 109-125, 2006, p. 109.

proprietário de um armazém teria afirmado que o fim das tabelas teria melhorado “a situação do freguês como a vendedor”, pois “às vezes vendíamos generos mais barato do que comprávamos”.

Percorrendo aquela região, o repórter chega no São Pedro, onde teria presenciado uma negociação sobre o preço do açúcar, pois tendo o consumidor chegado ao preço de 1\$050 (mil e cinquenta réis) o quilo ao invés de 1\$100 (mil e cem réis) como teria dito inicialmente o vendedor, este questionou ao repórter “Com o tabelamento, cederíamos ao freguez?”¹⁰³ Por fim, a reportagem termina afirmando que “a livre concorrência beneficia o publico”¹⁰⁴.

Corroborando com a ideia de que defendiam a regulação do Estado na economia para que se evitassem motins populares, alguns meses após ter se mostrado simpático à livre concorrência como forma de garantir o acesso aos gêneros alimentícios, o *A Tarde* trazia uma matéria com título “A vida está cada vez mais cara”, na qual afirmava:

O preço dos viveres na Bahia e, especialmente na capital, passa por alterações varias. O consumidor nunca toma pé – para usar uma expressão do vulgo – em face das oscilações no custo dos generos e, em consequencia da falta de um tabelamento criterioso, em defesa da economia popular, sujeita aos assaltos dos especuladores.¹⁰⁵

Mesmo durante o Estado Novo, o vespertino baiano designava-se como “jornal independente, político e noticioso”, informação que trazia logo na capa. Entretanto, como afirmou Heloisa Cruz, a imprensa é “espaço privilegiado de poder e mobilização da opinião pública” e, por isso, “atua sob normas e condições que expressam uma determinada correlação de forças com as quais interage de forma ativa”¹⁰⁶.

Atuando sob censura, percebe-se que a resistência ao governo não aparece de maneira nominativa e direta, como outrora se identificava os nomes de Getúlio Vargas ou Juracy Magalhães. Num contexto que a força do Estado autoritário se sobrepõe à liberdade de opinião procuram extinguir vozes dissonantes, os títulos das matérias, a frequência com que aparece determinado assunto, expressões e o recorrente uso de fotografias podem ecoar outros sentidos além de simplesmente noticiar.

Tratando-se da carestia de vida, o tornar-se frequente nas páginas do jornal pode também significar a persistência ou a gravidade que se impõe no cotidiano da população. Contudo, ao longo do governo estadonovista as expressões tenderem a explorar a criação de

¹⁰³ *A Tarde*. 07 de agosto de 1940, p. 2.

¹⁰⁴ *Idem*.

¹⁰⁵ *A Tarde*. 19 de março de 1941, p. 2.

¹⁰⁶ CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C., *Op. Cit.*, p 267.

imagens textuais de vivências que beiram a miséria. Este é o caso do editorial de 27 de junho de 1942 de *A Tarde*, sob o título de “O consumidor escorchado”, comentando que além das altas que tivera o café moído e o pão, “surpresas desagradáveis” chegariam para aqueles que já viviam “a apertar o cinto e pedir aos céus que a penúria não chegue a extremos, aumentando, ainda mais, o pauperismo alarmante numa terra tão promissora”.

Ainda segundo o jornal, a imprensa teria transmitido “o clamor das vitrinas da especulação”, mas que os especuladores continuavam a zombar da “miséria alheia e da comissão platônica do tabelamento”.¹⁰⁷ Em vista disso, a estratégia do *A Tarde* para noticiar e estabelecer a crítica ao regime não se distinguia muito daquela adotada por Vargas vislumbrando a legitimidade. A dramatização das notícias com vistas ao apelo emotivo, a simplificação da linguagem escrita ou através do uso da fotografia e a repetição torna-se a forma sub-reptícia de expressão da opinião.

Os anos que se seguiram à entrada do Brasil na Segunda Guerra em agosto de 1942, as estratégias para noticiar especificamente a carestia apelavam ao clamor popular e às ineficiências das práticas do governo, principalmente do tabelamento municipal dos gêneros. Nota-se que quanto mais essencial para a alimentação das camadas populares fosse o gênero que apresentasse elevação de preço, mais ele era utilizado pelo jornal que buscava convencer o público o quanto era necessária a mudança de postura do regime.

Neste sentido, o caso da carne verde ganhou destaque. O comércio do gênero movimentava interesses diversos a contar: criadores, abatedores, intermediários e açougueiros, sem falar do próprio consumidor. O preço da arroba do boi gordo tabelado foi mais um motivo de impasse entre produtores e comerciantes, já que cada um buscava auferir lucros. Tais questões faziam *A Tarde*, em 23 de janeiro de 1943 afirmar que: “E na carne verde que a imprensa encontra, constantemente, motivos para seu noticiário local.”¹⁰⁸. Entre os meses de janeiro a março de 1943, o tema da carne verde aparece onze vezes nas páginas do referido jornal, sem contar ainda com outras notícias e editoriais que tratavam das altas de outros gêneros a exemplo da manteiga, do leite e do açúcar.

Numa exposição de motivos sobre o problema do encarecimento da carne no mercado da capital baiana feita pela Comissão de Criadores e Engordadores, a guerra aparece indiretamente como uma das questões que afetavam o comércio deste gênero, uma vez que

¹⁰⁷ *A Tarde*. 27 de junho de 1942, p. 3.

¹⁰⁸ *A Tarde*. 23 de janeiro de 1943, p.2.

seu consumo foi aumentado em virtude da redução da importação de xarque, bacalhau, carnes defumadas, chouriças, peixes secos e em conservas e banhas causada pelo conflito mundial¹⁰⁹

Diante destes e outros motivos, para manter a cidade de Salvador e outras cidades abastecidas, a Coordenação de Mobilização Econômica na Bahia vinha estudando “in-loco, o caso da ausência do gado na feira e apurando as suas causas”, restringindo a saída do gado do território baiano, além do racionamento. Contudo, *A Tarde* afirmava que mesmo com estas medidas continuava “a falta de carne verde nos açougues” e que “a vendagem do precioso alimento vem sendo racionada e, há dias, como o de hoje, que em muitos lugares não existe nem para racionar”.¹¹⁰

A importância que a carne verde, como também o xarque, tinha no cotidiano da população fazia com que se tratando do assunto, o jornal se aproximasse da população como seu defensor. O que se veiculava sobre a carne verde tendia a vir acompanhado de imagens e de títulos chamativos, o que não parece apenas uma evidencia do agravamento da crise (que realmente existia), mas uma forma velada de chamar a atenção para as poucas soluções que dava o governo. Assim, na matéria de 23 de janeiro de 1943, ocupando três colunas na segunda página do *A Tarde* com o título “A carne verde continua sendo um pesadelo para a cidade”, a imagem do açougueiro com poucos cortes de carnes chama a atenção e corrobora com o que é nela dito que “o “beef” continua faltando nos açougues”, sendo “um herói quem consegue voltar para casa com um quilo de carne mesmo de 2^a por 1^a”¹¹¹ (Figura 02).

Figura 02 –*A Tarde* “A carne verde continua sendo um pesadelo para a cidade”



Fonte: Jornal *A Tarde*. 23 de janeiro de 1943, p. 2.

¹⁰⁹ APEB. Fundo Republicano. Secretaria de Agricultura, Cx 2378, maço 151.

¹¹⁰ *A Tarde*. 22 de janeiro de 1943, p. 3.

¹¹¹ *A Tarde*. 23 de janeiro de 1943, p. 2.

As imagens utilizadas que se referiam às queixas do povo têm uma importância fundamental nesta análise, pois uma vez que as palavras não pudessem dar o tom contra à ordem imposta, as imagens cumpriam o papel de afirmar a realidade, um modo ao qual se revestia o jornal. A imagem na imprensa, como suscitou Marialva Barbosa, em estudo sobre a imprensa no século XX, foi vista como “instrumento eficiente para reproduzir o real e a verdade”, na qual “a construção da cena sob forma impressa torna presente o ausente e permite a fixação da própria atualidade”¹¹². Assim, as imagens desempenhavam um papel tão informativo quanto o texto escrito, com múltiplos significados e subjetividades.

O uso das imagens continuaria com o compromisso de registrar as necessidades mais imediatas da população em tempos difíceis. De fato, isso não ocorria apenas com os gêneros alimentícios, mas também com os problemas de moradia (quando se deu a campanha de caça aos mocambos¹¹³), ou ainda, relacionado ao próprio dia-a-dia do cozimento dos alimentos e iluminação, como o racionamento de combustíveis durante a guerra. Havendo escassez do gênero, quando havia disponível para compra, formavam-se longas filas, como mostrou o *A Tarde* em maio de 1944, dizendo que “apesar da chuva, cerca de um milhar de pessoas, formando longuíssima fila, se comprimia, pretendendo comprar querosene, no depósito do Conselho Nacional de Petróleo, em São Joaquim” (Figura 03).

Figura 03 – A Tarde “Querosene ilumina a casa do pobre”



Fonte: Jornal A Tarde. 22 de maio de 1944, p. 2.

¹¹² BARBOSA, Marialva. *História Cultural da imprensa: Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 36.

¹¹³ A Tarde. “Um vento de bom gosto varre os tijupás”. 26 de julho de 1940, p. 2.

Um dos motivos da enorme fila não era somente o racionamento do combustível, mas porque os caminhões que faziam a distribuição foram supressos, restando ao “pobre, que trabalha para comer” ter que “entrar na fila”, perdendo todo um dia, para conseguir o litro do querosene”.¹¹⁴

Afirmar que a veiculação das imagens seria apenas um artifício criado para impor visões de um grupo diante da censura do Estado Novo, seria, por um lado, negar o próprio problema do encarecimento e da escassez de alguns gêneros que por vezes se via. No entanto, olhando o jornal para além da sua edição do dia, buscando a perspectiva de conjunto, não se furta a possibilidade de que o recurso da fotojornalismo fosse um modo deste grupo divulgar seus projetos e, a partir disto, se articular no meio social.

A imagem, num contexto em que o “poder político define os parâmetros de liberdade”¹¹⁵, apresenta maior poder de convencimento e persuasão diante da população. A mesma espécie de hipnose coletiva que a sucessão de publicações oficiais do governo procurava causar, o jornal *A Tarde* procurava delinear situações reais, como a falta da carne ou as filas para obter querosene, mas destacavam estas notícias com frases de efeito e imagens como um modo de dramatizar o cotidiano da população economicamente menos favorecida.

Contudo, é importante observar que aos poucos, mesmo com a censura em vigor, a crítica ao Estado Novo reaparece no jornal. As contradições existentes no posicionamento do Brasil em relação aos países do Eixo, e sua aproximação com a democracia norte-americana, faziam com que as críticas ao regime se acentuassem. Isto possibilitou que até mesmo os juízos a se fazerem sobre a carestia de vida ganhassem contornos mais incisivos em torno das medidas que caberia ao governo tomar.

Comparações com o jeito norte-americano de controlar a inflação gerada pelo conflito mundial tornaram-se irrefutáveis. Desse modo fez o *A Tarde*. Em edição de abril de 1944 dizia:

Balaceando o nível atingido pelos preços e comparando-os com o que ocorreu na guerra passada, o informante pôde chegar ás mais lisonjeiras conclusões. Conclusões justas, aliás, pois, na realidade, as majorações verificadas são relativamente insignificantes se considerarmos a situação em que se encontra a grande democracia, hoje empenhada numa luta que a obriga a imensas despesas, e por isso mesmo a várias medidas financeiras destinadas a fazer face ao desequilíbrio orçamentário. Pois bem, apesar de tudo isso a alta verificada nos Estado Unidos é muitíssimo inferior á que ocorreu entre nós. [...]

¹¹⁴ *A Tarde*. 22 de maio de 1944, p. 2.

¹¹⁵ CAPELATO, M. Op. Cit., 2009, p. 98.

O que há, porém, a deduzir daí é o resultado que se pode colher duma organização destinada ao controle dos preços. O essencial, no entanto, é que ela englobe toda a produção, desde a multiplicidade das materias primas e produtos de todo o genero, até os lucros do varejo. Isto é, **que não seja vesga**, apertando muito em relação a determinados comércios e permitindo a desenfreiada especulação em relação a outros.¹¹⁶ (*grifos nossos*)

As comparações da condução da economia brasileira com a economia americana durante o esforço de guerra foram, favoreceram que o *A Tarde* se voltasse a se reafirmar no cenário da imprensa baiana como um crítico ao governo de Getúlio Vargas. Assim, mais uma vez, os assuntos relacionados aos problemas de abastecimento, eram caminhos para adjetivar negativamente o regime político, colocando-o como estrábico no modo em que controlava os preços, com foco apenas no preço na circulação, enquanto que produtores e negociantes criavam estratégias de burlar a fiscalização, diferente do que, segundo o jornal, ocorria nos Estados Unidos.

As opiniões veiculadas nas páginas do jornal, pouco a pouco foram se abrindo a se reafirmar enquanto crítico contumaz do governo. O início do ano de 1945 foi de enxurradas de notícias sobre o caos do abastecimento da cidade de Salvador, principalmente sobre a insistente crise da carne verde¹¹⁷ e sobre a parca fiscalização que permitia a ocorrência da venda de carne fora do preço tabelado¹¹⁸ ou a venda de carne podre¹¹⁹, além de pão de não tinha o peso adequado¹²⁰. Estas notícias eram acompanhadas de uma euforia em torno da especulação de fim do regime de exceção, retorno à democracia e eleições. Destarte, isto se refletia em comentários relacionados ao abastecimento, realizados no jornal em 24 de fevereiro de 1945, que voltava a criticar a falta de medidas de âmbito nacional para a resolução da questão:

Apesar de toda confiança que seja possível depositar nas atividades do novo superintendente do Abastecimento, ainda permanecemos dentro do mesmo ponto de vista, que, por mais de uma vez, temos externado. Isto é, o problema é nacional, e não local. E, assim, somente poderia ser solvido, tal fosse o desejo da administração do país por meio de medidas nacionais e nunca através de providencias regionais. Realmente se todo o país constitue uma unidade economica entre os Estados, como pretender que o assunto seja solvido por determinações regionais? É o nosso ponto de vista.¹²¹

¹¹⁶ A Tarde. 15 de abril de 1944, p. 3.

¹¹⁷ A Tarde. 03 de janeiro de 1945, p. 2 e 3; 04 de janeiro de 1945, p. 3; 05 de janeiro de 1945, p. 2 e 8.

¹¹⁸ A Tarde. 22 de janeiro de 1945, p. 2.

¹¹⁹ A Tarde. 10 de janeiro de 1945, p. 2; 17 de janeiro de 1945, p. 8.

¹²⁰ A Tarde. 11 de janeiro de 1945, p. 2.

¹²¹ A Tarde. 24 de fevereiro de 1943, p. 3.

A breve análise da carestia a partir do *A Tarde* leva a perceber o quanto o tom das notícias tem relação com o posicionamento político do órgão. Não se pretende negar a existência de um quadro de vida cara, e nem colocar a carestia apenas como álibi para posicionar-se contra o governo, pois a carestia era fato noticioso pelo tamanho do descontentamento que gerava.

Entretanto, destacam-se dois aspectos. Primeiro, a habilidade política dos dirigentes do *A Tarde*, ao conduzir e elaborar artifícios de crítica, mesmo que sub-reptícia, formulando versões sobre o problema. Segundo, a compreensão da carestia não pode ser feita apenas pelo viés político, pois este engloba muito mais do que possíveis “desgovernos”, como, por vezes, expressava o *A Tarde*. Relegá-lo a esta vulnerabilidade, seria uma análise rasa do tema, que não engloba os aspectos da produção, circulação e consumo, além de não trazer a percepção ampla do aparato político-institucional para controle do abastecimento e dos preços.

CAPÍTULO 2

OS CAMINHOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS DO ABASTECIMENTO

2.1 ATÉ CHEGAR À MESA DO POVO

A carestia dos gêneros alimentícios, ou ainda, sua possível escassez tem impacto direto no cotidiano da população, uma vez que a subsistência passa a ser um desafio. Propalado pelos jornais da cidade, requerendo medidas urgentes, tornou-se comum a caça aos especuladores e monopolistas que agiam com ganância sobre um direito básico à sobrevivência humana. Processadas dentro de uma lógica de justiça e bem-estar comum, é possível supor que os sujeitos, diante de tais circunstâncias, passaram a cobrar do comerciante varejista melhores preços no mercado. Contudo, olhar a carestia apenas pelo aspecto da especulação é ter uma compreensão simplista sobre o problema.

Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva (1979), ao se debruçarem acerca da escassez de trabalhos existentes sobre o abastecimento interno, alertam que estas crises não são “meras ‘obstruções’ nos canais de abastecimento”, mas que englobam etapas como a produção, a circulação e o consumo. Afetando alguma destas etapas, o que ocorre é uma desregulação do processo. As obstruções tornam este processo permeado de complexidades, pois são dados tanto por fatores endógenos à própria economia – como a flutuação do câmbio e a inflação – e/ou por fatores exógenos como o movimento demográfico, a guerra, o clima e a política.¹²²

Para a elevação dos preços dos gêneros alimentícios em Salvador no período de 1937 a 1945, que eram reclamados antes mesmo da guerra, é difícil precisar um canal de obstrução da via até chegar à mesa da população. A profusão de fatores a influenciar neste processo era variada, como por exemplo: a inflação do país e a crise cambial, as estiagens prolongadas que provoca a redução da produção e o consequente êxodo rural que ocasiona a diminuição de mão-de-obra para o trabalho no campo, além do conflito mundial que impôs a adoção de medidas econômicas em prol da defesa da nação, como também o próprio racionamento de gêneros alimentícios.

¹²² LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História política do abastecimento* (1918-1974). Brasília: BINAGRI, 1979, p. 18.

Ainda que possa parecer um encadeamento linear e homogêneo, a produção, a circulação e o consumo se inter-relacionam e são interdependentes. Karl Marx, em análise sobre o assunto, reconhece que tais esferas não são idênticas, mas que elas são “elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade”¹²³. Dentro da totalidade que é o processo de abastecimento, cada uma destas etapas possui características próprias e não são imediatamente encadeadas. Ao analisar a produção, vê que ela se relaciona primeiramente ao consumo do que à circulação. Por exemplo, no caso em estudo sobre abastecimento alimentar, é a necessidade do consumo de farinha de mandioca, que pode fazer a produção deste gênero elevar-se. Desse modo, cada etapa do processo, não é um fim em si mesmo, mas é na realização de cada fase do abastecimento é que se cria a outra.

Em estudo sobre a historiografia baiana sobre o abastecimento, Mario Augusto Santos (1986) sugere caminhos metodológicos para a compreensão e abordagem do tema. Para ele, o primeiro passo é conceber os hábitos de consumo da população em geral, alimentos comuns a todas as camadas sociais. Feito isso, debruça-se sobre a produção e a circulação dos gêneros, percebendo o movimento de preços no mercado.¹²⁴ Estes caminhos sugerem a ideia de Marx de que estas etapas não são estáticas, esperando o cumprimento de uma para que a outra aconteça. Elas acontecem sucessivamente e, por isso, criam demandas umas sobre as outras: o consumo cria sobre a produção, a circulação e o sistema de trocas, ao se expandir, também cria demanda sobre a produção, que se compreende o próprio ato de produzir, mas se perpetua nas outras esferas.¹²⁵

Neste sentido, tendo como ponto de partida o consumo, para perceber os hábitos de consumo da população de Salvador, Santos a dividiu em três grupos de renda e arrolou os alimentos que eram consumidos de modo restrito, médio e outros de modo geral, como farinha de mandioca, pão, carne verde, charque, bacalhau, feijão, café, açúcar, banha e sal.¹²⁶ Estes gêneros alimentícios compunham, dessa maneira, a base alimentar da população da capital baiana. Nos momentos em que os seus preços elevaram-se ou a escassez recaía sobre estes gêneros, havia descontentamento da população, bem como as políticas do governo lhes teriam maior incidência. A carne verde e o charque são exemplos disso.

¹²³ MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. (Coleção os Economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 13.

¹²⁴ SANTOS, Mário Augusto Silva. O tema do abastecimento na historiografia baiana: uma avaliação. In: *Universitas*. Cultura. Salvador: n. 35, jan/mar 1986, pp. 103-117.

¹²⁵ MARX, Karl. Op. Cit, p. 13-14.

¹²⁶ SANTOS, Mário. Op. Cit., 1986, p. 110.

Acompanhando as notícias nos jornais no período em estudo, a partir de 1943 nota-se que se agrava o problema da distribuição de carne em Salvador. Semanalmente, o *A Tarde* passou a publicar um balanço do movimento do gado na Feira de Santana explicitando o número de rezes que entravam, saíam e eram devolvidas, bem como o preço da arroba do boi. O jornal em 12 de fevereiro de 1943 trazia a insatisfação popular diante de uma crise que, naquele momento, caminhava para ser generalizada quanto aos gêneros alimentícios. Assim ele registrava:

Não houve solução até agora para o abastecimento de carne verde. Surgem reclamações em numero cada vez maior, visto que as medidas sugeridas pela Coordenação não surtiram resultado. O gado em pé foi tabelado, mas os preços não foram obedecidos. No retalho, a mesma cousa. Como ha três qualidades, certos negociantes desescrupulosos vendem gato por lebre, tirando partido da confusão.¹²⁷

Nos primeiros meses de 1943 reclamava-se no jornal da falta de carne verde e até mesmo de charque em Salvador, remetendo estas questões para o agravamento da crise de abastecimento e a elevação de preços. Em princípios de março, o *A Tarde* noticia que “gado é o que não falta”, mas que há “um retraimento, em que se encontram os abatedores” e que segundo informações recebidas de um trabalhador do Sindicato dos Empregados no Comércio, desde setembro de 1942 e até aquela data, uma empresa de abatedores de gado em “períodos de 3 até 2 dias, já está com um total de 94 dias alternados sem abater uma rez”¹²⁸. Havendo obstruções do processo de abastecimento da carne ocasionando baixa oferta, em junho de 1943, o governo procurou, junto à Comissão de Criadores e Engordadores, uma exposição de motivos sobre o problema.

Em relatório, a Comissão destacava que a Bahia nunca produziu gado suficiente para o seu consumo interno e sempre importava de estados vizinhos como Minas Gerais, Goiás e Piauí. Entretanto, as políticas de abastecimento de cada estado, juntamente com o interesse em comercializar carne frigorificada com outros mercados mais lucrativos, fez com que houvesse uma redução da importação do gado vivo do estado de Minas Gerais. Os engordadores de gado reivindicavam melhores tabelas de preços para continuarem a importar o gado mineiro. Com a arroba do boi custando na Bahia Cr\$ 39,00, enquanto no estado

¹²⁷ *A Tarde*. 12 de fevereiro de 1943, p. 3.

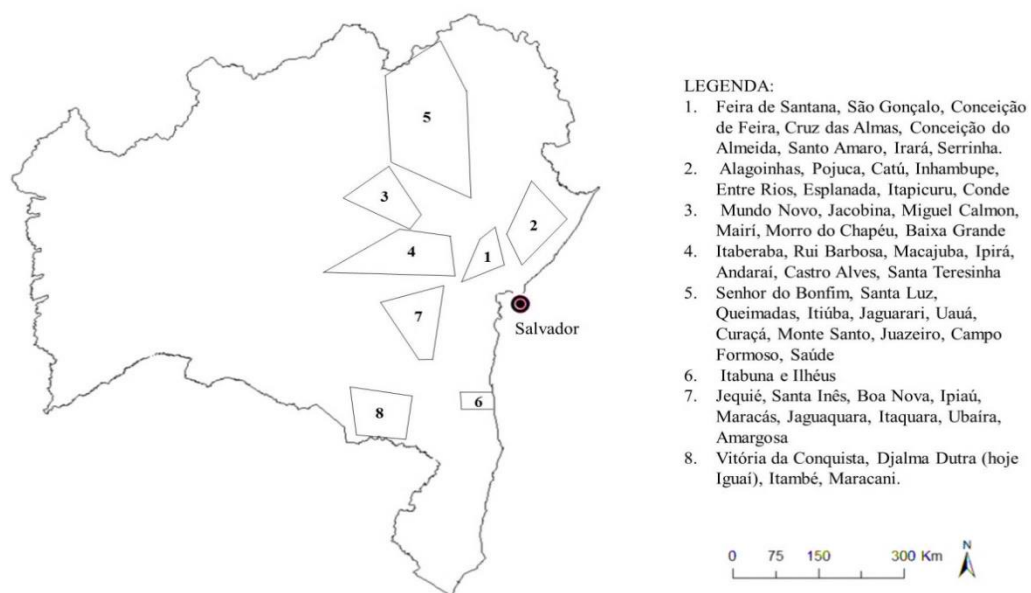
¹²⁸ *A Tarde*. 04 de março de 1943, p. 2.

vizinho era Cr\$ 44,00 inviabilizou a importação do gado que ainda iria obter ganho de peso para o abate e só depois levado para Feira de Santana.¹²⁹

O impacto dessa redução se dava tanto sobre a carne verde, quanto com o charque que era importado tanto do norte mineiro, quanto do Rio Grande do Sul. Desse modo, sobrava ao habitante de Salvador, e possivelmente de outras regiões da Bahia, o descompasso entre a procura e a oferta, fazendo com que quando não era escassa a carne, o seu preço fosse exorbitante para os sujeitos das camadas populares. Se as circunstâncias já não eram boas para o abastecimento da população, dias piores poderiam vir se alguma epidemia animal ou possíveis alterações climáticas ocorressem nos meses seguintes.¹³⁰

Entretanto, se era problemática a produção da carne bovina, também era a sua distribuição. A interligação entre as áreas produtoras e o maior mercado consumidor do estado, Salvador, era um fator determinante na má distribuição dos gêneros em geral. Em decreto de janeiro de 1946, já após findo o regime político de exceção, o governo define áreas pastoris na Bahia, que se assentam conforme a facilidade de comunicação entre elas e Feira de Santana, centro distribuidor, e desta com a capital (Figura 04).¹³¹

Figura 04 – Mapa de áreas pastoris do Estado da Bahia definido pelo Decreto-Lei nº 743 de 1946



Fonte: Mapa adaptado conforme o Decreto-lei nº743 de 10 de janeiro de 1946.

¹²⁹ APEB. Fundo Republicano. Secretaria de Agricultura. Caixa 2378, maço 151.

¹³⁰ Idem.

¹³¹ APEB. Fundo Republicano. Secretaria de Agricultura. Caixa 2340, maço 36. Decreto-lei nº743 de 10 de janeiro de 1946.

O objetivo do Decreto-Lei estadual nº 743 de 1946, era criar zonas pastoris que desenvolvessem atividades como exposições agropecuárias intermunicipais, visando aperfeiçoar a produção de carne e derivados no estado. No entanto, ao definir que cada zona compreende “os municípios mais próximos, sob as mesmas condições econômicas e de facilidade de transporte”¹³² e circunscreve-las no mapa acima, se coloca em tela o problema dos transportes na Bahia e sua comunicação com a capital. A definição das zonas pastoris por esse decreto não menciona que as outras áreas fossem improdutivas, e se sabe que não eram.¹³³ Entretanto, traz uma compreensão da dificuldade de comunicação entre as mais diversas regiões do estado, que pouco avançava para oeste, além do São Francisco.

A questão da facilidade de vias de comunicação para o escoamento de gêneros é mencionada em telegrama remetido à Secretaria de Agricultura da Bahia em outubro de 1943 pelo Ministro da Agricultura, que comprometido com os esforços de guerra, pediu a relação de municípios produtores de feijão, mandioca, arroz, batatas, amendoim e mamona para traçar um plano de expansão agrícola. Queria o ministro, que os municípios também informassem a possibilidade de aumento imediato da produção de gêneros básicos de alimentação, caso fosse facilitado o transporte¹³⁴.

Na resposta ao pedido do Ministro da Agricultura, as linhas de comunicação internas da Bahia não são mencionadas. Não obstante, os dados sobre o que produz cada região do estado em termos de gêneros básicos à subsistência, trazem uma compreensão de que havia em todos os municípios o cultivo da chamada lavoura menor, em contraposição à lavoura de exportação.¹³⁵ Dos 149 municípios citados, todos produziam mandioca, base para a feitura da farinha amplamente consumida e quase todos produziam milho, sendo a exceção apenas três (Itaparica, Jaguaripe e Taperoá). Em muitas regiões geofísicas do estado havia plantação de arroz, feijão e batatas, variando conforme condições climáticas propícias a cada cultivo.¹³⁶

¹³² APEB. Fundo Republicano. Secretaria de Agricultura. Decreto-lei nº 743 de 10 de janeiro de 1946. Caixa 2340, maço 36.

¹³³ Katia Mattoso em estudo sobre abastecimento de Salvador no século XIX, além destas áreas que o Decreto-lei nº743 de 10/01/1946 faz referência, ela analisa as áreas produtoras de carne verde citando a zona do Sertão Alto que compreende o vale do São Francisco. Cf.: MATTOSO, Katia M de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p. 255-258.

¹³⁴ APEB. Fundo republicano – Secretaria de Agricultura. Caixa 2378; maço 151.

¹³⁵ Mário Augusto Silva Santos traz uma compreensão de que as terras da Bahia eram improdutivas em *A República do Povo: sobrevivência e tensão* quando se refere ao quadro da produção na Bahia. Cf. SANTOS, Mário. Op. Cit., 2001, p. 71.

¹³⁶ APEB. Fundo republicano. Secretaria de Agricultura. Caixa 2378; maço 151.

O esforço de guerra, que preconizava o aumento da produção interna de gêneros básicos para a subsistência, pode-se traduzir como a formação de um front interno de batalha. Como analisou Roney Cytrynowicz, em estudo sobre a mobilização da guerra em São Paulo, esse *front* interno:

Não se tratava apenas de oferecer toda a retaguarda e a infra-estrutura econômica e militar para os exércitos, mas de se preparar militarmente para bombardeios para alvos claramente civis e, essencialmente, de manter todas as esferas da vida privada e pública em permanente estado de mobilização a serviço do Estado, submetidas a uma lógica e a um controle que escapavam inteiramente à compreensão do indivíduo.¹³⁷

Desse modo, o estado beligerante de guerra existente desde agosto de 1942 ao impor no cotidiano da população novas situações como o racionamento e o próprio medo da escassez de alimentos asseverava o quadro de carestia de gêneros alimentícios verificados desde a década anterior. Além da guerra, o incremento demográfico de Salvador e a flutuação demográfica das regiões produtoras de alimentos confluíram para que os anos quarenta fossem de maior inquietação com a produção voltada para o consumo interno.

Muitas das informações sobre a produção de gêneros agrícolas e pecuários do estado perpassam pelas demandas criadas pela Coordenação de Mobilização Econômica. O órgão criado em 1942, ligado diretamente ao Presidente da República, tinha o objetivo, em seu amplo campo de atuação, de garantir os meios e as condições econômicas para que o país não sofresse desabastecimento durante a guerra. O modo corporativista do Estado Novo possibilitava que, por meio deste órgão, o governo central articulado com estados e municípios, controlasse a produção e a distribuição dos gêneros de primeira necessidade.

Desse modo, em agosto de 1943, quando a Coordenação de Mobilização Econômica enviou telegrama para as autoridades baianas, solicitando a urgência dos dados da produção do estado entre os anos de 1940 e 1942, consegue-se traçar um panorama da produção de alguns víveres na Bahia. Dos gêneros destacados por Mario Augusto Santos que constam no relatório, destacam-se o feijão, o café e a mandioca para a farinha. Neste período, da produção arrolada verifica-se um aumento progressivo da produção de mandioca de 1.279.456 toneladas em 1940; 1.600.000 em 1941; e 1.900.000 em 1942. Sobre o café há apenas um registro, enquanto que com o feijão houve queda e no ano seguinte aumento na produção.¹³⁸

¹³⁷ CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração; EDUSP, 2000, p. 15.

¹³⁸ APEB. Fundo Republicano. Secretaria de Agricultura. Caixa: 2378, maço 151.

Karl Marx ao analisar o processo de abastecimento, verifica que a produção não pode ser compreendida à luz dos acontecimentos naturais, ainda que haja influência de questões climáticas sobre ela. A produção, para ele, é uma apropriação que o indivíduo faz da natureza numa dada forma de sociedade, que se intercambia com as outras esferas como o consumo e a distribuição. Para Marx, o consumo cria a necessidade da produção, bem como a oferta de determinados gêneros criam novos hábitos de consumo. Com isso, pode-se aviltar que a elevação dos preços de outros gêneros, bem como o aumento demográfico verificado em Salvador, pode ter feito com que o consumo da farinha subisse refletindo em maior necessidade de produção.¹³⁹

Contudo, consumir farinha de mandioca das mais variadas formas, era típico na vida do baiano, fosse em tempos de crise ou não. Nos contos sobre os costumes do soteropolitano em tempos idos, Hildegardes Vianna relembra: “Conheci uma geração comedeira de farinha. Gente que comia pirão sólido de manhã, de tarde, de noite, gente que morreu de velho, sem ter mostrado muita simpatia pelo arroz ou pelo macarrão.”¹⁴⁰ A farinha de mandioca assumia papel central nas refeições, enquanto o arroz ainda nem compunha um hábito diário na alimentação do baiano. A produção do cereal na Bahia não se comparava à da mandioca ou mesmo do feijão. Entre 1940 e 1942, a produção do arroz em casca era respectivamente 209.270, 195.000 e 230.000 sacos de sessenta quilos.¹⁴¹

Mesmo sendo preponderante o consumo da farinha de mandioca, outra farinha, a de trigo, parecia ganhar espaço nos hábitos da população. A elevação de preço do pão era acompanhada por sucessivas notícias no *A Tarde*, no sentido de que o “pão nosso de cada dia”¹⁴² estivesse dentro das possibilidades de consumo dos indivíduos e não ficasse à mercê das regras dos produtores, conforme noticiava em 14 de agosto de 1940:

A partir do dia 16 o preço do pão vai sofrer, em quilo, a majoração de 200 reis. [...] Que se fez, quais as providencias tomadas para que não se consumasse o aumento anunciado? Que se conheça, nenhuma. Os padeiros para subirem o preço do precioso alimento deram os seus motivos: a majoração de custo da matéria prima em 7\$ por sacco de 50 quilos. E que alegou o Moinho da Bahia para a gravação? Que a farinha subiu de preço no mercado produtor...¹⁴³

¹³⁹ MARX, Karl. Op. Cit.

¹⁴⁰ VIANNA, Hildegardes. *Antigamente era assim*. Rio de Janeiro: Record; Salvador: FUNCEB, 1994, p. 92.

¹⁴¹ APEB. Fundo Republicano. Secretaria de Agricultura. Caixa: 2378, maço 151.

¹⁴² *A Tarde*. 14 de agosto de 1940, p. 2.

¹⁴³ *A Tarde*. 14 de agosto de 1940, p. 2.

Como colocou a notícia do *A Tarde*, a dependência do mercado externo para obter o trigo criava as flutuações de preço no mercado interno. O Brasil importava o trigo de duas formas: em grãos, cujo principal fornecedor era a Argentina e na forma de farinha, sendo os Estados Unidos o fornecedor do produto. Haja vista a pouca produção de trigo no Brasil e a sujeição dos preços do mercado externo, fez com que o governo brasileiro, ao longo dos anos 1930, principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, desenvolvesse pesquisas visando estratégias de autossuficiência em farinhas panificáveis através da adição de produtos nacionais como o milho e a mandioca na massa do pão¹⁴⁴.

De certo, o pão foi se consolidando como um gênero básico da alimentação do soteropolitano. Referências sobre ele são encontradas no cardápio da Penitenciária, onde o pão figura nos almoços como acompanhamento e na ceia¹⁴⁵. O aumento de preços não causava apenas instabilidade às tabelas impostas pela municipalidade, como também criava entre os sujeitos a necessidade de substituí-lo por outros gêneros como a batata doce, inhame, aipim e fruta-pão. Não obstante, a substituição colocaria o pão em papel secundário na alimentação apenas por um período, pois, como elucida Santos, bastava o pão voltar à preços mais acessíveis, para o consumo dele se reestabelecer como outrora.¹⁴⁶

Outro gênero de amplo consumo entre as camadas populares era o bacalhau. Hildegardes Vianna relata que, antes da Segunda Guerra, “com apenas 10 tostões, no caso de um-mil réis, ele [um cristão] comprava uma “quarta” de bacalhau, meio quilo de farinha, um tantinho de vinagre misturado com azeite doce” e estaria feita sua ceia da Quaresma. Claro, este cardápio não era de “gente que chamaríamos hoje de colunável”, mas “era comida do dia-a-dia do proletário, que sobrevivia conforme Deus permitia.”¹⁴⁷ Gênero que, segundo ela, era cercado de preconceitos, alcançando o poder de compra das camadas populares aquele que ardia com facilidade, “difícil de se tornar saboroso, quase uma palha”, bem diferente do “Bacalhau” que era carnudo, “mais caro no preço, mais gostoso na panela”.

Mesmo diante destas distinções, as percepções da carestia do bacalhau se faziam mais marcantes durante as festas religiosas que recomendavam o jejum de carne vermelha. Noticiou *A Tarde* o jejum obrigatório da Semana Santa do ano de 1942:

¹⁴⁴ NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. A busca de auto-suficiência em farinhas panificáveis. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. SP, nº 30m, 2009, p. 6-7.

¹⁴⁵ APEB. Fundo Republicano. Secretaria de Segurança Pública. Caixa 6478, maço 2.

¹⁴⁶ SANTOS, Op. Cit., 2001, p. 69.

¹⁴⁷ VIANNA, Op. Cit., p. 57.

Antigamente, havia abundância de bacalhau, cuja aquisição estava ao alcance até da bolsa do pobre. Hoje, entretanto, já não é assim. Bacalhau só aparece na mesa dos portentados. Está apostando corrida, na alta do preço, com o xarque nacional, agora também escasso na alimentação de quem não é rico ou funcionário público de classe elevada... Não sendo possível o bacalhau, o recurso é valer-se do peixe. Este, por seu turno, tem o seu preço quase proibitivo. Um quilo de “vermelho”, um pescado saboroso, custa 5\$ ou 6\$, apesar da tabela oficial marcar 4\$000. E isso quando é encontrado.¹⁴⁸

Este não seria a única Semana Santa em que não se encontraria variedades de pescados para que a população pudesse ter acesso. No ano seguinte, a Igreja dispensou o jejum e o A Tarde fazia a chamada: “Mas o bahiano jejuará: bacalhau, pescado e carne. Nada existe no mercado.”¹⁴⁹ Desse modo, a crise se delineava não era apenas pelos altos preços, mas também pela falta dos gêneros no mercado, notando-se a inexistência de alternativas que compusesse cotidianamente o prato das camadas populares.

Ao que parece, ao acompanhar as notícias dos jornais, poucos foram os gêneros que não tiveram seus preços tão elevados ou se escassearam no mercado. Remetendo aos gêneros que Mario Augusto Santos destacou como de amplo consumo, não se encontram as verduras, as frutas e os legumes, mas não são menos importantes por comporem o preparo da comida. A carne proveniente do frango não está na relação de gêneros básicos destacada pelo autor. Ela não se encontrava no rol dos gêneros altistas, isto porque a facilidade de criá-los em quintais dentro da própria cidade pode ter contribuído para que seus preços não se elevassem. Sobre esta criação, Vianna relata que era uma “arte caseira muito apreciada” e “das mais cultivadas”, quando dispunha de quintais para a instalação de galinheiro.¹⁵⁰ Desse modo, como criação para a própria subsistência, que além da própria carne, ainda oferecia os ovos, fez com que eles não figurassem os mesmos problemas que a carne verde e outros gêneros.

Entretanto Mario Augusto Santos, em seu estudo para sobre a carestia na Bahia da Primeira República, desenvolveu outra vertente de compreensão para que a galinha não estivesse entre os gêneros de preço elevado. Segundo ele, tanto galinha, quanto ovos não tinham procura rotineira, e comer estes alimentos tinha uma relação intrínseca com a dieta de convalescentes. Contudo, já não seria possível afirmar o mesmo para o período deste estudo. O consumo de galinha se não estava entre os hábitos alimentares mais arraigados da população, parece ter sido alternativa encontrada para driblar escassez e altos preços das

¹⁴⁸ A Tarde. 07 de março de 1942, p. 2.

¹⁴⁹ A Tarde. 24 de março de 1943, p. 2.

¹⁵⁰ VIANNA, Op. cit., p. 120.

outras fontes proteicas. Quando não criadas em seus próprios quintais ou compradas em estabelecimentos apropriados, o roubo de galinhas possivelmente teria se tornado um meio de adquiri-las. Apenas entre os meses de março a abril de 1944, na Diretoria de Investigação da Polícia chegaram pelo menos sete queixas de roubo de animais nas circunscrições policiais de Salvador, dos quais perfilam a soma de cerca de 60 galinhas, um porco e uma queixa referente ao roubo de trinta e cinco litros de leite.¹⁵¹

Ao trazer um balanço da produção de gêneros na Bahia, não é possível afirmar se o que era produzido atendia as necessidades do consumo do estado, pois é preciso levar em conta que a produção para mercados vizinhos, muitas vezes, lograva maiores lucros. Exemplo do deslocamento da produção, está na pauta de exportação por cabotagem, encontrada nos Boletins da Associação Comercial, onde se encontram gêneros como feijão, farinha de mandioca panificável, bacalhau, açúcar, café sendo destinado a outros mercados¹⁵². O comércio da carne verde segue esta mesma lógica, que mesmo vivenciando uma crise interna em relação ao seu fornecimento, a Bahia ainda a exportava para os estados de Sergipe, Alagoas e Pernambuco.¹⁵³

Desse modo, a circulação dava os contornos para a compreensão do abastecimento da cidade de Salvador. As feiras, principalmente de animais, realizadas nos centros de distribuição como Feira de Santana, Alagoinhas e Jequié davam o destino de muitos destes gêneros¹⁵⁴. A formação e consolidação destes mercados distribuidores estavam condicionadas não só por serem, historicamente, pontos de paradas de tropeiros, como também às transformações urbanas que se processavam na capital baiana desde a Primeira República, restringindo as áreas de produção de gêneros alimentícios.

As transformações urbanas são percebidas no censo de 1940, quando Salvador compreendia apenas distritos urbanos e suburbanos, não havendo distritos rurais. Esta constatação se reflete até mesmo na ocupação da população, uma vez que as atividades

¹⁵¹ APEB. Fundo Republicano. Secretaria de Segurança Pública. Caixa 6497, maço 2.

¹⁵² Conforme a pauta de exportações de cabotagem disponível nos boletins mensais da Associação Comercial da Bahia no período de janeiro a junho de 1942.

¹⁵³ APEB. Fundo Republicano. Secretaria de Agricultura. Caixa 2378, maço 151.

¹⁵⁴ O mercado de Feira de Santana e Jequié foram oficializados pelo Decreto-Lei nº 12.769 de 26 de maio de 1943. Já Alagoinhas, assim como Feira de Santana, é uma outra feira importante do estado citada por Milton Santos como uma das responsáveis por redesenhar a visão apenas geofísica de Recôncavo. Mediante as transações comerciais com a capital baiana, acentuadas pelo desenvolvimento das vias de comunicação, para o autor, o Recôncavo teria englobado estas duas cidades formando uma nova rede urbana. Cf.: SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

ligadas ao cultivo e à criação de animais foram diminuindo. Em 1940, havia um total de 7.697 indivíduos ocupados no ramo de pecuária, agricultura e silvicultura, enquanto que em 1950 este número cai para 6.367, representando um decréscimo de 17%.¹⁵⁵ Esta redução de indivíduos ocupados em ramos ligados à produção de gêneros ratifica a ideia de que a urbanização das cidades fez com que a intermediação da mercadoria nos centros urbanos aumentasse. Isto tornava mais complexo a circulação de gêneros alimentícios, uma vez que entre as zonas produtoras e a capital haveria um longo trajeto, no qual, além do produtor em si, estariam envolvidos interesses diversos de distribuidores, dos comerciantes em grosso e, finalmente, dos que vendiam em retalho.

Na etapa da circulação, além de interesses particulares registrados nas trocas entre negociantes que desejam obter lucro sobre produto comercializado, aos transportes é atribuído um dos grandes problemas verificados no trânsito entre produção e consumo. Apesar de possuir uma malha ferroviária que se comunicava com a navegação a vapor e o crescente desenvolvimento das estradas de rodagem, as comunicações na Bahia ainda eram deficitárias. A insuficiência de comunicações poderia aumentar ainda mais a intermediação das mercadorias até chegar a Salvador, uma vez que entre algumas zonas produtoras e a capital não houvesse apenas um único meio de transporte que pudesse realizar o trajeto.

Desse modo, a questão dos transportes propulsou a formação de comerciantes intermediadores entre o sertão e a capital baiana.¹⁵⁶ Não era apenas a insuficiência de comunicações que interferia no processo de abastecimento. A qualidade dos transportes é mencionada no Relatório Anual de 1937 da Associação Comercial da Bahia, que reclamava sobre o modo que o transporte entre os centros de produção para os de distribuição interferia nos negócios de sua classe. No relatório afirma-se:

Constituiu assunto do mais vivo interesse para a Diretoria, no exercício que ora relatamos, o problema de transportes na zona percorrida pelas linhas da Leste Brasileiro, notadamente nos trechos Bahia-Joazeiro e Bahia-Sergipe, onde mercadorias se acumulam á margem das linhas, aguardando transporte, sem poderem circular para os mercados consumidores locais e estrangeiros. Êsse estado de cousas trouxe um retraimento sensível nos mercados de importação, de referencia á aquisição dos produtos bahianos, pela

¹⁵⁵ IBGE. Censo demográfico de 1940.

¹⁵⁶ A precária comunicação entre as regiões do estado, além de ter sido um percalço para o abastecimento, foi também responsável por criar outras regionalidades, fazendo com que os laços de identidade e a referência da capital não as alcançassem, sendo maior a probabilidade de comunicação dessas regiões com outros estados, e não mais tendo Salvador como uma espécie núcleo agregador. Cf.: FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. “Eu vou para a Baía”: a construção da regionalidade contemporânea. *Bahia Análise & Dados*, Salvador-BA, SEL, v. 9. n.4 p. 24-37, 2000.

impontualidade dos vendedores da mercadoria vendida, em consequência da falta de meios de transporte dos centros de produção para os de distribuição e re-exportação, como esta Capital.¹⁵⁷

A deficiência de um sistema de transporte rápido e de baixo custo, além de majorar os preços, poderia contribuir, ainda, para a deterioração dos alimentos. A situação se acentuaria após o início da guerra em 1939, quando as dificuldades de importação de combustíveis e o racionamento, fariam o valor dos fretes entre as zonas produtoras e consumidoras aumentarem, tornando-se necessário se repassarem os custos. Entretanto, apesar dos transportes constituírem-se uma questão que urgia soluções para a eficiência do abastecimento, estudos mostram que ele, sozinho, não seria o agente causador da alta de preços.

Como demonstraram Kátia Mattoso e Mário Augusto Santos, o problema maior da irregularidade na oferta de alimentos em Salvador, principalmente de carne verde, mesmo eles se debruçando em momentos distintos, era decorrente do monopólio e da especulação. Para Mattoso, em relação à carne, havia comerciantes grossistas que mantinham a exclusividade do seu fornecimento. No comércio de gêneros em geral, ela afirma que o caráter de monopólio e açambarcamento era típico do mercado de Salvador, que estava na mão de grandes capitalistas que possuíam facilidades de crédito que propiciavam que cada um deles tivessem seus próprios trapiches para se que estocassem os produtos. Logo, interferiam diretamente nas leis da oferta e da procura de alimentos, forçando a elevação de preços.¹⁵⁸

Santos sugere que esta situação fosse gerada pela dispersão do varejo, haja vista a expansão física da cidade, e concentração dos negócios em atacado. O quadro se verifica para 1940 quando a cidade possuía 2.347 estabelecimentos varejistas e 360 entre atacado e misto.¹⁵⁹ Supondo, ainda, que a capital acompanhasse o mesmo ritmo quanto à distribuição dos ramos destes comércios, pode-se afirmar que a grande maioria era destinada à venda de gêneros alimentícios, bebidas e estimulantes.¹⁶⁰

Além do monopólio de alguns atacadistas, quando havia a livre concorrência no varejo, ou seja, sem a intervenção das tabelas de fixação de preços, ela trazia prejuízos para o

¹⁵⁷ Associação Comercial da Bahia. Relatório 1937, p. 11-12.

¹⁵⁸ MATTOSO, Op. cit, p. 257.

¹⁵⁹ SANTOS, 2001, Op. cit, p. 71.

¹⁶⁰ O censo comercial de 1940 (IBGE) registra um total de 11.417 empresas de varejo no estado da Bahia, dos quais 8.291 destinavam-se ao comércio de gêneros alimentícios, bebidas e estimulantes; 908 empresas de atacado, dos quais 227 eram de gêneros alimentícios; e um total 757 em regime misto, com 178 destinada ao comércio de alimentos.

comércio local devido ao monopólio que se exercia. Em vista disto, em artigo intitulado “A Concorrência Excessiva”, a Revista dos Varejistas da Bahia, ligada à Associação dos Varejistas da Bahia e defensora da livre concorrência, expôs que do “ponto de vista econômico, político e moral, nada é mais salutar que a concorrência”, porque “graças a ela processos industriais e métodos mercantis atingiram a grande perfeição, melhorando a qualidade dos produtos, aumentando-lhes a quantidade e reduzindo-lhes o preço, com vantagem para produtores, intermediários e consumidores”¹⁶¹.

Entretanto, aos olhos de Aliomar Baleeiro, autor do artigo, a livre concorrência em seu tempo teria se tornado uma espécie de “intoxicação”, pois era uma forma de monopolizar os produtos. Para o alívio deste mal, haveria apenas um “veneno” para “curar e dar a vida”: a intervenção do Estado.¹⁶² O comércio de gêneros alimentícios era o exemplo mais fidedigno desta situação, em que o excesso da concorrência seria prejudicial para o povo, porque:

ao envez de baixa de preços, dá-se o contrario pelo aumento de despesas gerais. Em regra, uma zona povoada tem um ponto de saturação para o comercio, a partir do qual não se poderá consumir ou absorver o excesso de oferta. Assim como um copo d'agua poderá dissolver apenas um certo numero de colheres de sal, mas deixará que se acumulem no fundo as que excederem certo limite, também as praças e freguesias podem comprar apenas até certa soma, em determinado espaço de tempo, resultando daí a sobra e o desperdicio de “stocks”, com os prejuízos inerentes a todo capital morto.¹⁶³

A imagem de um comércio saturado é transmitida por Baleeiro. Não obstante, a saturação da qual o autor se refere é da proliferação de estabelecimentos. Esquece, porém, de salientar que o monopólio que fazia os preços proibitivos para uma parcela da população, não era apenas o dos estoques gerados em pequenos estabelecimentos, mas das grandes casas comerciais que, muitas vezes registradas em comércio misto, controlavam o fornecimento de gêneros alimentícios tanto no comércio em grosso, quanto a retalho. Tais aspectos do comércio baiano já eram verificados mesmo nos polos de distribuição. O monopólio da carne verde era um dos casos mais comuns, no qual poderia haver casos em que o dono de redes de açougues, controlava o abate e ainda possuía fazendas de criação.¹⁶⁴

¹⁶¹ Revista dos Varejistas da Bahia. Ano I, nº 8, maio de 1939, p. 3.

¹⁶² Idem.

¹⁶³ Idem.

¹⁶⁴ Sobre esta questão, Cf.: LINS, Rafael Quintela Alves. *A cidade ferve e o bicho espreita: os dominantes e a política em Feira de Santana (1945-1964)*. Mestrado em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana: UEFS, 2014, p. 45. O autor associa a

Desse modo, a hegemonia de algumas casas comerciais no fornecimento de gêneros alimentícios básicos caracterizava-se como um entrave à própria livre concorrência, pois nem todos tinham as facilidades de crédito no mercado para investirem a ponto de obterem o controle, sozinho, de determinado ramo. Em épocas em que os preços se elevavam, provocando o descontentamento popular, o caráter monopolista ficava mais evidente. Uma vez que, tendo o indivíduo maior contato com o comércio à varejo, as reclamações começavam a circular na cidade, chegando à imprensa recaindo toda a culpa sobre eles. Ressaltando esta situação, o *A Tarde* em uma de suas edições de agosto de 1940 publicava:

Os gêneros estão subindo de preço. Apesar das promessas de que não haveria alteração nas tabelas costumeiras do varejo, mal se extinguiu a Comissão controladora, entre o varejista e o público, aquele passou a exigir mais e mais e mais pela sua mercadoria. Da maneira por que marcha tamanho desembaraço, onde iremos parar?

Os abatedores de gado e os donos de padarias colocaram-se à frente do movimento. Ainda se não encaixaram entre os altistas. Querem, porque querem, contudo, obter, para isso, a imprescindível licença. Alegam prejuízos. Não podendo ganhar hoje o que nos tempos calmos ganhavam, sentem-se roubados e dão-se as mãos numa tentativa que lhes permita o mesmo nível econômico de outrora.¹⁶⁵

Como é exposto no trecho do jornal, a circulação dos gêneros alimentícios revestia-se de variados contornos, pois estavam em jogo os interesses de diversas categorias do comércio. O desejo em lograr margens de lucros como antes da existência de um quadro de carestia, fazia com que os embates com a prática do tabelamento fixado pelo poder municipal fosse uma constante, sendo até mesmo difícil precisar quantas comissões de tabelamento foram formadas e, que por não conseguirem manter os preços fixados diante de tantos embates, foram extintas.

Acompanhando as notícias dos jornais são percebidas muitas justificativas dadas por comerciantes tanto grossistas, quanto retalhistas para burlarem o tabelamento de preços. Argumentavam a necessidade de fazer o repasse dos aumentos vindos das zonas produtoras, como no aumento de preço do pão; em alguns casos as altas eram dadas no comércio à varejo sob acusação de monopólio que os comerciantes atacadistas exerciam sobre o produto,

reacomodação política do pós-1930 das elites políticas feirenses e os empreendimentos que dominavam o comércio da carne verde dos coronéis Arnold Silva e João Martins da Silva e do comerciante João Marinho Falcão a partir da fundação da Companhia de Carnes Verdes da Bahia.

¹⁶⁵ *A Tarde*. 21 de agosto de 1940, p. 3.

deixando até mesmo gêneros de primeira necessidade escondidos para forçar a alta; em outros casos os varejistas eram vistos como especuladores e gananciosos.

As tabelas de preços cumpriam o papel de regular os preços, tornando-os o mínimo possível, tanto para que não houvesse prejuízos no comércio, quanto para que não ficassem ao sabor dos comerciantes e prejudicassem as camadas populares. No entanto, como bem percebeu E. P. Thompson em seu estudo sobre os motins na Inglaterra, o ato de fixar os preços poderia ir na contramão do seu objetivo. Ele levanta a hipótese de que a retenção dos gêneros pelos próprios produtores se dava pela fixação dos preços e também pela possibilidade de ocorrência de motins no deslocamento para os mercados.

Levando em consideração o primeiro fator apontado, a reter os gêneros em virtude da obrigatoriedade de vendê-los a preços que não eram tão lucrativos, os forçariam a ter preços elevados, ou se tornariam escassos¹⁶⁶. Entretanto, a tentativa do poder municipal, ao publicar as tabelas, era a de conter as tensões geradas pelas reclamações sociais, bem como interferir no comércio evitando que a especulação e a ganância de alguns majorassem os alimentos, ocasionando algum tipo de turbulência. Neste sentido, como observou Thompson, as ações do poder público iam na direção de evitar estas intercorrências sociais, que poderiam vir a ser uma espécie de calamidade, pois a cólera social motivada por um sentimento de injustiça ganhava proporções.¹⁶⁷ Por isso, há uma ânsia de tornar o tabelamento uma prática efetiva, com uma fiscalização eficiente como forma de prevenir tais eventos.

No entanto, mesmo sob os auspícios da Comissão de Tabelamento Municipal e da Fiscalização Geral do Município, as tabelas muitas vezes eram ignoradas. Dizia O Imparcial em 22 de julho de 1942 que nada fazia a “lírica comissão” e, assim, continuava a existir na cidade diferentes preços entre os armazéns, feiras e mercados. Em longa exposição, que ocupava metade de uma página, ganhava destaque o desrespeito ao tabelamento e a comparações entre duas épocas:

Num armazém da Barra, o preço nunca coincide com os de um de Itapagipe ou da Praça da Sé e muito peor com os do Mercado Modelo ou das Sete Portas. Sábado, por exemplo, a farinha foi vendida a 1\$400 o quino na feira de Água de Meninos, quando em outros lugares era adquirida a 1\$200 e 1\$300. O feijão esteve na mesma desigualdade e outros gêneros os acompanharam. [...] Queremos entretanto, confrontar duas épocas, distantes uma da outra apenas, uns dois anos. É a farinha um alimento indispensável em qualquer mesa, notadamente do pobre. Nos bons tempos, a farinha custava \$400 e \$600. Pois agora está de mil e quatrocentos reis o quilo. O

¹⁶⁶ THOMPSON, E. P. Op. Cit., 2011, p. 187.

¹⁶⁷ Ibid, p. 188.

arroz era de \$800 e 1\$200, agora está 2\$400. A batata custava \$800. Agora custa 1\$800. O feijão, de \$600 para 1\$400 o quilo. O pão era de \$800 e 1\$200, agora está a 2\$200. O xarque era de 3\$000, agora está custando seis e até oito mil reis. O macarrão era de 1\$300, agora vai para 2\$500. O açúcar subiu vários tostões. O toucinha era de 2\$600, agora está 4\$200. E assim, sucessivamente. E não se queira imaginar que nos referimos aqui aos generos de qualidade comprovada. A farinha, não raro, é suja e de mau gosto. O feijão traz sempre seus sorgulhos. O azeite de dendê está ficando bem seboso e a manteiga do retalho não se sabe se é banha ou é manteiga mesmo.¹⁶⁸

Além de ocupar um espaço de considerável destaque na página no jornal e de trazer um detalhamento das informações é interessante notar que, em meio às colunas que retratam a situação de carestia vivenciada pela população de Salvador, há uma pequena nota intitulada “Ról dos Culpados” sem quaisquer relações diretas com o assunto que se abordava. Esta nota reportava-se à guerra na Europa e trazia-se a imagem de Benito Mussolini como um dos culpados daquela tragédia. Não é possível afirmar que há uma intencionalidade do jornal em relacionar os fatos ao dispô-los de forma tão próxima. Entretanto, sabendo-se que a organização do jornal não é ocasional, pode-se levantar a hipótese de que os dois assuntos se comuniquem de algum modo. Seguindo esta variável, seria a guerra também a culpada pela carestia vivida em Salvador?

Possivelmente, quantos donos de armazéns quando questionados pelos aumentos, ou pelo descumprimento das tabelas justificaram ao consumidor as altas de preços dos alimentos devido à guerra? De certo, o conflito afetava o preço dos gêneros importados como o próprio charque, o bacalhau, carnes defumadas, chouriças, peixes em conservas¹⁶⁹. De resto, comunga-se da ideia de que a guerra poderia ser um alibi, pois o medo das medidas de racionamento e de uma possível escassez de alimentos fazia com que as ondas de especulação surgissem, elevando-se os preços. Seguindo este caminho, a justificativa da guerra escondia as reais razões das oscilações de preços¹⁷⁰, uma vez que esta alta é verificada antes mesmo de 1939, como é reclamada na concorrência para o fornecimento de gêneros alimentícios à Penitenciária do Estado no ano de 1938.

Depois de aberta a dita concorrência, as firmas J. Ferreira, Valeriano P. de Souza e Pereira de Mello e Cia enviaram suas propostas de preços. Após comparações com os anos anteriores, o Diretor na Penitenciária enviou ofício ao prefeito pedindo cópia do tabelamento

¹⁶⁸ O Imparcial. 22 de julho de 1942, p. 8

¹⁶⁹ APEB. Fundo Republicano. Secretaria de Agricultura. Relatório da Comissão de Criadores e Engordadores dirigido ao Interventor do estado. Caixa 2378, maço 151.

¹⁷⁰ Sobre esta a questão da guerra enquanto alibi para a especulação, Cf.: CYTRYNOWICZ, Op. Cit., p. 22-26.

que tinha sido aprovado. Após verificar os preços, endereçou correspondência a todas as firmas, pedindo que os preços fossem revistos e reduzidos. Em resposta, a firma Valeriano P. de Souza responde que lamentava não poder fazer nenhuma redução em sua proposta, pois aqueles preços eram “fixos para o período de um anno” e que “o mercado tem tendencia a alta”. A J. Ferreira responde de modo semelhante, afirmando que “neste período há as oscilações de preços os quaes estão subindo todos os dias”, e que independente disto tinha “os exorbitantes impostos que para o movimento deste fornecimento atingem alguns contos de reis”.

Finalmente, Pereira de Mello e Cia acusa que “os processos de concorrência trazem onerosos pesos, com taxa e impostos pagos antecipadamente”, motivo pelo qual ele não podia ceder à exigência de redução dos preços. Como resultado, a concorrência foi anulada, sendo alegado que os preços apresentados eram elevados e prejudiciais ao governo, por não caberem no orçamento estadual.¹⁷¹

Apesar da carestia já ser notada nesse ano de 1938, ela atinge patamares mais elevados em 1943. No entanto, a guerra poderia se constituir em um alibi, pois instituiu o medo e a insegurança na população, o que favorecia aos comerciantes a forçarem o aumento de preços dos gêneros alimentícios básicos. Para compreender esta questão, se faz necessário o acompanhamento dos preços no mercado de Salvador, bem como as políticas de abastecimento desenvolvidas no período.

2.2 OS PREÇOS NO MERCADO DE SALVADOR

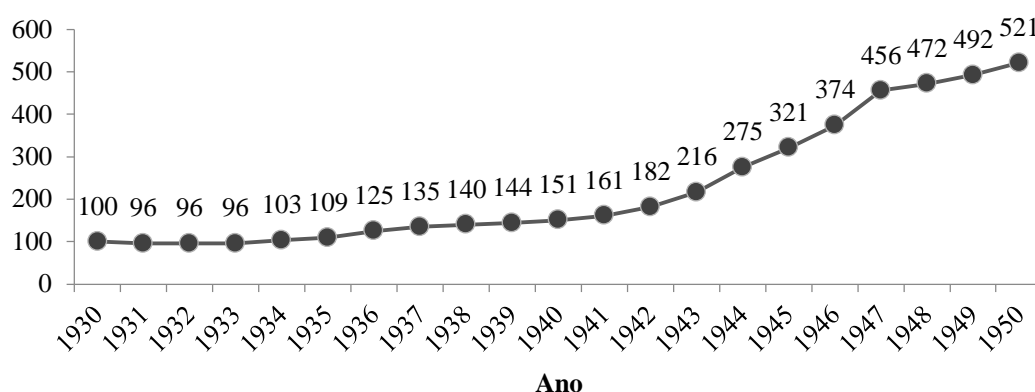
O acompanhamento dos preços dos gêneros alimentícios em Salvador, ainda que seja por um curto período cronológico, traz a possibilidade de perceber o que era a chamada carestia de vida. Ainda que não se trate de um estudo de preços feito a partir de séries documentais homogêneas, consideradas numa cronologia maior e observadas mês a mês, notando-se precisamente as flutuações de preços e demarcando as épocas de crise, pretende-se mostrar o comportamento dos preços em Salvador, dentro de um contexto específico que é de crise interna ocasionada pela elevação da inflação, com o consequente aumento de preços,

¹⁷¹ APEB. Fundo Republicano. Secretaria de Segurança Pública. Caixa 6478, maço 2.

como também é de uma conjuntura de formação de um front interno e mobilização da população para a guerra.

Em relação ao quadro inflacionário da época, o economista Oliver Ónody, se refere ao período que se estende de 1939 a 1956 como um período de inflação declarada. Entre as principais causas, que se verificavam desde 1930, estavam a emissão de papel moeda, o déficit orçamentário e o excesso de exportação, e como sintoma principal da confluência destes fatores, Ónody apontou a elevação do custo de vida¹⁷². Desse modo, principalmente no período de inflação declarada, o que se verifica é a elevação de preços dos bens de consumo mais imediatos à sobrevivência, conformando-se num momento de carestia. A ascendência do custo de vida é apresentada abaixo (Gráfico 03):

Gráfico 03 – Índice do custo de vida no Brasil entre 1930 a 1950 (1930 = 100)



Fonte: Adaptado de ÓNODY, Oliver. *A inflação brasileira (1820-1958)*. RJ: s.n., 1960, p. 25.

Pelo que Ónody apresenta, a elevação do custo de vida é motivada por questões econômicas internas que ocasionam a inflação. Ao considerar o gráfico acima, deve-se notar, entretanto, o quanto a guerra exerce uma pressão inflacionária, uma vez que é observada uma curva crescente a partir de 1936 e que se acentua em 1942, ano que o Brasil entrou na Guerra. De 1936 a 1941 os aumentos anuais do custo de vida não ultrapassam os 8%, diferente do que se segue a partir de 1942 que registra uma elevação de 13%; em 1943 nota-se 18,7%; em 1944, 27,3%; e em 1945 de 16,7%. Ponderando as balizas temporais do Estado Novo destacadas no gráfico acima, entre 1937 a 1945 se tem um aumento médio do custo de vida em 137,8% no Brasil, diferenciando de estado para estado.

¹⁷² ÓNODY, Oliver. *A inflação brasileira (1820-1958)*. Rio de Janeiro: s.n., 1960, p. 21.

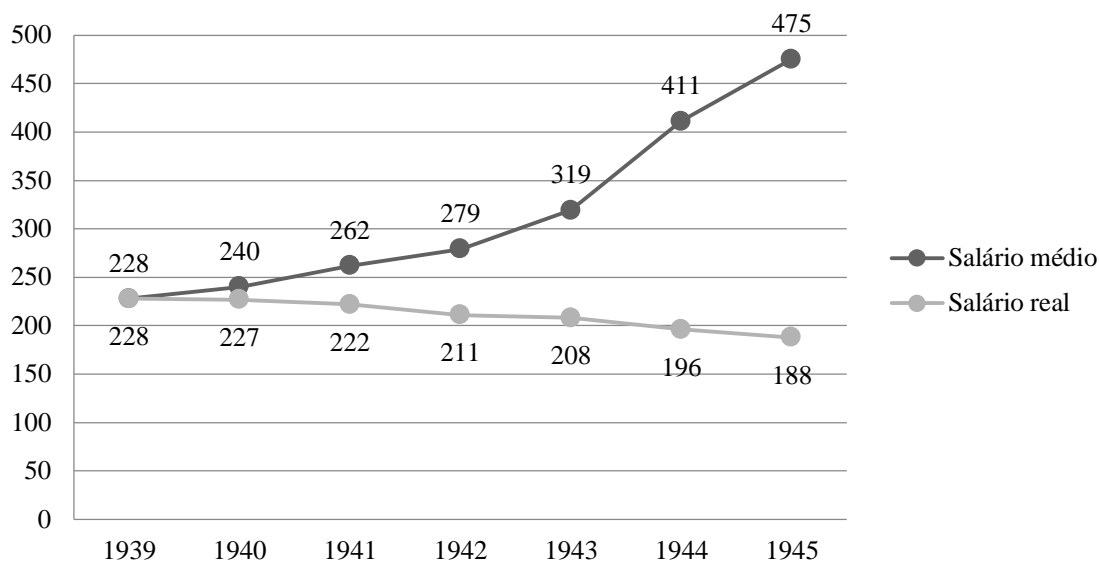
Com o movimento ascendente presente no gráfico é possível afirmar que já havia, portanto, o aumento ano a ano do custo de vida que dispara na conjuntura de beligerância do conflito mundial. De acordo com Cytrynowicz não foi a guerra que provocou diretamente a carestia, mas a mobilização da população para constituir um front interno de defesa para a guerra. O autor destaca que ao se falar da alimentação e quando a escassez se tornou um dado perceptível, ela se tornou alarme, levando a ondas de especulação. Assim, a elevação de preços dos gêneros de primeira necessidade, como o consequente aumento do custo de vida, foram produtos da mobilização interna.¹⁷³

No entanto, tratando-se da elevação do custo de vida deve-se considerar não só os preços (englobando alimentação, moradia, vestuário e transportes), como também os salários. Num contexto inflacionário os salários seguem um caminho desigual aos preços, sendo corroído o seu valor real. Quando foi instituído em 1940, o salário mínimo foi estipulado por regiões e por um prazo de três anos. De acordo com Ónody, as práticas de estabilização nominal dos salários objetivavam deter o movimento inflacionário. Contudo, isto só teria real efeito se houvesse um controle de preços, o que no Brasil, para ele, era quase inexistente.

Desse modo, com o salário mínimo estipulado para vigorar por três anos, enquanto os preços se elevavam, o valor real do salário cada vez mais seguia uma vertente contrária. Até mesmo em setores da economia onde os trabalhadores receberam aumentos anuais de salários, o valor real não correspondia ao valor nominal, como se pode observar no Gráfico 04 que aponta os salários médios nominais e reais de um trabalhador na indústria de transformação no Brasil:

¹⁷³ CYTRYNOWICZ, Op. Cit., p. 233.

Gráfico 04 – Salário médio em Cr\$ de um trabalhador na indústria de transformação 1939 a 1945 (1939 – salário nominal = salário real)



Fonte: Adaptado ÓNODY, Oliver. *A inflação brasileira (1820-1958)*. Rio de Janeiro: s.n., 1960, p. 263.

Verificando-se as vias opostas em que estavam os salários propriamente ditos e seus reais valores, ou seja, seu poder de compra no mercado é que em novembro de 1944, o Sindicato dos Empregados no Comércio de Salvador levou ao conhecimento do presidente Vargas a situação da classe trabalhadora na capital baiana. No memorial remetido e divulgado na imprensa local, são destacados que os aspectos da descompensação econômica que vivia o país em virtude da emergência do estado de guerra, apresentou uma conjuntura “deveras angustiada” para a classe trabalhadora, “dado o desequilíbrio dos ganhos em razão da crescente ascensional dos preços”.¹⁷⁴ Assim, pedia ao presidente a fixação de um melhor padrão de vida para a classe trabalhadora, que deveria ser favorecida com um aumento de salário “organizado em bases racionais”, ou seja, com aumentos reais, uma vez que apenas nos últimos dois anos o aumento do custo da alimentação teria sido de 240%.

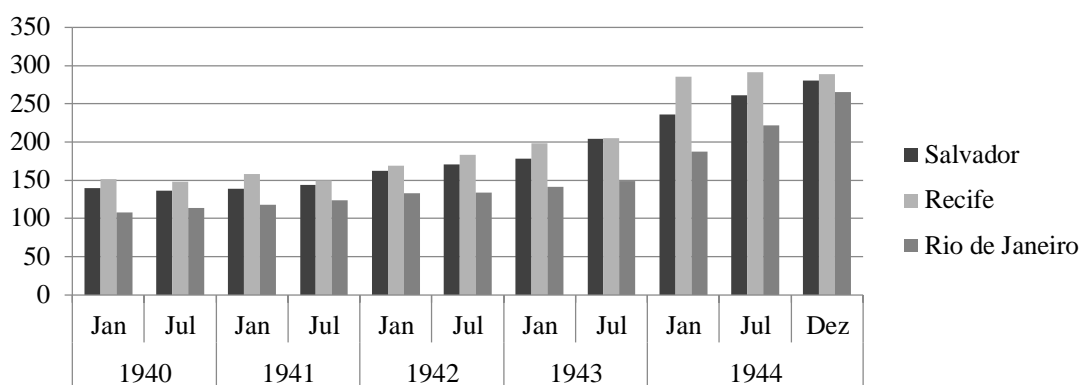
Em seus estudos, Karl Marx evidenciou que uma das questões que faz a classe trabalhadora requerer aumento de salários está relacionada ao valor dos artigos de primeira necessidade. Ou seja, o quanto que o valor destes artigos representa sobre o valor do trabalho. Se o valor do trabalho não atinge um patamar que compense as elevações de preços de gêneros de primeira necessidade, a exemplo dos alimentos, o preço pago ao trabalho fica deficitário, diminuindo o padrão de vida do trabalhador.

¹⁷⁴ Diário da Bahia. 9 de janeiro de 1945, p. 3.

Dessa maneira, ao considerar o gráfico da figura 2 e a situação que se reportou o Sindicato dos Empregados no Comércio de Salvador, pode-se afirmar que a desvalorização dos salários ocorrida na época, sobreposta à elevação do custo dos gêneros de primeira necessidade deteriorava as condições de vida dos sujeitos, principalmente aqueles que percebiam salários fixos ou ainda, numa situação pior, aqueles que viviam de rendas baseadas em trabalhos esporádicos.

Analisando os dados sobre o custo de alimentação na capital baiana entre 1940 a 1944 nota-se que eles chegam a ser superiores ao do Rio de Janeiro, a capital do país, com um comportamento semelhante a Recife, embora nesta cidade o custo da alimentação seja ainda maior, como se observa abaixo (Gráfico 05):

Gráfico 05 – Custo da alimentação nos municípios de Salvador, Recife e Rio de Janeiro – 1940 a 1944 (1935=100)



Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil 1941 a 1945.

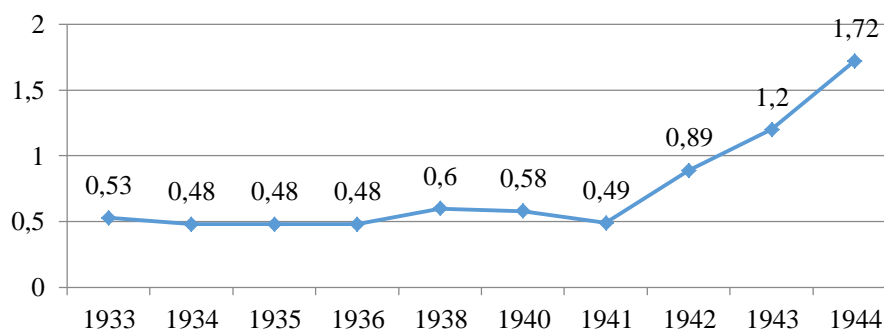
A partir dos dados de índices de custo de alimentação em constante ascendência para a capital baiana, em janeiro de 1940 se tem o índice de 140 e em dezembro de 1944, 280, perfazendo uma elevação de 100%¹⁷⁵. Analisando-se as flutuações deste custo, observa-se como entre 1940 e 1941 o custo da alimentação manteve-se estável com poucas variações, ainda que haja uma elevação considerável ao ano base que é 1935 de índice 100. O ano de 1942, de acordo com o gráfico, parece ser um divisor ao que até então se convencionava a chamar carestia de vida. A partir desse ano, o custo da alimentação variou consideravelmente de semestre a semestre para mais, o que indica um impacto maior sobre as condições de vida da população.

¹⁷⁵ IBGE. Anuário Estatístico 1941 a 1945.

O acompanhamento dos preços de alguns gêneros alimentícios considerados de amplo consumo em Salvador torna melhor a compreensão deste movimento. Nos gráficos a seguir não foram utilizados dados de uma mesma série, em virtude da necessidade de perceber a variação de preços por, pelo menos, um decênio. Assim, de 1933 a 1936 utilizou-se dados de uma concorrência pública da Penitenciária do Estado da Bahia que trazia as médias anuais de preços; de 1940 a 1944 foram utilizadas as médias de preços da seção de consumo apresentada no Anuário Estatístico do Brasil de 1941 a 1945, publicado pelo IBGE.¹⁷⁶

Os gêneros alimentícios que tiveram seus preços observados foram aqueles destacados por Mário Augusto Santos como alimentos de consumo geral pela população como a farinha de mandioca, o pão, a carne verde, o charque, o bacalhau, o feijão, o café, o açúcar, a banha e o sal¹⁷⁷, como se observa a seguir (Gráficos 06 a 13):

Gráfico 06 – Preço da farinha de mandioca em Cr\$ - 1933 a 1944

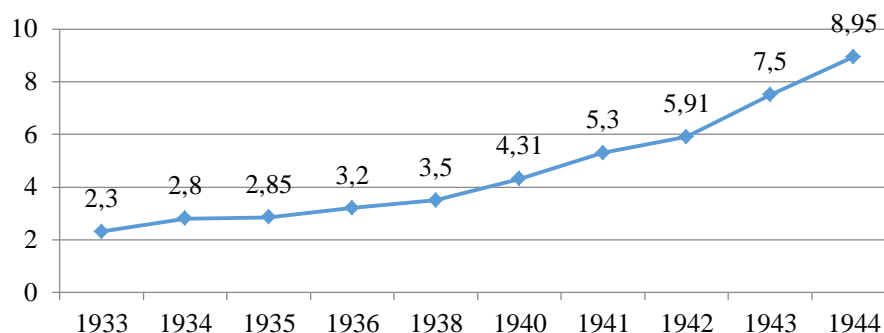


Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil 1941 a 1945; Diário da Bahia. 9 de janeiro de 1945, p. 3.

A farinha de mandioca, item imprescindível na mesa do baiano, teve um aumento entre 1933 a 1944 de 224,5%. Nos primeiros anos destacados no gráfico, nota-se que há uma estabilidade nos preços pela pouca variação existente. No entanto, apenas entre 1940 a 1944, a elevação se dá abruptamente em torno de 196,6%.

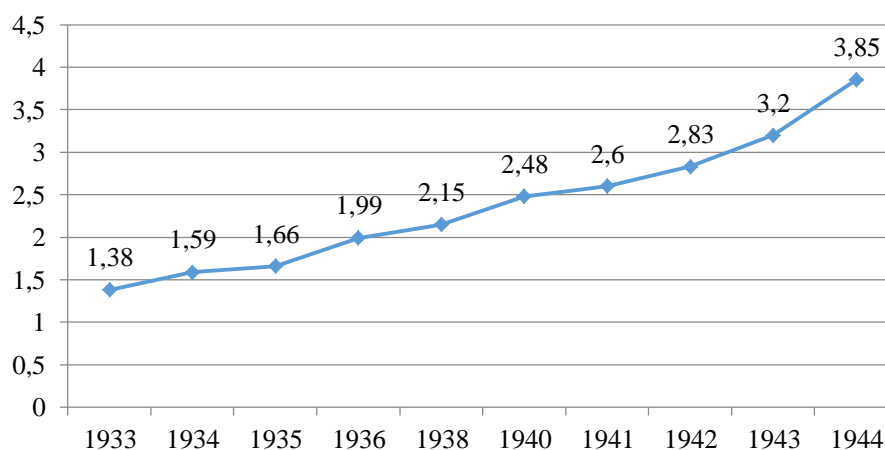
¹⁷⁶ Todos os preços que constam nos gráficos estão representados em Cruzeiros. Os preços encontrados nas fontes da Secretaria de Segurança Pública, presente nas concorrências da Penitenciária do Estado que estavam em mil réis foram convertidos para cruzeiros, obedecendo o Decreto-lei nº 4.791 de 05 de outubro de 1942, no qual um cruzeiro corresponde ao mil réis.

¹⁷⁷ SANTOS, Mário. Op. Cit, 1986.

Gráfico 07 – Preço do charque em Cr\$ - 1933 a 1944

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil 1941 a 1945; Diário da Bahia. 9 de janeiro de 1945, p. 3.

O preço do charque se apresenta numa curva crescente entre os anos em destaque. Não obstante, é possível notar que entre 1933 a 1938 ele tem uma variação para mais, mas dentro de um mesmo patamar do gráfico. Esta condição é diferente a partir de 1940, quando o preço se eleva em média pouco mais de um cruzeiro por ano. No acumulado, entre 1933 a 1944 o charque teve um aumento de 289%, sendo que de 1940 a 1944 essa elevação corresponde a 107,7%.

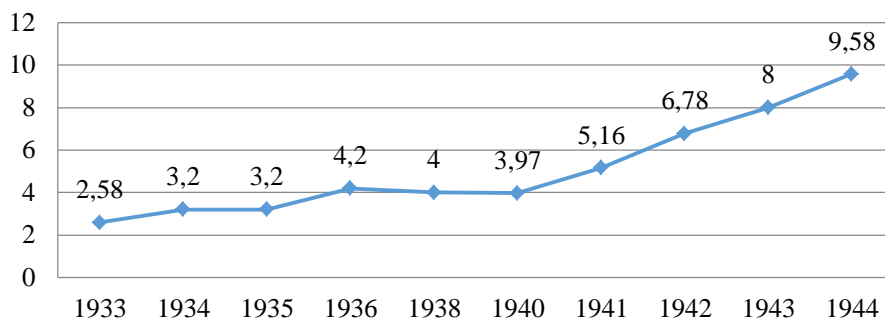
Gráfico 08 – Preço da carne verde em Cr\$ - 1933 a 1944

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil 1941 a 1945; Diário da Bahia. 9 de janeiro de 1945, p. 3.

O aumento de preço da carne verde tão propagado na imprensa, não chegou a índices tão altos como o charque. No período representado no gráfico o percentual de elevação foi 153,6%, sendo que entre 1940 a 1944 foi de 55,2%. Apresentando uma curva crescente de preços, mas não tão abrupta, uma das compreensões que se pode fazer é quanto à proteção das

tabelas de preços elaboradas pelo município a fim de conter as elevações tão requeridas pelos abatedores de carne, uma vez que o preço do gado em pé disparava.¹⁷⁸

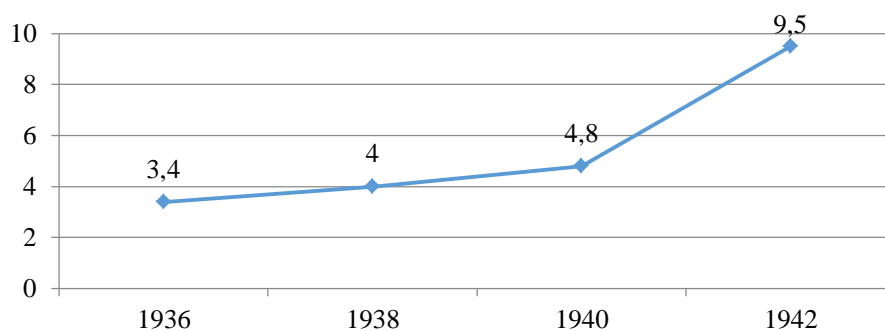
Gráfico 09 – Preço da banha em Cr\$ - 1933 a 1944



Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil 1941 a 1945; Diário da Bahia. 9 de janeiro de 1945, p. 3.

A banha de origem animal, imprescindível para o cozimento de alimentos, entre 1933 a 1935 teve pouca elevação, mantendo-se estável entre 1936 a 1940. A partir daí, o preço disparou tendo um aumento médio de Cr\$ 1,40 (um cruzeiro e quarenta centavos) ao ano. No total entre 1933 a 1944 teve o preço elevado em 271,3%, enquanto que entre 1940 a 1944, o preço subiu mais que 141%.

Gráfico 10 – Preço do bacalhau em Cr\$ - 1936 a 1942



Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil 1941 a 1945; Diário da Bahia. 9 de janeiro de 1945, p. 3.

Os dados sobre o bacalhau são mais escassos. Seu aumento foi o maior entre os gêneros alimentícios considerados de amplo consumo. Apenas de 1936 a 1942 esse foi de 606,6%, sendo que entre 1940 a 1942, seu preço quase que dobrou. Como um gênero importado, a alta do bacalhau se dá justamente no momento em que a guerra eclode na Europa, dificultando o comércio marítimo. Segundo a Comissão de Criadores e Engordadores

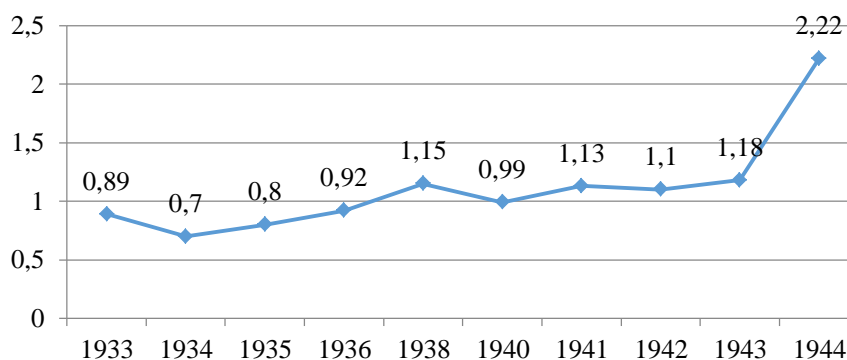
¹⁷⁸ APEB. Fundo Republicano, Secretaria de Agricultura. Cx: 2399, maço 208.

de gado, a interrupção do comércio marítimo não afetou apenas que os gêneros importados chegassem para o consumo, mas criou novas necessidades no mercado interno, principalmente a dependência da carne verde. A referida comissão afirmou em relatório:

Com a interrupção quasi completa das linhas marítimas, ficou consideravelmente reduzida a importação de xarque, bacalhau, carnes defumadas, chouriças, peixes secos e em conservas, banha e demais gêneros que concorriam com a carne. As estatísticas aí estão para prová-lo. A população, privada de outros alimentos, passou a consumir mais carne.¹⁷⁹

Desse modo, considerando este argumento que a comissão se utiliza para fazer compreender o problema do abastecimento da carne verde, pode-se dizer que a instabilidade e o medo de torpedeamento e naufrágios de navios no período de guerra, colaborou para que alguns gêneros tivessem seus preços elevados. No entanto, se este fato colaborou, ele não era o principal, haja vista haver disputas no comércio do gado, que fazia com que muitos criadores segurassem suas boiadas no pasto quando o preço tabelado não lhes era interessante, forçando os aumentos.

Gráfico 11 – Preço do feijão em Cr\$ - 1933 a 1944



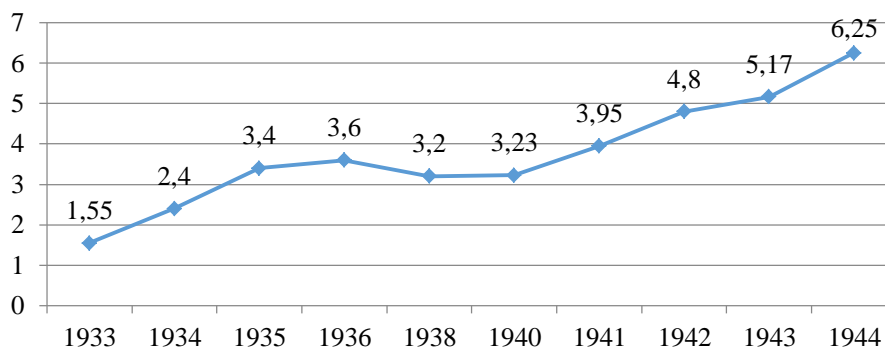
Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil 1941 a 1945; Diário da Bahia. 9 de janeiro de 1945, p. 3.

O preço do feijão variou dentro de três patamares: de 1933 a 1936, oscilou abaixo de um cruzeiro; entre 1938 a 1943 seu preço médio foi Cr\$ 1,11 (um cruzeiro e onze centavos) e praticamente dobra de preço entre 1943 e 1944, podendo ser fruto de estiagens na zona

¹⁷⁹ APEB. Fundo Republicano, Secretaria de Agricultura. Cx: 2378, maço 151.

produtora, como também da intensa imigração da força de trabalho para a região sul do país, notadamente São Paulo.¹⁸⁰

Gráfico 12 – Preço do café em Cr\$ - 1933 a 1944

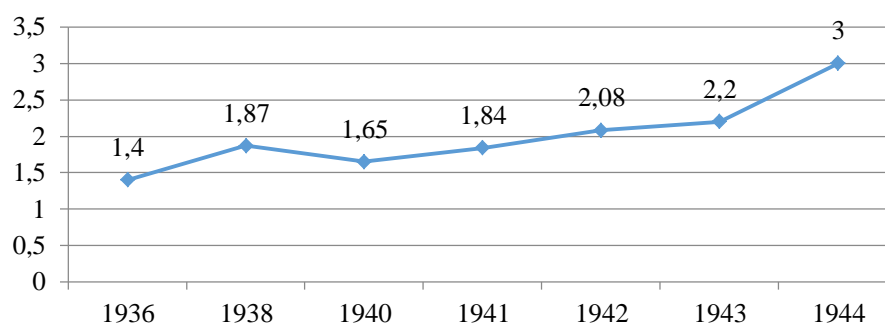


Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil 1941 a 1945; Diário da Bahia. 9 de janeiro de 1945, p. 3.

Já o café registrou um aumento de 303% entre 1933 a 1944. Como se trata de um produto brasileiro com grande peso na pauta de exportações, o preço do café sofria com a política de valorização implantada pelo governo para assegurar bons preços para o comércio internacional. Observando o gráfico, verifica-se um primeiro momento de crescimento, depois estabilidade e em seguida, novo crescimento. Entre 1940 a 1944, os preços subiram 93,5%.

Seu companheiro, o pão, como se observa no gráfico a seguir, registrou entre 1936 a 1944 um aumento de 114,3% e de 1940 a 1944, cerca de 79%. Apesar da grande dependência da importação de trigo do mercado externo, a elevação do preço do pão não seguiu o mesmo compasso dos outros gêneros em análise, devido à política de desenvolvimento de produção de trigo nacional, bem como a adição de subprodutos, como fécula de milho e mandioca, como se verá mais adiante.

¹⁸⁰ Somente de 1934 a 1939, a Bahia foi recorde do êxodo rural. Pelo Serviço de Imigração do estado de São Paulo, nestes anos a Bahia perdeu 151.236 pessoas que fugiram de problemas como as secas e a falta de perspectiva de melhoria do padrão de vida. Cf.: A Tarde. “Tangidos de suas roças pelo fantasma da fome”. 14 de março 1941, p. 2.

Gráfico 13 – Preços do pão em Cr\$ - 1936 a 1944

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil 1941 a 1945; Diário da Bahia. 9 de janeiro de 1945, p. 3.

Todos os gêneros representados nos gráficos, considerados de amplo consumo entre a população de Salvador, sofreram no período de 1933 a 1944 uma elevação de mais de 100%. Em sua maioria, já registravam aumentos crescentes de ano a ano, verificando-se aumentos mais vertiginosos a partir de 1940. Os gêneros alimentícios acompanhados entre 1936 a 1944 tiveram o percentual de preços aumentados de modo semelhante, ainda que o recorte cronológico fosse menor, como o bacalhau e o pão.

A guinada dos preços dos alimentos incidia diretamente sobre a rotina de uma família de poucas rendas. A situação da alimentação de famílias proletárias é retratada em uma reportagem da Revista Seiva que relaciona o alto custo da alimentação, com os baixos ordenados e os problemas de subnutrição. Ela traz como exemplo a família de Izidoro Souza, um fundidor de uma fábrica têxtil, que mora em um casebre na Massaranduba, bairro da zona fabril de Salvador. Ele vive com sua esposa e mais sete filhos e seu nível de vida é considerado como médio entre o operariado baiano. Izidoro tem 41 anos e recebe Cr\$ 7,00 (sete cruzeiros) por dia, o que por semana perfazia um total de Cr\$ 42,00 (quarenta e dois cruzeiros) por semana.¹⁸¹ Dos seus sete filhos, um é Miguel que é casado e mora num mocambo no Rio Vermelho. Os outros moram ainda com Izidoro: Virgílio de 18 anos, aprendiz de sapateiro que recebe Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros) por semana; Francisco de 16 anos é aprendiz de alfaiate, recebendo cerca de Cr\$ 18,00 (dezoito cruzeiros) por semana; José de 15 anos, também é aprendiz de sapateiro, e conta com Cr\$ 6,00 (seis cruzeiros) por semana. Ainda há mais três filhos que não contam com nenhuma renda: Joselita de 10 anos, Valdelice de 7 anos (os únicos que estudam) e Albino de 3 meses.¹⁸²

¹⁸¹ Os cálculos foram baseados em jornadas de trabalho com 48 semanas, ou 8 horas diárias, de acordo com o Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

¹⁸² ANDRADE, Ariston. A miséria come e dorme em casas de 20\$. *Revista Seiva*, Bahia, Ano III, Nº 11, Dez/1941.

Considerando a renda de Izidoro e de seus três filhos que trabalham, a renda de toda a família no mês é de cerca de Cr\$ 344,00 (trezentos e quarenta e quatro cruzeiros). As despesas fixas, no entanto, contavam com o aluguel de dois casebres na Massaranduba, uma vez que em apenas um não comportava toda a família. Cada casebre custava Cr\$ 25,00 por mês.¹⁸³ Além do aluguel, havia despesas semanais em relação à alimentação, como se vê na tabela abaixo:

Tabela 01 – Despesas semanais na casa do operário Izidoro Souza relacionadas à alimentação (Dezembro de 1941)

Gêneros	Preço	Gêneros	Preço
4 Kg de carne seca	Cr\$ 19,20	200 g de manteiga	Cr\$ 1,80
2 Kg de farinha	Cr\$ 1,00	2 Kg de feijão	Cr\$ 1,80
1 litro de gás	Cr\$ 1,20	½ Kg de milho	Cr\$ 0,40
1 Kg de açúcar	Cr\$ 1,00	1 carretel de linha	Cr\$ 0,60
1 Kg de café em pó	Cr\$ 1,50	2 caixas de fósforo	Cr\$ 0,40
½ Kg de sabão	Cr\$ 1,50	100 gramas de cebola	Cr\$ 0,60
1 lata de l. condensado	Cr\$ 2,60	Pimenta e cominho	Cr\$ 0,40
200 g de toucinho	Cr\$ 1,10	1 garrafa de vinagre	Cr\$ 1,20
TOTAL: Cr\$ 36,30			

Fonte: ANDRADE, Ariston. A miséria come e dorme em casas de 20\$. *Revista Seiva*, Bahia, Ano III, Nº 11, Dez/1941, p. 30.

Computando estas despesas semanais, ao final do mês há um gasto aproximadamente de Cr\$ 137,20 que somados aos Cr\$ 50,00 do aluguel dos dois casebres perfazem um gasto mensal de quase Cr\$ 190,00, o que significa que o gasto é superior ao maior salário da casa que é o de Izidoro e representam 55,2% da renda total do lar. Isto se trata de uma estimativa, pois a tabela acima não pode ser tomada como algo fixo. Não se vê gêneros como pão e sal, por exemplo.

Na estimativa de despesas que consta na reportagem realizada pela *Revista Seiva* não é mencionada por exemplo os gastos com transporte, vestuário ou até mesmo higiene pessoal. Assim, pode-se supor que os gastos mensais são bem superiores. Uma destas constatações é que as filhas de Izidoro, Joselita e Valdelice, que cursam o ensino primário numa escola pública situada na Avenida Dendezeiros, deveriam contribuir, cada uma com Cr\$ 1,00 mensalmente para a caixa escolar e que havia cinco meses que elas não faziam este repasse.

¹⁸³ ANDRADE, Ariston, Op. Cit..

Assim, numa conjuntura em que os preços se elevavam rapidamente, as famílias que viviam em situação semelhante à de Izidoro passavam por dificuldades cotidianas de reprodução da vida material. Ao acompanhar os preços médios que constam nos gráficos das figuras 04 a 13, sabe-se que com um ordenado que Izidoro e seus filhos percebiam em dezembro de 1941 não seria possível consumir por todo o mês os gêneros listados na tabela referente à sua feira semanal no ano seguinte.

Com o objetivo de conter o custo de vida e a sensação de uma vida pela “hora da morte”, como também visando acautelar os anseios da sociedade, é que o governo do Estado Novo procurou estabelecer políticas de abastecimento e controle da carestia. Ver-se-á que estas políticas são anteriores até mesmo ao início da guerra em 1939 na Europa, indício que a carestia de vida em Salvador, como em todo o país, era fruto de questões internas, mas que se acentuaram com a mobilização de guerra.

2.3 A POLÍTICA DO ABASTECIMENTO E O CONTROLE DA CARESTIA

Ao analisar o mercado de abastecimento alimentar da cidade de Salvador, se observa a complexidade que lhe envolve, haja vista aglutinar uma série de fatores que interferem no preço final do produto. Tendo consciência do quão complexo são os caminhos do abastecimento alimentar dos grandes centros urbanos, durante as primeiras décadas do século XX, ao mesmo tempo em que as cidades passaram por crescimentos demográficos, o Estado começou a preocupar-se com mais afinco com o abastecimento alimentar. Esta inquietação refletiu na criação de sucessivos mecanismos de intervenção, dando origem às chamadas políticas de abastecimento.¹⁸⁴

Nas primeiras décadas republicanas, é possível afirmar, grosso modo, que o fator crescimento urbano, aliado aos poucos investimentos existentes para a produção voltada para o mercado de consumo interno, propiciaram momentos de crises com alta de preços de gêneros alimentícios, sendo acentuadas diante do contexto de guerra entre 1914 a 1918.¹⁸⁵ À vista destas questões, não se negava a urgência de criar mecanismos para garantir a subsistência da população, entretanto toda intervenção do Estado na política econômica do país foi intimidada pelos postulados do liberalismo econômico, sobre o qual calcavam as diretrizes dos governos até então.

¹⁸⁴ LINHARES, M. Y.; SILVA, F. Op. Cit., p. 18-21.

¹⁸⁵ Ibid, p. 26.

A economia de livre de mercado, que acreditava na sua autorregulação, constituía-se uma barreira para que políticas fossem criadas com a finalidade de controlar não apenas os preços, mas todo o processo do abastecimento desde a produção até o consumo. Para os adeptos do liberalismo econômico, a liberdade de comércio, guiada a partir de leis de oferta e de procura, era a força que regulava o funcionamento do sistema capitalista, garantindo o bom funcionamento do mercado. Dentro desta lógica, uma crise no abastecimento era circunstancial. Para Adam Smith, criador do postulado do liberalismo econômico, voltar-se-ia ao equilíbrio de oferta e procura, se a força de trabalho existente fosse aplicada com discernimento sobre a etapa que fosse preciso e se aumentasse a proporção do número de empregados sobre os que não estão empregados, elevando-se o número de pessoas que produzem e consomem.¹⁸⁶

Ainda assim, este mecanismo não se mostrava mais eficiente. No caso brasileiro, a burguesia agroexportadora, afinada com ideias liberais, defendia a liberdade de comércio e a livre concorrência como mola propulsora e reguladora da economia. No entanto, a partir de 1917, o que se viu foi o início de medidas intervencionistas que procuravam acautelar a população, evitando-se um cenário de caos. O Comissariado da Alimentação Pública, criado nesse ano, tinha um programa amplo que abrangia tanto política de exportação, como também planos para obras de rodagem para viabilizar o deslocamento dos gêneros alimentícios das zonas produtoras para a consumidora (leia-se os centros urbanos em crescimento).

Neste sentido, como ponderou Maria Yedda Linhares, a intervenção do Estado não ia de encontro aos interesses econômicos da burguesia do país, pois lhes garantia a expansão dos seus negócios, bem como sua hegemonia.¹⁸⁷ E desse modo, a criação do órgão voltado para satisfazer as necessidades do povo fora mais um pretexto para continuar mantendo os privilégios daquela classe. Com isso, Linhares compreende que:

O Estado intervinha, apenas, para garantir a reprodução das relações sociais de produção, surgindo, assim, como gestor, organizando a vida cotidiana e procurando “superar as contradições e apaziguar os conflitos, em nome da racionalidade técnica através da qual poderiam conciliar-se interesses sociais divergentes.”¹⁸⁸

¹⁸⁶ Estas ideias são colocadas por Adam Smith, o fundador da teoria do liberalismo econômico, na introdução e plano de “Riqueza das Nações”. Cf. SMITH, Adam. *Riqueza das Nações*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010, p. 17.

¹⁸⁷ LINHARES, M. Y.; SILVA, F. Op. Cit., p. 44.

¹⁸⁸ Ibid, p. 45.

As práticas de intervenção na economia após a chegada de Getúlio Vargas ao poder não possuem uma compreensão diferente da que é salientada por Linhares, quanto ao papel do Estado em conciliar interesses divergentes. Entretanto, fazendo parte de um contexto de mundo entre guerras e economicamente abalado, é possível afirmar que a partir de 1930 houve novas maneiras de se conduzir e de se pensar o estado interventor.

A intervenção estatal durante o governo de Getúlio Vargas entre 1930 e 1945 é diretamente influenciada pelo abalo causado pela Grande Depressão de 1929. Para Eric Hobsbawm, a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, ao desestruturar a economia mundial, salvo dos estados soviéticos, foi a propulsora das medidas interventoras e das barreiras de protecionismo adotados por muitos países no período. Segundo ele, a profunda crise foi responsável pela destruição da prática do liberalismo por meio século, uma vez que o caos social gerado de desemprego e fome e a falta de alternativas existentes dentro da economia liberal para superar a crise, demonstraram o quanto esta superação era por uma vertente oposta, exigindo-se, cada vez mais, o Estado como encaminhador e acautelador das desordens que se estabeleceram, como o desemprego e o assombro da fome.¹⁸⁹

Desse modo, como em outras partes do mundo (a exemplo dos Estados Unidos com o New Deal, política de intervenção do Estado americano na esfera econômica e social), o Brasil dos anos trinta foi marcado pelas práticas intervencionistas, desde quando Getúlio Vargas chega ao poder. Tanto os rumos da política econômica como o controle do preço do café e os incentivos à industrialização, quanto da política social em relação à criação de leis de proteção ao trabalhador perpassavam pela iniciativa e controle do Estado.¹⁹⁰

No entanto, o intervencionismo se acentuou, atingindo todas as esferas da vida pública e social a partir de 1937, quando, por um golpe de estado, foram suprimidas as instituições afinadas com os princípios democráticos e liberais, instituindo o reforço e a autoridade no poder central. Nas palavras de Vargas, em carta dirigida à Nação em 10 de novembro de 1937, ao decretar a Constituição do Estado Novo, ele afirma que a centralidade do poder era imprescindível porque:

Contrastando com as diretrizes governamentais, inspiradas sempre em sentido construtor e propulsor das atividades gerais, os quadros políticos permaneciam adstritos aos simples processos de aliciamento eleitoral. [...] A verdadeira função dos partidos políticos que, consiste em dar expressão e reduzir princípios de governo as aspirações e necessidades coletivas,

¹⁸⁹ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 98.

¹⁹⁰ PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano. O tempo do nacional estatismo*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 20-21.

orientando e disciplinando as correntes de opinião, essa, de há muito, não exerce os nossos grupamentos partidários tradicionais.¹⁹¹

Vargas expõe os partidos políticos como instituições falidas, cujas verdadeiras funções de representatividade de interesses coletivos eram fadadas ao caudilhismo, ao reforço de interesses pessoais e à dissimulação da democracia. Ainda na carta dirigida à nação, ele reforça que diante desta situação que havia chegado o país “a complicada máquina de que dispunha para governar-se não funcionava. Não existiam órgãos apropriados através dos quais pudesse exprimir os pronunciamentos de sua inteligência e os decretos da sua vontade”.¹⁹² Centralizando-se o poder decisório do país em suas mãos, sem barreiras parlamentares, tornava-se mais acessível o projeto de desenvolvimento e modernização do país.

O sociólogo Juan Linz, em estudo sobre regimes autoritários¹⁹³, sintetiza que, de modo geral, estes regimes que surgem nos anos trinta como consequência do colapso da economia e governo liberais representam:

A rejeição ao individualismo democrático liberal combinada com o desejo de criar um canal institucional para a representação da heterogeneidade de interesses em sociedades modernas ou em fase de modernização, enquanto rejeitando o conflito de classe, conduziu a uma grande variedade de formulações teóricas ideológicas e tentativas para implementá-las através de instituições políticas.¹⁹⁴

É este canal institucional de representação da heterogeneidade como direção para governar o país que toma importância para a compreensão da estrutura do Estado, que é o Estado Novo, e como ele interfere nos mecanismos de regulação do mercado do abastecimento de gêneros de primeira necessidade.

Se o discurso do presidente revelava o personalismo e a centralidade em torno de si, a Constituição de 1937 ratificava o centralismo e evidencia o autoritarismo do Estado Novo. O presidente é a “autoridade suprema do Estado, [que] coordena a atividade dos órgãos representativos, de grau superior, dirige a política interna e externa, promove ou orienta a

¹⁹¹ CARONE, Edgard. *A terceira República*. São Paulo: DIFEL, 1976a, p. 9.

¹⁹² *Ibid*, p. 12.

¹⁹³ Juan Linz em seu estudo sobre os regimes autoritários dedica grande enfoque sobre os Estados Totalitários. Ressalta que todo estado totalitário é autoritário, mas que do contrário não se aplica. Para Linz, a forma orgânica de organização do Estado é a linha tênue entre os diversos regimes autoritários no mundo neste período. Cf.: LINZ, Juan. Regimes autoritários. In: O'DONNELL, Guillermo et al. *O Estado autoritário e os movimentos populares*. (Coleção Estudos latino-americanos). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

¹⁹⁴ LINZ, Op. Cit, p. 179.

política legislativa de interesse nacional, e superintende a administração do país.”¹⁹⁵ Assim, o chefe do Executivo Nacional se tornava o único representante legal da nação, de onde emanam todos os poderes de decisão para se governar o país, pois é de sua competência governar, legislar e coordenar as atividades de todas as instâncias da vida do país (economia, política, social, cultura, educação).

No entanto, se centralizar o poder significava adquirir uma unidade para o país, o que se dizia impossível com o jogo de interesses entre os partidos políticos, era preciso criar mecanismos para que o poder concentrado na pessoa de Getúlio Vargas e seus feitos alcançassem a população de todo o território brasileiro. Para Linz, os regimes autoritários que emanam da descrença da democracia assentada na existência dos partidos políticos facilmente procuraram seu canal institucional de representação da heterogeneidade na adoção de estruturas orgânicas, ou seja, corporativistas.¹⁹⁶ Por corporativismo ou estatismo orgânico, Linz toma a seguinte definição de Philippe Schmitter:

Um sistema de representação de interesses no qual as unidades constituintes são organizadas dentro de um número limitado de categorias únicas, compulsivas, não competitivas e hierarquicamente ordenadas e funcionalmente pré-determinadas, certificadas e licenciadas (se não criadas) pelo estado, e garantindo um monopólio representativo deliberado, dentro de suas respectivas categorias em troca de certos controles governamentalmente impostos na seleção de seus líderes e articulação de reivindicações e apoios.¹⁹⁷

Dessa maneira, o Estado corporativo se constitui a partir de poderes e de órgãos com funções e hierarquias definidas que se estabelecem a partir da outorga dada por um poder central que detém seu controle. Em estudo sobre Brasil no Estado Novo, Alcir Lenharo compreende que o corporativismo, possui uma espécie de capilaridade capaz de penetrar nas entranhas do funcionamento estatal. Segundo ele, Oliveira Viana, um dos pensadores do estado corporativo brasileiro, relaciona esta estrutura de estado com a descrição do Corpo Místico de Cristo. No caso da liturgia católica, o Corpo de Cristo tem a capacidade de alimentar a alma dos seus fiéis e representa a unidade da Igreja.

Transpondo a liturgia sacra para os ritos políticos, o corporativismo estatal tinha como objetivo forjar a unidade do povo brasileiro, sendo o próprio Estado uma espécie de cabeça, de onde saem os comandos, a “energia propulsora da mudança”. Da cabeça para o restante do

¹⁹⁵ Art. 73 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil. 10 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 10 mar 2016.

¹⁹⁶ LINZ, Op. Cit., p. 180.

¹⁹⁷ SCHMITTER apud LINZ, Op. Cit., p. 181.

corpo, Lenharo pontua que “os órgãos desiguais entre si, uns mais nobres, outros menos, [mas que] nutrem-se da mesma seiva que os fazem espiritualmente iguais, sem deixarem de ser órgãos.”¹⁹⁸ Assim, é essa estrutura, que parte de um centro e se dispersa sob estrita vigilância, que recusa a competitividade e incute a ideia de cooperação entre as partes, que viabilizou a ligação de Vargas com a população.

Nutrindo-se de um único centro de poder, o aparelhamento estatal organizando de forma orgânica e funcional se tratava de uma solução racional e administrativa que ao negar a ideia da competitividade e do conflito esmaeciam os embates políticos, ideológicos e de classe no país, como afirmou Francisco Campos, autor da Constituição de 1937:

A iniciativa da legislação cabe hoje, em todo o mundo, ao Poder Executivo. Não é este um caso de usurpação de poderes, nem essa situação existe em virtude de atos de violência. [...]A regulamentação e o controle da massa, dia a dia crescente, das forças e das riquezas acumuladas pelo homem, suscitam problemas essencialmente técnicos, cuja solução não se pode alcançar mediante os processos dilatatórios, as improvisações e a confusão de línguas das babéis parlamentares.¹⁹⁹

É sobre esta base de pensamento, que coloca a sociedade como complexa e a necessidade de controle das massas, que se constituem as políticas voltadas para o controle do abastecimento e da carestia. durante o Estado Novo. Agir sobre este problema significava não só evitar impasses entre as classes sociais, o que poderia ocasionar uma desordem no país, como também obter meios de romper com a dependência do mercado externo de alguns gêneros alimentícios, a exemplo do trigo. Logo, estabelecer políticas de abastecimento e de controle à carestia estaria no escopo de um projeto de desenvolvimento para o Brasil, uma vez que além de objetivar a independência do mercado externo em termos de alimentos, ao se elevar a produção interna se poderia proporcionar o seu barateamento e a ampliação do seu consumo.

Durante o Estado Novo, a carestia e as obstruções no abastecimento alimentar não são compreendidas como um dado conjuntural, pois se observava que as ações realizadas apenas pelos poderes municipais, como fixar tabelas de preço para os gêneros como se fazia em Salvador, não surtiam mais efeito. Desse modo, alguns decretos e órgãos criados pelo Presidente nacionalizaram e afirmaram as complexidades que envolvia o problema. Eles são o Decreto-Lei 26 de 1937, que dispôs sobre o uso de farinhas panificáveis no Brasil, instituindo

¹⁹⁸ LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. São Paulo: Papirus, 1986, p.181.

¹⁹⁹ CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 187-188. Disponível em: <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Francisco%20Campos-1.pdf>. Acesso em: 10 mar 2016.

o Pão Misto Nacional; o Decreto-Lei 869 de 1938 de definiu os Crimes contra a Economia Popular, que será discutido mais detidamente no capítulo seguinte por conta da série de desdobramentos que se deram; e a criação da Coordenação de Mobilização Econômica a partir do Decreto-Lei 4.750 de 1942.

2.3.1 A instituição do Pão Misto

O consumo de pão à base de farinha de trigo na primeira metade do século XX, ao que sugere as memórias de Hildegardes Vianna, arraigou-se no cotidiano da população de Salvador. Nas suas crônicas sobre esse período, ela relata um aspecto da rotina da venda do pão, bem como da sua compra, pela cidade:

O homem do pão escolhia um lugar conveniente para repousar o balaio, dando início à distribuição que consistia em pendurar um saco na porta fechada de casa, dando uma batida forte, enquanto gritava – Olha o pão! Nem todos atendiam de pronto. Os sacos ficavam aguardando que os donos da casa se levantassem. As cozinheiras que dormiam fora da casa d’ama, as mulheres do mingau, as mulheres do cuscuz, o leiteiro, os motorneiros e condutores de bonde, gente apressada que pegava cedo no trabalho, toda aquela gente passava nobremente pelos sacos sem tentar surrupiar o que houvesse neles: pães cacetes, redondos, provences sovados, gêmeos de milho, varas.²⁰⁰

Tanto em Salvador, como em todo o Brasil, o pão se tornava cada vez mais um alimento comum nas suas mais variadas formas. No entanto, os estudos sobre o hábito de consumir o pão à base de farinha de trigo no Brasil são escassos, podendo-se levar em conta que a influência das migrações europeias na primeira metade do século XX, sobretudo de portugueses, espanhóis e italianos, tenham impulsionado tanto o consumo, quanto a expansão do ramo da panificação.

Uma vez que o pão se firmava como gênero de consumo diário, aumentava-se a demanda da importação de trigo de outros países dada à insuficiência da produção nacional. Em meados de 1937, mensalmente eram importados cerca de 75.000 toneladas de trigo em grão da Argentina que eram distribuídos pelos estados brasileiros. Além dessa modalidade em grãos (Figura 14), ainda se importava a farinha de trigo em quantidades significativas. O montante argentino de importação já representava um risco em relação à vulnerabilidade da dependência do mercado brasileiro do trigo estrangeiro, e continha o agravante de que se a

²⁰⁰ VIANNA, Hildegardes. *A Bahia já foi assim*. (Crônica de costumes). São Paulo: GRD, 1979, p. 86-87.

Europa adquirisse na Argentina pelo menos 10% do que fosse necessário para o seu abastecimento, ela não teria mais condições de produzir e exportar o trigo para o Brasil.²⁰¹

No final de 1937, a notícia de que o país vizinho não tinha mais condições de fornecer o gênero e que por isso suspendia sua exportação, fez com que o governo brasileiro adotasse medidas urgentes, pois a tendência era de que o preço do pão se elevasse vertiginosamente.²⁰² Logo, com o golpe que instituiu o Estado Novo, uma das primeiras medidas do governo visando conter as altas de preços de gêneros alimentícios foi relacionada exclusivamente ao pão.

O Decreto-lei nº 26 de 30 de novembro de 1937, ao dispor sobre a utilização da farinha de trigo nas atividades de panificação, é uma destas medidas. Segundo ele, no ramo de panificações só poderia ser utilizada a farinha de trigo produzida no país ou a importada, se fosse com adição de 30% de fécula ou farinha de outro produto nacional, como o milho ou o arroz. Ficava, assim, instituído o pão misto que deveria ser adotado em todo o território nacional.

Dentro da estrutura do Estado Novo, o decreto que versava sobre o pão misto estabelecia que a fiscalização sobre a utilização da farinha de trigo ficaria ao encargo do Ministério do Trabalho. Em 1938, o aparato da fiscalização se robusteceu com a criação do Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas, que estaria vigilante à qualidade das farinhas oriundas de produtos nacionais que seriam adicionadas à farinha de trigo, como também seria responsável por fixar os preços destes produtos nacionais, visando a estabilidade do custo do preço do pão. O novo órgão teria todo o caráter técnico e especializado para exercer também o controle sobre as importações de trigo, sobre a produção e os moinhos.²⁰³

A adoção do pão misto foi estratégica neste momento, mas era fruto de uma série de pesquisas que já se desenvolviam. Conforme relatou o economista Benedicto Nascimento, em estudo sobre a autossuficiência de farinhas panificáveis no Brasil, com a disparada do preço do trigo argentino nos anos trinta, desde 1933 já se desenvolviam pesquisas no Brasil que apontavam para a possibilidade do pão misto como sucedâneo ao de farinha de trigo. As

²⁰¹ LINHARES, Op. Cit., p. 100 e 101.

²⁰² Idem.

²⁰³ Decreto-lei nº 2.307 03 de fevereiro de 1938. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-2307-3-fevereiro-1938-345872-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 mai. 2016.

pesquisas indicavam que o pão poderia ser vendido 30% mais barato se 50% de sua massa fosse feita com a adição de produtos de origem nacional, como féculas de milho ou tapioca.²⁰⁴

Dias antes da publicação do decreto, o jornal baiano *O Imparcial* comentava que o pão misto “sempre cheirou ao povo como alimento de emergencia, o typo classico “pão de guerra”...”. Porém, o jornal implicitamente argumentou que se esta medida seria para beneficiar a população, deveria ser aceita, uma vez que no caso da Bahia o “preço do pão é elevado e ameaça subir constantemente” e se constitui “um dos mais sérios entraves á confecção de uma tabela oficial que venha favorecer as classes proletárias”.²⁰⁵

Apesar de cheirar como “pão de guerra”, vista como medida emergencial, o pão misto não tem uma ligação direta com a guerra e nem com a mobilização da população para a formação de um front interno. A adoção do pão misto era colocada dentro de um escopo maior que não era de apenas baratear o alimento para a população, mas de se configurar como uma questão nacional de desenvolvimento para o país, implicando em incentivos para a produção nacional. É neste sentido que a Revista dos Varejistas da Bahia em edição de outubro de 1938 relata que sobre a produção de trigo no Brasil: “O Exmo. Sr. Dr. Fernando Costa, eminente Ministro da Agricultura, tomou aos hombros a patriótica campanha pela cultura do trigo nacional, para isso adquerindo sementes, mudas e material agrário, possibilitando, desse modo, as melhores expectativas”.²⁰⁶

Num curto período de tempo, é difícil avaliar se a cultura do trigo no Brasil se efetivou. No entanto, a política de adição de produtos nacionais à farinha de trigo, possibilitou, pelo menos na Bahia, entre 1937 a 1941 uma queda na importação de trigo, como se verifica na Tabela 02.

²⁰⁴ NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. A busca de auto-suficiência em farinhas panificáveis. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)*. São Paulo. Vol. 30, 1989, p. 6-7.

²⁰⁵ *O Imparcial*. 01 de dezembro de 1937, p. 4.

²⁰⁶ *Revista dos Varejistas*, Bahia, Ano I, N° 1, Out/1938, p. 7.

Tabela 02 – Importação de farinha de trigo na Bahia (1937 a 1941)

ANOS	Argentina (sacos)	Estados Unidos (sacos)	Uruguai (sacos)	Total importado (toneladas)
1937	30.850	3.400	2.750	1.028
1938	41.500	250	24.700	3.132
1939	4.700	100	-----	210
1940	2.500	300	-----	130
1941	-----	1.550	-----	77,5

Fonte: Relatórios anuais da Associação Comercial da Bahia 1937 a 1941.

O decréscimo na importação de trigo na Bahia em cinco anos foi de cerca de 92,5%, podendo ser levantada duas questões para isto. Primeiro, uma questão interna que é a política de desenvolvimento econômico. A autossuficiência de farinhas panificáveis foi buscada na Bahia a partir a elaboração de farinha panificável de mandioca, expressa somente por decreto estadual de novembro de 1939²⁰⁷, possibilitando o barateamento de produtos à base de trigo estabelecidos pelo Decreto-lei 26 de 1937. A outra questão é a hipótese de que a Argentina pode ter estabelecido prioridades com outros mercados mais lucrativos.

De fato, além de ter reduzido o montante de farinha de trigo importada, pode-se dizer que entre os gêneros alimentícios de amplo consumo em Salvador, o pão foi aquele que teve o menor percentual de elevação, 114,3% entre 1936 a 1944 (Figuras 04 a 13). Para que isso ocorresse, houve também os incentivos do Estado que concedeu 20% de abatimento sobre as tarifas ferroviárias e fretes de empresas de cabotagem para fazer com que as féculas e as farinhas nacionais que se misturariam ao trigo chegassem aos moinhos para daí despachar a farinha de trigo mista aos mercados consumidores, além da isenção de impostos para que se adquirissem máquinas para o beneficiamento de farinhas sucedâneas de produtos nacionais.²⁰⁸

Contudo, por mais que adotar o uso de farinhas mistas representasse a possibilidade de baratear o preço do pão, a obrigatoriedade do pão misto já levantava uma série de questionamentos. Um deles era em relação aos doentes. Questionavam sobre o valor nutricional do pão misto e se pessoas em estado convalescente poderiam consumir o pão de farinha de trigo com outra farinha adicionada. Dizia o jornal *O Imparcial* que:

²⁰⁷ APEB. Fundo Republicano. Secretaria de Agricultura. Decreto nº 11.480 de 18 de novembro d 1939. Caixa: 2340, maço 36.

²⁰⁸ Decreto-lei nº 2.307 03 de fevereiro de 1938.

Prescrever obrigatória e indiferentemente o pão mixto é, ao que parece, condennar uma parte da população a varias perturbações gástricas. Como tudo é relativo, há de haver relatividade para a obrigatoriedade imposta pelo decreto do pão mixto.²⁰⁹

Num primeiro momento, não parece que o jornal estivesse se referindo ao pão como símbolo de status. No entanto, supõe-se que a inserção do pão na dieta de sujeitos das camadas trabalhadoras, em detrimento de um consumo maior dos produtos da terra como as raízes de aipim, inhame e batata doce, fazia do pão um símbolo não somente de qualquer tipo de status, mas de uma vida moderna e urbana. Contudo, o jornal põe em evidência os preconceitos existentes em torno de sua feitura a partir de misturas, principalmente em relação a qualquer tipo de adulteração da massa.

Estas observações, Thompson fez ao estudar o padrão de vida dos trabalhadores ingleses entre os séculos XVIII e XIX. Para ele, o padrão de vida não é determinado unicamente pelos salários, mas pelo que se consome em termos de alimentos, vestuário e moradia. O pão branco feito à base de trigo, para aquela sociedade, era visto como símbolo de status e melhoria do padrão de vida, diferente do pão feito à base de batatas ou outros cereais, visto como inferior por ser mais escurecida a sua massa. Além da simbologia que este alimento poderia remeter, havia uma preocupação também quanto à adulteração, pois “suspeitava-se que o pão preto permitia encobrir com facilidade aditivos nocivos”²¹⁰, o que fazia a população desconfiar destes tipos de pão. Quando seu aspecto era escurecido, o historiador salientou que um observador daquela época achava o pão “tão bolorento, causador de cólicas e pernicioso que punha em risco a saúde”²¹¹.

Com a criação do Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas em 1938, o Decreto-lei nº 26 de 1937, toma contornos mais explícitos, inclusive sobre o pão de dietas, que deveria ser fabricado com a farinha de trigo pura, desde que produção deste pão não representasse mais do que 2% da produção diária da padaria. Entretanto, se em 1937 a imprensa de Salvador publicava notas sobre o pão misto e sua qualidade, o fator guerra a penetrar no cotidiano através de ondas de especulação no mercado de gêneros alimentícios pode ter deixado estes questionamentos de lado, uma vez que as reclamações da sociedade insurgiam muito mais da insatisfação com os preços considerados proibitivos, como se observa nas memórias de Hildegardes Vianna:

²⁰⁹ O Imparcial. 22 de dezembro de 1937, p.4.

²¹⁰ THOMPSON, E.P., Op. Cit., 2011, p. 154.

²¹¹ Idem.

Um dia, veio a guerra. O pão, os doces, tudo foi deixando de custar um tostão. A farinha escasseava, a ganância crescia. O freguês da massa deu para ser impontual. Nem sempre tinha o que carregar na caixa, quando faltava farinha-do-reino na praça. Quando havia, pouco vendia. Os sofridos consumidores, pelo sim pelo não, iam para a fila da padaria não se fiando muito em sapato de defunto.²¹²

A guerra tornara-se, desse modo, um divisor de águas, pois havia uma determinação legal que poderia fazer com que o pão ficasse mais barato, mas ao não se fiar em “sapato de defunto”, os consumidores que se ressentiam com preços tão altos ou mesmo com a escassez de um ou outro gênero, não esperavam que no contexto de guerra o preço do pão se tornasse mais acessível.

Ainda que o aparato da lei existisse com punições a quem a transgredisse, não se pode inferir sobre a longevidade de sua aplicação. Cytrynowicz compreende que o pão misto, ou também chamado pão de guerra, não entrou no gosto da população de São Paulo, que passou a comer um pão endurecido com “gosto de milho misturado com areia”²¹³. Além das resistências ao sabor do alimento, nas tabelas de preços de gêneros alimentícios de Salvador disponíveis no *A Tarde* para a primeira metade dos anos 1940, não se encontra nenhuma referência ao pão feito a partir de misturas, encontra-se apenas “pão”.

Entretanto, como uma primeira medida com vistas a conter os preços, a adoção do pão misto teve seus aspectos positivos e num curto período de tempo conseguiu ter efeitos sobre a população: reduziu os custos com importação, propiciou o desenvolvimento de triticultura no país e, ainda que fosse considerado com preço elevado na capital baiana, teve o menor percentual de elevação dentre os gêneros de amplo consumo pela população.

2.3.3 A Coordenação de Mobilização Econômica

Desde 1939, com a eclosão da guerra na Europa, o governo brasileiro começou a tomar atitudes imediatas visando defender a economia nacional. Dias após a Alemanha ter invadido a Polônia, o que decretou o início da Segunda Guerra, o receio de que os preços subissem rapidamente, haja vista o processo inflacionário desencadeado no Brasil com a

²¹² VIANNA, H., Op. Cit., 1979, p. 88.

²¹³ CYTRYNOWICZ, R. Op. Cit., p. 56.

Primeira Guerra, fez com que fossem criados órgãos que visassem assegurar a regularidade do abastecimento e a estabilidade dos preços.

A Comissão do Abastecimento, instituída nessa ocasião em setembro de 1939, tinha subordinação direta ao Ministério da Agricultura. Seus objetivos eram extensos: cumpria-lhe as tarefas de ordenar a produção e o comércio de gêneros de primeira necessidade como alimentos, medicamentos, construção e combustíveis. Para isto, deveriam ter conhecimento dos estoques em todo o território nacional e fixar os preços para que se evitassem ondas de especulação. Este trabalho só seria possível mediante a articulação com os poderes estaduais e municipais.

No entanto, o avançar da guerra e torpedeamento de navios em área naval brasileira em janeiro de 1942, faz o país sair de sua posição de neutralidade e declarar guerra às potências do Eixo (consideradas as culpadas pelos afundamentos). Em discurso realizado diante das comemorações do aniversário de Independência do Brasil, Getúlio Vargas pronunciou que:

A declaração do estado de beligerância colocou-nos na posição de combatentes, e, de acordo com ela, já assentamos os planos de trabalho e de ação. Militarmente, teremos de completar a mobilização para fazer face às necessidades efetivas da guerra. No setor econômico, chefes de empresa e operários cerram fileiras em torno do governo; e, estou certo, em benefício coletivo, ninguém poupará esforços ou bens. Os dissídios classistas e os choques de natureza política não nos farão, felizmente, perder tempo.²¹⁴

Dessa maneira, a tensão imperante no estado de beligerância para uma guerra que poderia chegar a qualquer momento na costa litorânea do país fez com que a mobilização social e econômica se chocasse com os interesses mais imediatos à sobrevivência. Os preços dos alimentos corriam o risco de subir não por pressões estrangeiras ou rupturas comerciais, mas possivelmente pelo medo de que se o front de batalha fosse interno provocasse a escassez e a fome.

No sentido de atender as necessidades de um estado de guerra, se extingue a Comissão de Abastecimento e se cria a Coordenação de Mobilização Econômica, em setembro de 1942²¹⁵. O novo órgão possuía propostas mais abrangentes para mobilizar todos os recursos

²¹⁴ Discurso de Getúlio Vargas nas comemorações da Independência do Brasil (07 de setembro de 1942). In: D'ARAUJO, Maria Celina (Org). *Getúlio Vargas*. (Série perfis parlamentares). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011, p. 451. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/getulio-vargas/perfil-parlamentar-de-getulio-vargas>. Acesso em: 20 jun 2016.

²¹⁵ As atribuições da Coordenação de Mobilização Econômica eram: 1) orientar a produção extrativista, agropecuária e industrial para que se conseguisse máxima eficiência, principalmente, os produtos mais urgentes;

econômicos do país. Diretamente subordinada ao Presidente da República, a Coordenação adquiriu durante o período de sua existência (até 1945) poderes amplos, interferindo em vários assuntos da economia nacional. Nas palavras de Edgard Carone, a Coordenação de Mobilização Econômica “é o órgão mais poderoso e totalizante da época”²¹⁶, e isso pode ser constatado, como se verá adiante, pelo caráter articulado que este órgão teve na racionalização da produção nacional e no seu controle num contexto em que se prezava a defesa da economia nacional.

De acordo com o Decreto-Lei 4.750 de 20 de setembro de 1942, que regulamentava a Coordenação de Mobilização Econômica, a ação do representante deste órgão se dava em todo o território através de outros órgãos da administração federal, estadual e municipal. Com atribuições tão amplas e com a adoção de medidas integradas aos estados e municípios, esse órgão tornava-se o mais totalizante possível, coordenando todas as atividades econômicas internas e mobilizando todos os setores da economia, inclusive o trabalho humano, de forma a defender da economia nacional em tempo de guerra, propor o desenvolvimento econômico do país e amenizar o problema do alto custo de vida.

A partir das atribuições dadas à Coordenação de Mobilização Econômica percebe-se que um dos seus objetivos é interferir diretamente no problema do abastecimento de gêneros de primeira necessidade, uma vez que sua competência se estendia desde o direcionamento da produção, perpassando pela circulação e no mercado de consumo. Na prática cotidiana, pelo menos no que condiz à sua atuação na Bahia, as medidas voltadas para a salvaguarda do abastecimento alimentar podem ser observadas a partir das trocas de informações com a Secretaria de Agricultura do estado.

Foi assim que em 24 de agosto de 1943, o responsável pelo setor agrícola da Coordenação de Mobilização Econômica, Belo Lisboa, remeteu um telegrama ao Secretário de Agricultura da Bahia, no qual pedia:

2) controlar a importação e exportação de matérias-primas de acordo com as necessidades das forças armadas, do serviço público e do povo; 3) coordenar os transportes em território nacional; 4) planejar e fiscalizar o racionamento de combustíveis e energia; 5) intervir no mercado de trabalho, direcionando a mão-de-obra para as áreas que mais necessitavam do aumento de produção; 6) investigar o custo, os preços e os lucros das mercadorias, materiais e serviços; 7) fixar preços de mercadorias e serviços; 8) proibir o descumprimento dos preços fixados; 9) determinar as condições de venda de mercadorias; 10) exigir as licenças necessárias para as atividades de produtores, fabricantes e demais negociantes e fornecedores de mercadorias; 11) fixar ou limitar a quantidade de qualquer mercadoria a ser vendida, fornecida ou distribuída ao consumo público bem como dos serviços a serem prestados; 12) levantar e coordenar dados estatísticos relativos a preços, custos e estoques de mercadorias; 13) estudar e propor qualquer medida tendente a assegurar a defesa da economia da Nação. Cf.: Decreto-lei nº 4.750 de 20 de setembro de 1942 (Mobiliza os recursos econômicos do Brasil, e dá outras providências). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4750-28-setembro-1942-414829-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jun 2016.

²¹⁶ CARONE, Edgard. O Estado Novo. São Paulo: DIFEL, 1976b, p. 86.

Agradecerei a vossencia informar urgente si esse estado necessita importar arroz ou feijão até junho vindouro, ou si tem excesso dos referidos cereais para exportação. Qualquer dos casos peço dizer a quantidade, tipo, bem como preferência de sua população.²¹⁷

Em resposta, afirmou-se que não havia ainda uma estimativa segura sobre a produção de 1943, mas que seriam próximas ao ano anterior em que a Bahia produziu o equivalente a 230.000 sacos de arroz e 640.000 sacos de feijão. Com esta produção de 1942, ainda foram necessárias as importações de 5.704.399 quilos de arroz e 2.075.780 quilos de feijão. Ou seja, informava-se ao órgão federal a necessidade de importar quantidade semelhante desses cereais, com a preferência de arroz agulha ou japonês e feijão mulatinho.²¹⁸

Neste mesmo mês de agosto de 1943, outro telegrama foi enviado pelo assistente do setor agrícola da Coordenação ao Secretário de Agricultura da Bahia. Desta vez, pedia a informação de todos os dados estatísticos da produção do estado entre 1940 e 1943, de exportação e importação e dos rebanhos existentes. O relatório encaminhado como resposta trazia dados de produção de frutas, verduras, cereais, leguminosas e raízes, os dados em importação e exportação do último quinquênio e a população de bovinos, equinos, asininos e muares, suínos, caprinos e ovinos do estado.²¹⁹

A Coordenação de Mobilização Econômica exercia, assim, o papel da investigação de necessidades, de organização da distribuição de gêneros pelo país, como também direcionava a produção dos gêneros de primeira necessidade. Um indício desse direcionamento da produção ocorreu em outubro de 1943, quando o Ministério da Agricultura pediu ao secretário de agricultura da Bahia as informações sobre a aptidão e a capacidade de produção de cada município baiano de alguns gêneros básicos como feijão, arroz, batata, milho e mandioca. Requeriu ainda que se fosse possível, e caso o transporte fosse facilitado, que os municípios produtores aumentassem a sua capacidade de produção, assegurando preços considerados adequados. Estes pedidos visavam atender os esforços de guerra e o plano de expansão agrícola do país.

No entanto, não só as correspondências indicam a conformação de um planejamento econômico integrado. Algumas medidas adotadas pelo estado da Bahia no tocante ao abastecimento de gêneros alimentícios, seguem os pressupostos determinados pela prática

²¹⁷ APEB. Fundo Republicano. Secretaria de Agricultura. Caixa: 2378, maço 151

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ Idem.

intervencionista, baseadas na orientação da produção e no controle de importação e exportação de matérias-primas, tal como sugerem algumas das atribuições da Coordenação de Mobilização Econômica.

O governo baiano, para assegurar o abastecimento de gêneros alimentícios, regulou sua exportação. De acordo com a regulamentação de dezembro de 1943 restringiu-se a exportação de gêneros para fora do estado apenas com a autorização da Secretaria de Agricultura, que só seria dada mediante a consulta dos estoques provasse que havia saldo exportável, sem prejuízo para a população baiana.²²⁰ Com isso, evitava-se que negócios mais lucrativos em outros mercados atraíssem os produtores do estado, haja vista que muitos reclamavam que com os preços tabelados não logravam lucros, conforme alegou a Comissão de Criadores e Engordadores, sobre o problema do abastecimento da carne verde em Salvador.²²¹

O alto consumo de carne bovina na capital foi alvo de uma série de reclamações. Para contornar a situação, o governo estadual criou em maio de 1943 o Serviço de Controle da Produção Animal. A partir deste órgão dever-se-ia controlar a produção e a distribuição de carne verde pelo estado. Desse modo, para conter o mercado clandestino de carne, instituiu-se a obrigatoriedade de registros para o comércio de gado. Sobre o assunto, o Prefeito do Município de Morro do Chapéu, Bahia, mandou telegrama em outubro de 1943 ao Secretário de Agricultura do estado afirmando:

Novas firmas pretendem explorar comércio de gado para abater. Já existindo 60 abatedores [a] prefeitura não aceita registro novas firmas visto alterar [a] quantidade fixada, entretanto coletorias [n]esta cidade, Bela Vista, aceitam registro [de] novos abatedores. Prefeitura já limitou [o] número de rezes [para] abater [na] sede, povoados e distritos. Consulto se [a] prefeitura deve proibir novas firmas [de] abatedores que forem registradas [nas] coletorias mencionadas ou conceder permissão.²²²

Em resposta ao telegrama, informou-se que não havia nenhum ato do governo que proibisse a expedição de novos registros. Entretanto, havia uma limitação de rezes a serem abatidas por município e que isto sim, fazia com que a concessão de registros atingisse um certo limite. Desse modo, ao limitar o número de rezes a serem abatidas, evitava-se que animais ainda novos, principalmente fêmeas reprodutoras, fossem destinadas ao abate.

²²⁰ APEB. Fundo Republicano. Secretaria de Agricultura. Caixa: 2340, maço 36.

²²¹ APEB. Fundo Republicano. Secretaria de Agricultura. Caixa: 2378, maço 151.

²²² Idem.

Após esta medida, em 1944, o governo estadual visando aumentar a produção de carne bovina num período de médio a longo prazo, baixou um decreto que proibia o abate para consumo de vitelas e vacas com idade inferior a 10 anos pelo prazo de dois anos, bem como a exportação destes animais para outros estados fosse de qualquer raça ou idade. Esta medida visava assegurar a reprodução dos animais, aumentando-se o tamanho do rebanho no estado, ou seja, elevando-se a oferta no mercado. A lei estadual restringiu ainda a matança das fêmeas bovinas com mais de 10 anos ou aquelas inaptas para a procriação, vinculando o abate apenas em matadouro municipal com a anuência do Secretário de Agricultura. Neste caso, procurava-se coibir a ação do mercado clandestino de venda de carne, bem como a ação de atravessadores, muitas vezes vistos como os responsáveis pelos preços proibitivos dos gêneros.²²³

Contudo, ainda que as medidas adotadas inicialmente pela Coordenação de Mobilização Econômica seguissem estratégias hierarquicamente integradas, não é possível afirmar que elas obtiveram sucesso. Como suscitou Carone, apesar de serem levantadas as necessidades de consumo, os estoques e traçar uma rede de controles, e ainda de haver punições a quem se opusesse à execução de ordens da Coordenação, podendo ser julgado pelo Tribunal de Segurança Nacional, os impasses vieram pela não aceitação pelos produtores dos preços oficiais que eram tabelados, ocasionando a proliferação de um mercado clandestino que especulava o mercado gerando alta de preços acima do que foi estipulado pelo governo.²²⁴

Com isso, crescia o número de pessoas julgadas por crimes que atentavam à segurança e à ordem pública, sendo julgadas por atitudes como fraudes de pesos, medidas e preços, como também aumentavam as insatisfações da população que sentia que o aparato de controle e fiscalização não surtia efeito diante de um quadro de carestia de vida.

²²³ APEB – Fundo Republicano, Secretaria de Agricultura. Decreto estadual nº 271-B de 28 de julho de 1944. Caixa: 2340, maço 36.

²²⁴ CARONE, Op. Cit., 1976b, p. 87.

CAPÍTULO 3

O MERCADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS: UMA ARENA DE DISPUTAS

3.1 OS CRIMES CONTRA A ECONOMIA POPULAR

Um dos maiores entraves à legitimação do Estado Novo era o encarecimento do custo de vida. Fazia-se necessário uma medida que parecesse justa e que acautelasse os clamores sociais em prol de melhores condições de sobrevivência. Antes mesmo da instalação da Coordenação de Mobilização Econômica, ou até mesmo de eclodir um cenário de guerra, não parecia que houvesse uma perspectiva para a resolução do problema da carestia. É assim que em novembro de 1938, após um ano da instalação do Estado Novo, o presidente Getúlio Vargas, nas comemorações do primeiro aniversário do governo, informou em discurso que:

A iniciativa dos entrepostos e medidas de fiscalização e tabellamento não bastam certamente para assegurar o barateamento dos generos de primeira necessidade. É preciso que a população coopere com as autoridades prestigiando as e denunciando os abusos dos açambarcadores.²²⁵

Reconhecendo as dificuldades para controlar os preços, dias após a comemoração do primeiro aniversário do regime, o presidente decretava a lei que definia os crimes contra a economia popular, sua guarda e emprego, através do Decreto-lei nº 869. Desde que Vargas chegou ao poder em 1930, essa lei foi a mais incisiva no objetivo de identificar e coibir os crimes que prejudicavam as camadas populares. Com o auxílio de um aparato coercitivo do Estado Novo, esses tipos de crimes foram equiparados aos crimes de subversão que atentavam contra a segurança do Estado.

Entre os crimes que feriam a economia popular estavam: destruir ou inutilizar de forma intencional matérias-primas ou produtos de consumo, para determinar alta de preços; abandonar lavouras, suspender as atividades fabris ou qualquer estabelecimento de produção e dos meios de transporte; promover a formação de trustes para dificultar a concorrência; reter ou açambarcar matérias-primas, meios de produção ou produtos de consumo para dominar o mercado e provocar a alta de preços; vender produtos abaixo do preço de custo, impedindo a

²²⁵ A Tarde. 10 de novembro de 1938, p. 8.

concorrência; provocar alta ou baixa dos preços por meio de notícias falsas; dar indicações ou fazer afirmações falsas em prospectos e anúncios com a finalidade de compra ou venda de títulos, ações e quotas; exercer funções de direção em mais de uma empresa; gerir de modo fraudulento bancos e estabelecimentos de capitalização; fraudar escriturações, registros, lançamentos relativos a sócios com o fim de sonegar lucros e dividendos; celebrar ajuste para impor preços de revenda ou exigir que o comprador não compre de outro vendedor; transgredir tabelas oficiais de preços; obter ganhos ilícitos em detrimento do povo mediante especulações; violar contrato de venda a prestações deixando de entregar a coisa vendida; e fraudar pesos ou medidas padronizadas em lei, ou possuí-los sabendo estarem fraudados.²²⁶

A definição dos crimes contra a economia popular mapeia por diversos vieses vários tipos de fraudes destinados a enganar a população. Ao conceber a vastidão de tais delitos e inculcar o caráter de justiça e de moralidade para as práticas desenvolvidas no comércio em geral, Vargas consegue maior legitimidade para governar. Na sua função de legislar, e com uma lei com tal amplitude, ele reforça a condição de único condutor do país capaz de solucionar as questões que afetavam a população, impondo a ação moralizadora do Estado.

Diante da extensão dos crimes que são configurados como contrários à economia popular, em entrevista ao jornal *A Noite do Rio de Janeiro*, o Ministro da Justiça e teórico do Estado Novo, Francisco Campos, afirmava que:

Dentro de sua órbita de ação não se enquadra apenas a punição efetiva dos criminosos que outrora ficavam impunes, mas também a repressão de manejos dos mais fortes, economicamente, contra os fracos e pobres. [...] O Estado Novo tem como uma de suas funções precípua exatamente esta de garantir o equilíbrio entre as diversas classes, colocando-se acima de interesses particulares por mais poderosos que sejam, sob pena de trair a sua missão e terminar fomentando indiretamente a luta social.²²⁷

Como destacou Francisco Campos, o Estado agia como acautelador das tensões sociais, a fim de que se evitasse a luta de classe, quando, na verdade, pregava-se a cooperação entre as classes para que houvesse o equilíbrio social. Então, a lei que definia os crimes contra a economia popular e o seu emprego era um conjunto de regras e procedimentos com a função de mediar as relações sociais. Como alertou Thompson, o objetivo de uma lei é manter as

²²⁶ Artigos 2º e 3º do Decreto-lei nº 869 de 18 de novembro de 1938. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-869-18-novembro-1938-350746-publicacaoriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 jun 2016.

²²⁷ BRANCO, Eurico Castelo. *Anotações às leis de segurança e economia popular*. Legislação, jurisprudência, doutrina. Rio de Janeiro: Livraria Jacinto Editora, 1940, p. 148.

relações ativas e definidas com as normas da sociedade, mesmo que esta se expresse enquanto um campo de conflito.²²⁸

Assim, para que o Decreto-lei 869, de 18 de novembro de 1938, conseguisse o efeito acautelador que sugeriu Francisco Campos, imperava a necessidade de uma legislação que colocasse esses crimes, por vezes tão comuns, como crimes contra a segurança do Estado com punições que fossem além do pagamento de multas, incluindo até mesmo a reclusão. Para reforçar a punição como contrapartida da prática de tais crimes, o referido decreto os colocavam como inafiançáveis e o seu julgamento ficava ao encargo do Tribunal de Segurança Nacional, órgão de justiça especial de defesa do Estado.

Antes do Decreto-lei 869, toda ação com vistas a coibir os crimes que feriam a economia popular eram abrangidos pela legislação penal. No entanto, o crime era delineado de maneira “fugidia”, permitindo que os “especuladores e arquitadores de “planos” tivessem campo livre “para as suas atividades suspeitas”, pois tinham a certeza da impunidade gerada pela dificuldade das provas.²²⁹ O que mudava com a nova lei era que com apenas a existência de uma denúncia, já se poderia se instaurar o inquérito pela delegacia competente e daí, se julgada procedente a denúncia, se encaminharia para o Tribunal de Segurança Nacional, onde se instalaria o processo e o julgamento.

A fixação dos crimes desta ordem e seu emprego foi vista pelos juristas da época como a “mais ampla intervenção do Estado na economia”²³⁰, nas palavras de Roberto Lyra. Para outro jurista da época, Nelson Hungria, o Estado Novo, no que concerne aos crimes contra a economia popular, “intervém, com a sua autoridade coercitiva, para reprimir o desenfreio das ambições, controlando e orientando as atividades individuais no sentido do bem comum”²³¹. Nas compilações comentadas sobre o Decreto-lei 869 de novembro de 1938, percebe-se que a maior preocupação da época era combater a economia da especulação, vista como o maior dano à regulação da economia do país e o causador da carestia de vida.

O próprio Francisco Campos em seu pronunciamento em *A Noite*, em 28 de novembro de 1938, relata que no desenvolvimento do capitalismo há dois tipos de economia se desenvolvendo em paralelo, uma oposta à outra: a de criação e a de especulação. A economia de criação está no desenvolvimento do mercado livre, no qual o preço é determinado por fatores econômicos reais, como por exemplo: todo o custo de produção, o capital investido,

²²⁸ THOMPSON, E. P. O domínio da lei. In: THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

²²⁹ *Ibid*, p. 149.

²³⁰ LYRA, Roberto apud BRANCO, Op. Cit., p. 148.

²³¹ HUNGRIA, Nelson apud BRANCO, Op. Cit., p. 149.

mão de obra, matéria prima, impostos e transporte. Já a economia de especulação, seria aquela que burla os preços artificialmente a partir de notícias falsas, boatos e do impedimento da concorrência com a formação de trustes e cartéis.²³² A partir da explanação feita pelo Ministro da Justiça, Roberto Lyra comenta a legislação enfocando a ação dos especuladores. Sobre o assunto ele sintetiza:

A especulação ilícita não é uma causa da vida cara. Esta resulta de um conjunto de fenômenos econômicos de ação, às vezes imponderável, figurando aquela especulação mais com efeito indireto. Assim, a repercussão apenas pôde contribuir para baratear a vida, não porque, suprimindo a especulação ilícita, faça desaparecer a carestia, mas porque, no curso desta, impede o aproveitamento de circunstâncias propícias à sua agravação.²³³

Ao que parece, pela série de comentários produzidos, a legislação gerou expectativas para o que seria a solução do problema da carestia de vida, como bem apontou Lyra. Estas aspirações se davam, inclusive, pelo aparato formado para que a lei fosse cumprida. No mercado de Salvador, por exemplo, as maiores reclamações se davam pelos rumores de retenção e açambarcamento de gêneros, pela transgressão de tabelas de preços e as especulações, vistas como a ação gananciosa dos negociantes.

Diante do Decreto-lei 869, no nível municipal foi formado um órgão de fiscalização, a Fiscalização Municipal, que entre verificar posturas e licenças municipais, observava o cumprimento da lei de crimes contra a economia popular. As ações deste órgão, poderiam ser acompanhadas ou não de guardas civis. Em casos de infração feita em flagrante, quando presente as autoridades policiais, o infrator poderia já sair de seu estabelecimento preso e seria conduzido à Delegacia de Ordem Política e Social da Bahia (DOPS-BA).

A DOPS-BA era uma delegacia estadual de polícia política, a exemplo da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), criada em 1933 e situada no Distrito Federal. Seu objetivo era manter a ordem e a segurança pública, coibindo quaisquer ações que se mostrassem divergentes do projeto de governo.²³⁴ Desse modo, os infratores, ao ferirem a lógica do bem-estar social presente na legislação específica em coibir os crimes contra a economia popular, agiam contra a manutenção da ordem pública e por isso eram encaminhados à estas delegacias.

²³² LYRA, Roberto. *Crimes contra a economia popular*. Doutrina, legislação e jurisprudência. Rio de Janeiro: Livraria Jacinto, 1940, p. 85-86.

²³³ *Ibid*, p. 95.

²³⁴ CPDOC. *Polícia política*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/PoliciaPolitica>. Acesso em: 19 jun 2016.

Apenas a existência de uma denúncia ou o flagrante já eram o bastante para que se instaurasse o inquérito que seria encaminhado para o Tribunal de Segurança Nacional, órgão criado em 1936, subordinado à Justiça Militar, com o objetivo de julgar os crimes cometidos contra a segurança nacional, sempre que fosse decretado o estado de guerra. Com o regime do Estado Novo, o Tribunal de Segurança Nacional foi desvinculado da Justiça Militar, com poderes mais amplos, funcionando mesmo em falta de declaração de estado de guerra. Sua competência, nesse momento, estava no julgamento contra os crimes que atentavam a segurança do Estado, a estrutura das instituições e a economia popular.²³⁵

O rito do Tribunal de Segurança Nacional, definido por decreto-lei em 1938, conferia agilidade ao julgamento dos processos. Seu objetivo não era a exposição do fato criminoso, que já chegava exposto através do inquérito policial, mas a classificação do crime e a indicação dos seus autores, coautores e cúmplices, para daí indicar as penas aplicáveis.²³⁶ De acordo com o rito adotado, o juiz citaria o réu para defender-se e apresentar advogado em vinte e quatro horas, nomearia defensor para aqueles que não apresentassem advogado. A instrução e julgamento seria feito num prazo de três dias.

De acordo com o estudo de Christiano Balz no ramo do Direito sobre os aspectos legais e doutrinários do Tribunal de Segurança Nacional, o rito seguido pelo órgão é marcado por uma “oralidade “apressada” do processo, pela inversão do ônus da prova com base no que fosse apurado no próprio inquérito policial, pela adoção de prazos absolutamente exíguos para a defesa e pela inobservância de outras tantas garantias”. Isto fazia com que o caminhar do processo tivesse a intenção “de amedrontar e desestimular futuras tentativas revolucionárias, já que a defesa seria de pouco ou nenhuma valia ante o objetivo de condenar quem quer que fosse denunciado por tais crimes”²³⁷.

Dessa forma, desde a denúncia ou prisão em flagrante até o julgamento via-se uma estrutura interligada de comunicação e ação entre as esferas de poder (municipal, estadual e união). A aplicação da lei se dava de modo orgânico e de acordo com o rito breve do Tribunal de Segurança Nacional, nota-se que a intenção do Estado é de condenar aqueles que infringiam a lei. Não obstante, nem a existência de uma lei e uma estrutura coercitiva passou a

²³⁵ Decreto-lei nº 88 de 20 de dezembro de 1937. (Modifica a Lei nº 244 que instituiu o Tribunal de Segurança Nacional). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-88-20-dezembro-1937-350832-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 jun 2016.

²³⁶ Art. 3ª do Decreto-lei nº 474 de 8 de junho de 1938, que dispõe sobre o processo dos crimes da competência do Tribunal de Segurança Nacional.

²³⁷ BALZ, Christiano Celmer. *O Tribunal de Segurança Nacional: Aspectos legais e doutrinários de um tribunal da Era Vargas (1936-1945)*. Dissertação de Mestrado do Centro de Pós-Graduação em Direito. Florianópolis: UFSC, 2009, p. 147.

significar que os atos de especulação e outras fraudes deixassem de ser praticadas. Um sintoma disso é a profusão de queixas e ocorrências realizadas pela Fiscalização Municipal de Salvador e os processos que daí decorreram, como se verá mais adiante.

Pode-se dizer que a partir de 1942, com a entrada do Brasil na guerra, a lei que definia e empregava os crimes contra a economia popular foi redimensionada no sentido de que cada infração cometida não era apenas um crime que prejudicava a ordem social, mas também desvirtuava o projeto de mobilização da população na formação de um front interno de batalha. Neste contexto que era de preparar a sociedade para um possível conflito e de defesa da economia nacional, reforçou-se a importância do Decreto-lei 869, tanto foi que entre as atribuições pertinentes à Coordenação de Mobilização Econômica, criada em setembro de 1942, algumas delas são questões presentes na lei de crimes contra a economia popular.

Ainda que tenham elaborado a lei concebendo-a em seu amplo domínio, as fraudes e as práticas especulativas continuaram a existir. Havendo ainda uma inflação a se acentuar com a guerra, tais práticas corroboravam para que a carestia continuasse a ser um problema na sobrevivência das camadas inferiores da sociedade. Em decorrência disso, alguns sujeitos se viam em um misto de insegurança, medo, e angústia que os levavam muitas vezes a terem atitudes desesperadoras frente à situações postas no cotidiano.

3.2 O COMPORTAMENTO POPULAR DIANTE DA CARESTIA

Os preços altos dos gêneros de primeira necessidade e os salários defasados além de ocasionarem no aumento vertiginoso do custo de vida, foram responsáveis por causar um efeito psicológico sobre as camadas inferiores da sociedade. A desconfiança, a insegurança, a angústia e o medo formam um complexo de sentimentos que a cada dia colocam em xeque a sobrevivência diária. O conflito destes sentimentos, por sua vez leva a comportamentos considerados absurdos.²³⁸

Era 25 de fevereiro de 1942. A angústia de uma vida difícil e sem perspectiva tomou conta de Almerinda Souza. Aproximando-se das dezoito horas, a lavadeira chegava em casa após mais um dia de trabalho. Ao voltar da fonte de São Caetano e chegando em casa na localidade do Peru, verificou que sua filha Maria de Lourdes havia comido certa porção de

²³⁸ DELUMEAU, Jean. O silêncio sobre o medo. In: DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

carne e feijão deixada por ela na panela. Tal fato a “encolerizou”. Almerinda, tomada de raiva, mergulhou as mãos de sua filha em água quente e declarou na delegacia que estava “aborrecida com a vida ingrata que leva e também em virtude da sua referida filha mostrar verdadeira teimosia em vir “apanhando” comida, apesar de sempre ser castigada por isso”²³⁹. Os vizinhos de Almerinda testemunharam o fato e afirmaram a atitude extrema não teria sido por “perversidade”, mas por uma “subta raiva”, pois a acusada era “pessoa de bôa conduta e sempre cuidadosa, carinhosa com seus filhos”²⁴⁰.

A ocorrência apresentada na delegacia não resultara em nenhum inquérito policial, como também nenhuma ação judicial foi levada à frente pela vítima. No entanto, o breve relato da situação vivenciada por Almerinda e sua filha Maria de Lourdes retrata um cotidiano de sobrevivência difícil, a cada dia assombrado pelo fantasma da fome. Disso resultam não só os comportamentos encolerizados, mas também os furtos para a subsistência, como ocorreu com o cozinheiro José Correa Cravo.

Em 30 de maio de 1942, próximo das nove horas da manhã o cozinheiro foi preso em flagrante, acusado de furtar dois pedaços de carne de boi da cozinha do restaurante Recreio Bahiano, onde trabalhava. A apreensão contava com quinhentos gramas de contrafilé avaliados em 3\$500 (três mil e quinhentos réis) e quatrocentos gramas de carne de terceira avaliados em 1\$500 (mil e quinhentos réis). José Correa Cravo foi enquadrado no Art. 155 do Código de Processo Penal, pelo crime de furto. Tanto no auto de prisão, como no auto de acareação entre ele e proprietário do restaurante foi ressaltada “a culpa do mesmo acusado, que principia dizendo ter autorização da vítima para tirar da referida cosinha os comestíveis de que carecesse, para terminar confessando que o fazia, na esperança de que esse seu proceder não viesse a chegar ao conhecimento da mesma vítima”²⁴¹.

A estratégia que José Correia Cravo normalmente vinha adotando há cerca de quinze dias para pegar gêneros da cozinha do estabelecimento era o seguinte: pegava determinada quantidade de carne e a levava para Mercado de Santa Bárbara, na Rua Doutor Seabra, próximo ao restaurante. Lá, ele entregava o embrulho na barraca de Alicio Souza para que um carregador passasse e transportasse o alimento para a sua casa. Das quatro testemunhas chamadas na delegacia, todas eram funcionárias do restaurante e afirmaram que o acusado

²³⁹ APEB. Fundo Republicano. Secretaria de Segurança Pública. Caixa 6475, maço: 03.

²⁴⁰ Idem.

²⁴¹ Idem.

nunca tinha apresentado este comportamento, mas que nos últimos tempos todas as manhãs ele saía em direção ao dito mercado.

Na sua apresentação em juízo, o acusado afirmou que seu ordenado era de 500\$000 (quinhentos mil réis) e que todos os meses vinha descontado a importância de 100\$000 (cem mil réis) referente à sua comida. Como ele era cozinheiro e preferia comer a comida feita em casa pela sua mulher, tinha a anuência dos donos para levar os pedaços de carne para casa. O acusado também afirmou que o dono do restaurante, senhor Albino Amoedo Dominguez, tinha armado o flagrante porque ele já era funcionário daquele estabelecimento há trinta e dois anos e que o atual proprietário quer “mancha-lo para evitar o pagamento de qualquer indenização ou mesmo mais tarde a aposentadoria na forma das Leis Trabalhistas”.

O processo-crime teve um rápido desfecho. Em julho do mesmo ano, o promotor indicou a absolvição do réu, julgando improcedente a denúncia, pois não se tinha como provar que os pedaços de carne que ele carregava na manhã daquele sábado eram oriundas do restaurante, já que todas as testemunhas arroladas, apesar do vínculo com os proprietários do Recreio Bahiano, fizeram observações de que o acusado tinha boa índole e que souberam da prisão do colega apenas por intermédio seu patrão.

José Correa Cravo tinha 59 anos, era casado, pai de três filhos e morava na Rua do Godinho, nas imediações da Saúde, próximo de onde trabalhava. Com o ordenado que percebia mensalmente, caracterizava uma família de trabalhadores que vivia o arrocho da elevação do custo de vida que se evidenciava, principalmente a partir do ano de 1942. Não se pode afirmar que se tratava de um furto, uma vez que o desfecho do processo não faz nenhuma confirmação. Entretanto, seu modo costumeiro e confesso de sair pelas manhãs procurando uma forma de levar comida para casa, possivelmente, tenha a finalidade de suprir seu lar com o gênero básico e esteja ligado às dificuldades cotidianas para se alimentar diante da vida cara.

Ainda que não se possa ser conclusivo sobre o caso do cozinheiro, e nem se tenha informação sobre o dia de trabalho de Almerinda Souza, o que ajudaria a compreender a súbita raiva que culminou com a mão da filha em água fervendo, pode-se inferir apenas que tais comportamentos fazem alusão aos arrochos da subsistência com rendimentos cada vez mais encurtados e a falta de perspectiva de mudança, na esperança de dias melhores.

Diante das fontes policiais e judiciárias, toda conclusão que busque traçar uma relação com os problemas de reprodução da vida material, caminha no terreno da possibilidade. Como alertou George Rudé, em estudo sobre os motins populares na França e na Inglaterra entre 1730 e 1848, frente ao comportamento dos sujeitos diante das dificuldades de sobrevivência,

o historiador precisa “evitar os julgamentos apressados e ser menos definitivo em suas conclusões”²⁴².

O estudo de Rudé foi visto com pioneirismo pela historiografia. Seu objetivo era compreender o comportamento das multidões francesa, em época de mudanças políticas, e inglesa na revolução industrial. Pela primeira vez, o termo multidão era empregado em sentido oposto ao ajuntamento de indivíduos ou de modo abstrato. A multidão passava a ser compreendida através do padrão de comportamento adotado, procurando-se detectar as finalidades de suas ações. Não se tratavam de ações em que se verificava uma histeria em massa, como se estivessem agindo instintivamente, mas de ações organizadas, operacionalizadas a partir de atitudes mentais baseadas em costumes (para as sociedades pré-industriais) ou nas disputas trabalhistas (para as sociedades industriais).

Por mais que os casos relatados em Salvador nos anos quarenta, em sua maioria, não se tratem de multidões, mas de atitudes individuais, e não tenham o mesmo aspecto das multidões examinadas por Rudé, mesmo porque tratam-se de sociedades distintas, sua contribuição está no modo como analisar estas atitudes, evitando-se incorrer na compreensão de que eram espasmos irracionais. Neste sentido, também está o estudo de E. P. Thompson que resultaram no artigo “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII” que tem o objetivo de analisar os motins de fome da Inglaterra pré-industrial, publicado pela primeira vez em 1971.²⁴³

Para Thompson, é natural protestar quando se está com fome ou quando há alguma ameaça de fome. Este é o estímulo principal. No entanto, toda reação que culmine em alguma forma de protesto é mediada pelos costumes e pela cultura. Com isso, se desconstrói a visão de que as ações são meramente compulsivas e inconscientes. Thompson compreende que os motins contra a carestia no século XVIII se operavam dentro de noções legitimadoras construída a partir de normas e obrigações sociais que encontravam um consenso da comunidade. Tais noções, por vezes remontavam a um passado longínquo, que se fazia presente a partir da existência de um direito baseado no costume e na permanência do modelo paternalista.

A categoria de análise da economia moral, por ele formulada a partir destes estudos, relaciona-se com as ações coletivas que as camadas inferiores empreendem, trazendo à luz o

²⁴² RUDÉ, George. *A multidão na História*. Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991, p. 13.

²⁴³ THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 150-202.

entendimento do que é economicamente correto, fazendo alusão às noções de justiça e bem-estar comum. Desse modo, requeria-se a fixação dos preços pelas autoridades estabelecendo patamares populares e colocavam-se contra qualquer especulação e atitudes gananciosas dos negociantes sobre o povo.

Antes de se adotar esta categoria de análise para os movimentos que se observam em Salvador neste período, é preciso levar em consideração o que o próprio Thompson observou, afirmando que “não tratava de todos os tipos de multidão”, mas de uma ““economia moral” da multidão no contexto definido pelo artigo”.²⁴⁴ É preciso afirmar que Salvador nos anos trinta e quarenta é uma cidade com outros contornos, tanto políticos quanto sociais. Primeiro, não se pode esquecer que todos estavam sob as ordens de um regime discricionário, no qual um levante popular poderia levar à prisão por crime contra a segurança nacional, previsto no Art. 123 na Constituição de 1937, que afirma:

Art 123 - A especificação das garantias e direitos acima enumerados não exclui outras garantias e direitos, resultantes da forma de governo e dos princípios consignados na Constituição. O uso desses direitos e garantias terá por limite o bem público, as necessidades da defesa, do bem-estar, da paz e da ordem coletiva, bem como as exigências da segurança da Nação e do Estado em nome dela constituído e organizado nesta Constituição.²⁴⁵

O estado de mobilização para a guerra a partir de 1942, ao mobilizar inclusive o trabalho humano, inclusive impediu a ocorrência de greves, que é o modo mais típico de representar as insatisfações sociais e de lutar por direitos numa sociedade industrial. Além dessas questões políticas, em que a ação coletiva que poderia levar à perturbação da ordem e ao julgamento por tribunal especial, o Tribunal de Segurança Nacional, a sociedade soteropolitana deste período guarda seus hábitos urbanos e vive num tempo acelerado, típico do capitalismo. Ela não tem por base o direito consuetudinário como na Inglaterra do século XVIII, em que o reconhecimento entre as diferenças sociais, eram acauteladas por ritos de deferência e subordinação filial de relações paternalistas.

Para a Salvador das décadas de trinta e quarenta, é mais aceitável dizer que os sujeitos se reconhecem e se distinguem a partir de suas experiências de classe, sendo possível articular entre si valores, pensamentos e interesses. A necessidade de relativizar a sociedade para a

²⁴⁴ THOMPSON, E. P. Economia moral revisitada. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 204.

²⁴⁵ BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1937). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 10 jun 2016.

qual a categoria da economia moral foi pensada, para a sociedade em estudo, se dá para também relativizar as ações dos indivíduos.

Assim, ao observar as ações de sujeitos diante da carestia, da insegurança e medo da fome em Salvador, não significa que elas, mesmo que individuais, não fossem referendadas por noções de bem-estar comum e justiça social. Talvez estas noções não fossem referendadas em passados longínquos, mas elas foram construídas a partir da forma como os sujeitos pensam, refletem e se reconhecem no mundo em que vivem. Ou seja, as noções de bem-estar comum, que conferem legitimidade às ações, são forjadas a partir das experiências que os indivíduos compartilham entre si e conformam a própria consciência da coletividade de trabalhadores.²⁴⁶

Dessa maneira, Almerinda Souza e José Correa Cravo poderiam nem se conhecer, mas a situação que um vivia possivelmente poderia ser reconhecida pelo outro, por haver entre eles sentimentos compartilhados em relação ao cotidiano de vida cara em que viviam, possibilitando formular valores que justificassem suas ações.

As atitudes coletivas reforçam a existência de noções e valores de justiça e bem-estar, como se verificou, em janeiro de 1945, na Rua Vinte e Oito de Setembro, no distrito da Sé, centro de Salvador. A nove dias daquele ano, a população não tinha visto carne verde na cidade. A notícia de que ela estaria disponível naquele dia, fez com que “muitíssima gente” esperasse “à porta dos açougues a distribuição do “beef”, havendo em consequência atritos e até agressões”.²⁴⁷ Entretanto, uma atitude do “esperto açougueiro” despertaria a fúria dos populares. Em “combinação com o dono da alfaiataria vizinha, [ele] estava desviando a carne enquanto o povo esperava”. Quando a população percebeu o fato, houve “invasão pela retaguarda, o que forçou o açougueiro a ser honesto”.²⁴⁸

“Ser honesto” para aqueles que esperavam o “beef”, perpassa pelo entendimento que esconder o gênero forçaria a prática especulativa e em consequência o aumento de preços, transgredindo as tabelas oficiais. O ser honesto, neste caso, assemelha-se o que para Thompson era o moral, uma vez que se trata da condenação de práticas tidas como ilegítimas do comércio, pois feria o direito de todos adquirirem o alimento por preço considerado razoável. O mesmo consenso do que eles entendem por legítimo e honesto e que os moveram a invadir o açougue, faz com que reclamem dos preços que foram fixados destoantes do

²⁴⁶ THOMPSON, E.P., Op. Cit., 1981.

²⁴⁷ A Tarde. 10 de janeiro de 1945, p. 2.

²⁴⁸ Idem.

patamar popular, das práticas especulativas, das fraudes dos pesos e medidas e do descumprimento das tabelas de preços. Desse modo, as camadas populares, ainda que reconheça em si a impotência para mudar de modo mais amplo a conjuntura econômica vigente para uma que lhes fosse mais favorável, não se colocam como sujeitos passivos, mas agem conscientemente e sabem reconhecer o seu papel social e agir dentro de um campo de forças existente na sociedade.

Sabendo reconhecer seu papel dentro de um campo de forças é que as ações em forma de denúncias aconteciam. Foi assim que, em 30 de julho de 1943, aproximadamente às oito horas da manhã na Feira de Água de Meninos, que Antônio Carlos, ao comprar duas galinhas por Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros), dirigiu-se diretamente ao guarda civil Almansur Rodrigues Pereira Fogos para denunciar que o saveirista Climerio Amorim vendia o gênero mais do que pelo dobro do preço tabelado. Pela tabela publicada em 25 de julho de 1943, uma galinha deveria ter o preço máximo de Cr\$ 7,00 (sete cruzeiros) e o saveirista a vendia por Cr\$ 15,00 (quinze cruzeiros).

O caso foi parar na delegacia. Em depoimento, o guarda Almansur Rodrigues afirmou que:

[...] para tomar providencias a respeito de uma queixa que lhe foi apresentada pelo senhor Antonio Carlos, contra o saveirista Climerio Amorim, tirou a sua túnica, guardando-a em uma barraca e tirando da cinta o revolver o colocou dentro de um boca-pio que trazia na mão, dirigiu-se para o saveiro, afim de providenciar o que lhe foi solicitado, chegando à conclusão de que Climerio Amorim estava vendendo galinhas a quinze cruzeiros, segurou uma destas e entregando a importância de sete cruzeiros a Climerio, este rejeitou dizendo que não podia vender galinhas por este preço, tentando tomá-las das mãos do policiador, que segurou a ave, dizendo que de qualquer forma a levaria, pois estava baseado na tabela [...]²⁴⁹

A situação descrita por Almansur tem um desfecho quando Climerio, ao tentar arrancar a galinha da mão do guarda, juntou-se a Osvaldo, que o acompanhava, que conseguiu se apossar do revolver que estava dentro do boca-pio, e terminou por ferir tanto a sua mão, como a do guarda. Mesmo ferido, Almansur foi buscar a sua túnica que o identificava como guarda e voltou ao local fardado e “efetuou a prisão em flagrante de Climerio Amorim, conduzindo-o para a Delegacia de Ordem Política e Social, por crime de Economia Popular”²⁵⁰.

²⁴⁹ APEB – Fundo Judiciário. Caixa 126, documento 7.

²⁵⁰ Idem.

Quando Antônio Carlos denunciou o ato fraudulento de Climério Amorim, ele certamente sabia quais penas poderiam ocorrer ao negociante. A denúncia feita à autoridade presente era uma forma de punir aquele que estava lesando o seu bolso, uma vez que de acordo com a lei que definia os crimes contra a economia popular, o delituoso poderia ser preso, além do pagamento de multas. No entanto, apesar de ter sido levado para Delegacia de Ordem Política e Social não se sabe o motivo do flagrante não ter sido lavrado, sendo conduzido apenas para a delegacia da 2ª Circunscrição Policial, onde se abriu o inquérito relacionado às agressões físicas.

Em um contexto de regime autoritário, no qual se tinha os direitos políticos cerceados, pode-se considerar que o comportamento popular e a manifestação de suas insatisfações diante da carestia, na luta pela sobrevivência cotidiana, se davam cada vez menos na forma de uma ação direta, e seguiam muito mais o caminho pelo qual optou por Antônio Carlos. Por isso que a lei de 1938, que definiu os crimes contra a economia popular, se torna tão importante. Por meio desta lei, percebe-se que a reivindicação de direitos e justiça social no Estado Novo perpassava por um canal de comunicação institucional que se dizia capaz de sanar o problema maior que ocasionava a carestia de vida: a especulação gananciosa de negociantes.

3.3 CONSUMIDORES E COMERCIANTES NA DEFESA DO “PÃO NOSSO DE CADA DIA”

Em 25 de fevereiro de 1944, o diretor da Fiscalização Municipal de Salvador remeteu ao Prefeito Elísio Lisboa uma correspondência afirmando que em virtude da denúncia de um comprador, um fiscal, designado pelo órgão que ele dirigia, procedeu a uma diligência no Mercado Modelo, onde encontrou nas barracas nº 139, 143, 185 e 190, vários fardos de carne de charque retidos e fez com que os donos dos estabelecimentos vendessem pelo preço tabelado.²⁵¹

O caso relatado é mais um que demonstra que a fixação de preços através de tabelas oficiais por vezes não agradava os comerciantes, que alegavam não auferir lucros. Com isso, adotavam medidas que traziam a possibilidade de obter algum tipo de vantagem, a exemplo

²⁵¹ AHMS – Fundo: Prefeitura Municipal. Seção: Fiscalização Geral. Estante 84, Prateleira 01. Documentos avulsos (1934-1951).

de reter gêneros para forçar a alta, fraudar pesos, medidas e preços. Diante dos maus procedimentos adotados pelo comércio da cidade, tornava-se natural uma onda de insatisfações por parte da população que encontrava na denúncia uma forma de punir os infratores por ferirem a economia popular.

É lógico que o ato de denunciar está ligado ao senso de justiça na defesa de seus interesses, o que é inerente ao ser humano, mas também a população se sentia amparada por base legal. A lei de crimes contra a economia popular encontrou sua eficácia por ser endossada pelas noções de bem-estar comum existente na sociedade. Ela apresentava um consenso com a população sobre o que era justo, legítimo e legal nas práticas de comerciantes. Por isso, os sujeitos acreditavam que a denúncia tinha o efeito positivo em realmente estabelecer a moralidade no comércio.

Com o aparato da lei e o senso de justiça presente na população, o cotidiano de Salvador tornara-se permeado de tensões, haja vista qualquer hora poder chegar um fiscal no estabelecimento e encontrar algum tipo de fraude. Através das diligências diárias da Fiscalização Municipal, subordinada à prefeitura de Salvador, todos os dias, diversos fiscais saíam às ruas com o objetivo de verificar o cumprimento de posturas municipais, as licenças de funcionamento, observar a correta aferição das balanças e dos pesos, as medidas utilizadas, o peso dos alimentos, e ainda verificar o uso das tabuletas que informavam os preços fixos, que era de uso obrigatório. Nesta época, é possível dizer que as ações da Fiscalização Municipal, em grande parte, faziam cumprir a lei de crimes contra a economia popular.

Os fiscais faziam parte da rotina do comércio. Era comum, por exemplo, que nas primeiras horas da manhã, as padarias das mais diversas regiões da cidade recebessem a visita de um fiscal que conferia o peso do pão. Quando se pesava um quilo de pão que não correspondia exatamente à mil quilogramas, apreendia-se a mercadoria por infringir o Art. 3º da lei contra os crimes que ferem a economia popular, que proibia a fraude de pesos e medidas. No entanto, as apreensões também faziam parte do cotidiano de Salvador. Em suas incursões, o fiscal João Araripe, em apenas três dias do mês de outubro de 1944, verificou 61 padarias e autuou 15 por fraude de peso, recolhendo o pão e doando para casas de caridade.²⁵²

A questão dos pesos de pães, por mais autuações que houvesse, era relativizada quando havia uma diminuta diferença no peso. Em um caso ocorrido no Rio de Janeiro e julgado pelo Tribunal de Segurança Nacional, na sentença constava que a pequena oscilação do peso do pão “não incrimina a ação do réu, pela ausência de dolo, de vez que o artigo em

²⁵² AHMS – Fundo: Prefeitura Municipal. Seção: Fiscalização Geral. Estante 84, Prateleira 01. Documentos avulsos (1934-1951).

apreço [Art. 3º, inciso II] está sujeito a variação de peso pelas próprias condições ambientes”, sem contar que “difícilmente se lhe poderia atribuir peso certo, pelos processos de sua própria fabricação”.²⁵³

Por conseguinte, as ações que visavam autuar as irregularidades de pesos de pão deveriam ser ponderadas, até mesmo pelas condições inexatas e sempre aproximadas em relação ao seu tamanho no processo de fabricação. Entretanto, diferente do peso do pão em si, eram as fraudes dos instrumentos de medidas. Em 09 de setembro de 1944, um vendedor ambulante teve apreendida sua mercadoria por irregularidades em sua balança. Ele vendia miúdos de boi e pesava-os com pesos que se dizia ser de duzentos gramas, enquanto na verdade havia apenas cento e quarenta gramas e com um peso que ao invés de ter cem gramas, como se identificava, havia apenas setenta e cinco.²⁵⁴

No comércio da carne, além das fraudes que ocorriam em relação ao peso, a venda de carne sem os devidos registros e licenças constituía um problema. Tratava-se de um comércio clandestino, sem inspeção pelos órgãos competentes de saúde pública e ainda representavam uma concorrência desleal junto àqueles que pagavam seus registros e tinham a venda do gênero toda legalizada. Para este procedimento, também cabia a apreensão da mercadoria e em alguns casos, quando identificado o seu dono, levava-o preso.

Em 1939, o fiscal José Rodrigues Cavalcanti Filho, recebeu denúncias de que nos subúrbios de Salvador havia abate clandestino de animais, bem como a sua venda. Na comunicação do serviço realizado em 29 de julho desse ano, ele relata:

Cumprindo instruções emanadas desta Directoria, me dirigi pela manhã de hontem para os subúrbios de Pirajá, Itapoan e outros, afim de investigar a veracidade de factos que pelo meu intermedio chegaram ao vosso conhecimento e que exigiam uma acção immediata. Depois de verificar alguns casos de sonegação de impostos, falta de pagamento de outros em tempo, etc., em chegando ao Arraial de Santo Amaro do Ipitanga, encontrei sendo carneado um boi, abatido clandestinamente, tendo assim confirmada a principal informação que ensejara a minha ida áquelles longiquos subúrbios.²⁵⁵

Os subúrbios da capital, por serem lugares mais distantes, se tornavam mais propícios para a criação, abate e venda de carne sem o devido registro. No entanto, por mais que

²⁵³ BRANCO, E. C., Op. Cit., p. 179.

²⁵⁴ AHMS – Fundo: Prefeitura Municipal. Seção: Fiscalização Geral. Estante 84, Prateleira 01. Documentos avulsos (1934-1951).

²⁵⁵ Idem.

houvesse fiscalização nas zonas urbanas, burlava-se a lei. Em 20 de novembro de 1943 foi realizada uma “feliz diligência”, como mencionou o diretor da Fiscalização Municipal. Na zona dos Mares, dois fiscais apreenderam 861 quilos de carne bovina e 292 quilos de carne de porco abatidos clandestinamente. As carnes ainda eram vendidas fora do preço tabelado e pertenciam a Manuel Abreu e Higino Cerqueira, que só não foram presos porque aquela diligência não fora acompanhada de ação policial.²⁵⁶

Igual escapatória, entretanto, não teve Genaro Mendes que também comercializava carne clandestina. Em 07 de julho de 1944, às vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos, quando todo o comércio de Salvador estava fechado, o fiscal municipal Rodrigo Sampaio apreendeu na Rua Guedes de Brito, no centro da cidade, um caminhão com grande quantidade de carne verde clandestina que estava sendo entregue em várias casas comerciais. Pelo horário e por já ir munido de guarda policial possivelmente a ação foi fruto de alguma denúncia. Toda a mercadoria que estava no caminhão foi apreendida pela polícia, que levou o senhor Genaro Mendes preso por ordem do Chefe de Polícia e do Presidente da Comissão do Abastecimento.²⁵⁷

Estas práticas de venda clandestina eram vistas com maus olhos pelas autoridades, que deixavam de arrecadar impostos, mas também pelas condições suspeitas que estas carnes eram vistas, pois não passavam por nenhuma fiscalização quanto a sua qualidade. Outros comerciantes do ramo também poderiam apresentar insatisfações, uma vez que a existência de carne clandestina circulando pela cidade interferia na concorrência, apresentando-se de modo desleal, pois sem as devidas licenças esses negociantes poderiam vender por preços menores, ou ainda, vender pelos preços tabelados e obterem maiores lucros.

A verificação do tabelamento oficial também era atividade que a Fiscalização Municipal cumpria em sua rotina. Durante a festa do Senhor do Bonfim em janeiro de 1944, o fiscal observou a atuação das barracas e dos ambulantes na região da Colina Sagrada. Depois seguiu para a Penha, no Entrepasto do Peixe, obrigando os vendedores a venderem o pescado pelo preço tabelado, pois ali “estavam vendendo por preços exorbitantes”²⁵⁸. As ocorrências para que se cumprissem os preços tabelados, bem como se utilizassem as tabuletas de preços eram muito comuns. Ainda no distrito da Penha no mês de janeiro, o fiscal intimou

²⁵⁶ AHMS – Fundo: Prefeitura Municipal. Seção: Fiscalização Geral. Estante 84, Prateleira 01. Documentos avulsos (1934-1951).

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸ Idem.

verbalmente oito estabelecimentos que vendiam gêneros alimentícios de primeira necessidade para que colocassem à vista da população a tabela de preços em vigor.²⁵⁹

Mesmo com fiscais espalhados pela cidade para verificar a ação de infratores, as denúncias contra estes procedimentos prejudiciais dos comerciantes chegavam até os jornais. Em 1º de janeiro de 1944, o A Tarde publicava que existia no “Mercado das Sete Portas, uma barraca de gêneros que está vendendo cebola á razão de \$ 5,00, quando a mesma deve ser vendida pelo preço de \$ 2,20 o quilo”. Nesta época, este jornal instalou um telefone para receber as queixas da população. Aquele que ligasse para o número 5.000, o chamado “telefone do povo”, fazia sua reclamação. Desse modo, ligou um consumidor que informou que em um armazém situado na Praça da Liberdade, cobra-se \$ 8,80 pelo quilo do charque, desrespeitando a tabela em vigor.

Os casos relatados retratam várias infrações à lei de crimes contra a economia popular que concernem, em sua maioria, a fraude de pesos e medidas e descumprimento dos preços fixados pelo poder público. De certo, eram práticas que prejudicavam a população e eram consideradas não apenas ilegais, como sem legitimidade pelo consumidor, haja vista o cenário ser de custo de vida elevado e de arrocho para a reprodução da vida material. Não obstante, é preciso desfazer a dicotomia do comerciante especulador e ganancioso versus o consumidor. Todo comerciante seria apenas inescrupuloso, pretendendo auferir exorbitantes lucros através destas práticas ilícitas?

Em todas as situações até então expostas, não se pode confirmar qual é a condição de sobrevivência dos próprios negociantes acusados de serem infratores. Os fiscais, ao apreender mercadorias, muitas vezes descrevem os ambientes autuados como barracas em feiras livres. Diferente das grandes casas comerciais que, por vezes, possuíam seus próprios trapiches, compravam em grandes quantidades, obtendo gêneros a preços menores e tinham maior capital para investir, os pequenos negociantes que não possuíam grande capital de giro para conseguir barganhar na compra em grosso, se viam arrochados com os diminutos lucros em virtude da fixação dos preços para a venda em varejo. Assim, para esse negociante e sua família poderia haver um contexto de sobrevivência difícil, pois seus rendimentos também se tornavam mais curtos.

A partir desta leitura, é possível analisar que, em alguns casos, as fraudes não significavam o caráter inescrupuloso e ganancioso de negociantes, mas uma estratégia de obter renda para sua sobrevivência diária. Antes da condição de pessoas que trabalhavam no

²⁵⁹ AHMS – Fundo: Prefeitura Municipal. Seção: Fiscalização Geral. Estante 84, Prateleira 01. Documentos avulsos (1934-1951).

comércio da cidade, todos os sujeitos eram consumidores e no caso de pequenos comerciantes, eles certamente também vivenciavam e sentiam o quanto a vida estava cara. Relativizando a situação e desfazendo a dicotomia negociantes e consumidores, percebe-se o quanto o mercado é uma arena de disputas complexas e um campo de conflitos com interesses distintos e peculiares.

As fontes relativas às fiscalizações, bem como alguns inquéritos policiais e fontes do judiciário permite perceber que a lei de crimes contra a economia popular encontrara terreno fértil, significando, para alguns setores da sociedade e principalmente aqueles menos abastados, a regulação das práticas comerciais e a tentativa de reconciliação de interesses. Para o governo, a lei tinha justamente a intenção de buscar um equilíbrio, amenizando as insatisfações sociais. A partir do momento em que a população recorria a ela para se defender, buscava não só uma forma legal de ação - que não lhe representasse qualquer risco de subversão da ordem pública -, mas sentia-se amparado porque achava-se que ela resguardava atributos de justiça e bem-estar comum. Ao conseguir imbricar os anseios das diretrizes governamentais com os da população encontrava-se a eficácia da lei.²⁶⁰

Na prática da lei, o descumprimento das tabelas de preços levou a conduções feitas pelas autoridades policiais. Em maio de 1944, foi conduzido para a Delegacia de Ordem Política e Social o proprietário da pastelaria e taverna situada na Avenida Beira-Mar, nº 93, no distrito da Penha, Antonio Gonzalez e seu empregado. Lá se vendia toucinho a Cr\$ 7,00 e o feijão mulatinho a Cr\$ 2,40 o quilo, burlando-se o tabelamento. De modo geral, a fixação de preços máximos encontrava muitas barreiras junto aos comerciantes espanhóis que tinham negócios em Salvador.

Em carta enviada pelos consumidores Manoel Candido, José Santos e Mario Montenegro e dirigida ao Coronel Armindo Vilaça, o Superintendente do Abastecimento de Salvador, afirmavam:

Os espanhóis não querem vender pelos preços tabelados, não informam os preços pelo telefone e quando as criadas se apresentam no balcão exigem mais e alguns, entre grosserias, dizem que o Sr. Vilaça manda em casa dele e não na sua casa comercial. É fácil verificar o afirmado, basta telefonar, principalmente voz de mulher, para o nº 5.931 (Despensa Elite) de Mendes Garcia, á Rua Renato Medrado, 2 esquina da Avenida 7 – um dos contraventores mais hábeis e desabusados) e pedir preços e mandar comprar, assim como na Pastelaria Alameda Av. 7 95-A. Perez, no Terreiro e quasi todas as outras. O comprador por caderneta ou que mora perto não pode reclamar nem denunciar sob pena de ficar na lista negra do galego e de seus

²⁶⁰ THOMPSON, E.P., Op. Cit, 1997.

companheiros. As senhoras pagam mais e ocultam dos maridos, irmãos ou filhos para evitar inimizades com os desalmados. Ao zeloso e patriota Cel. Armindo Vilaça, pedimos a verificação da desobediência aos preços e a venda em cambio negro da manteiga nesses armazéns. [...] Basta sondar pelo telefone e por intermédio de pessoas humildes que eles não identifiquem, como fiscais.²⁶¹

A resistência dos espanhóis quanto ao tabelamento deve ser compreendida além do mau procedimento considerado usurário ou ganancioso e, para isso, é preciso observar a trajetória destes imigrantes, que quando chegaram no Brasil vislumbravam um mundo de expectativas quanto à melhoria do padrão de vida. O geógrafo Paulo Baqueiro Brandão, ao estudar a presença galega em Salvador, compreende que este sonho vivido por muitos galegos era fruto da publicidade veiculada pelas agências de imigração que mostrava um mundo de possibilidades no Brasil e que isso se aliava às péssimas condições de vida, impulsionando as levas migratórias.²⁶²

Chegando no Brasil, seu projeto básico era se estabelecer economicamente. Encontraram espaço no comércio, principalmente no ramo de venda de gêneros alimentícios, tornando-se hábeis negociantes. No entanto, por mais que sua atividade profissional dependesse da inserção no cotidiano da cidade, no que concerne ao grupo galego, Brandão afirma que houve um relativo isolamento havendo uma estratégia de “fazer parte do cotidiano de Salvador, ser aceito, mas “sem misturas” que pudessem comprometer a manutenção do grupo.”²⁶³

Dessa maneira, a não aceitação das imposições de preços fixos tratava-se da alteridade que se mantinha com a população, principalmente no modo “grosseiro” de tratar, e possivelmente também com as práticas econômicas adotadas, pois tudo isso era exterior aos seus objetivos de vida no Brasil.

Com este comportamento, de fato os negociantes espanhóis representavam um entrave à política do tabelamento. Outro exemplo disso está numa diligência de fevereiro de 1944 em que o fiscal José Moura de Almeida, na Ladeira do Ypiranga, distrito de Santo Antônio, surpreendeu o espanhol Herino Mayan Leiro, que vendia “toucinho por preço superior ao tabelado na proporção de (Cr\$ 0,40) quarenta centavos a mais do preço determinado em lei”. Sendo advertido pela infração cometida, o Herino teria desacatado grosseiramente o fiscal,

²⁶¹ AHMS – Fundo: Prefeitura Municipal. Seção: Fiscalização Geral. Estante 84, Prateleira 01. Documentos avulsos (1934-1951).

²⁶² BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. *Geografias da presença galega na cidade da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2005, p. 61-62.

²⁶³ *Ibid*, p. 80.

“com palavras do mais baixo calão culminando o infrator em ameaçar-me até de morte, caso eu não o deixasse de mão”.²⁶⁴

O caso foi registrado e foi instaurado o inquérito pela Delegacia de Ordem Política e Social com conclusão em agosto do mesmo ano. Sobre a investigação que foi feita, possivelmente o espanhol foi inocentado, haja vista os argumentos do fiscal visando recorrer ao caso. Ele informou ao diretor da Fiscalização Municipal que Herino Mayan apresentou três testemunhas por ele aliciadas, que desmentiam o ocorrido. Uma delas era Calixto Ferreira dos Santos, que afirmou estar casualmente no estabelecimento, não presenciando nenhum fato. No entanto, disse o fiscal que a informação dessa testemunha era “inverídica”, uma vez que ele era “empreiteiro das obras de asseio geral ali efetuando-se, sendo deste modo assalariado do espanhol Herino”²⁶⁵.

A quantidade de registros de fiscalizações em estabelecimentos de espanhóis é considerável. Entretanto, não se pode afirmar que eles eram alvos diretos dos fiscais da prefeitura. Da população descrita no censo de 1940, de 290.443 habitantes existentes em Salvador, 5.439 eram estrangeiros, dos quais 1884 eram espanhóis, ou seja, 34,6%. Dessa maneira, entre os estrangeiros, os espanhóis estavam em maioria. Talvez o fato de conseguirem uma preponderância no comércio de gêneros alimentícios, aliada à uma postura de alteridade que mantinham, frisada por Paulo Baqueiro Brandão, e ao sonho de fazer futuro no Brasil faziam com que eles praticassem as transgressões que incorriam em crimes contra a economia popular. No entanto, nem todos conseguiram a saída que Herino Mayan conseguira.

Na tarde de 25 de agosto de 1944 foi preso em flagrante e conduzido à Delegacia de Ordem Política e Social o comerciante espanhol Delmiro Catelino Meijon, também acusado de transgredir a tabela oficial de preços. O flagrante foi em sua barraca no Mercado Modelo, quando ele acabava de vender feijão à razão de um cruzeiro e cinquenta centavos, enquanto que pela tabela oficial a venda do gênero deveria ser realizada por um cruzeiro e trinta centavos. A prisão de Delmiro Meijon se dava pelo fato dele ter infringido o inciso II do artigo 3º do Decreto-lei 869 de 1938²⁶⁶.

No caso de Delmiro Mijon, quem realizou a denúncia foi o zelador de mercados Sizinando Florencio dos Santos que pediu um quilo de feijão na barraca do referido

²⁶⁴ AHMS – Fundo: Prefeitura Municipal. Seção: Fiscalização Geral. Estante 84, Prateleira 01. Documentos avulsos (1934-1951).

²⁶⁵ Idem.

²⁶⁶ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Tribunal de Segurança Nacional. Notação: C8.0.HCO.0665. Habeas-corpus em favor de Delmiro Catelino Meijon.

comerciante. Quando viu que foi cobrado um preço acima do tabelado, logo procurou uma autoridade policial. No inquérito, Delmiro alegou desconhecer o preço tabelado. Após três meses recolhido na cadeia pública, seu advogado entrou com o pedido de habeas-corpus e o preso reafirmou o desconhecimento da tabela, uma vez que em 13 de julho de 1944 foi liberada a venda livre de feijão e uma nova tabela só foi adotada em 25 de agosto, dia da prisão, e com publicação oficial no dia seguinte. Buscando defender seu cliente e liberá-lo da cadeia, o advogado Carlos de Medeiros Jansen Ferreira afirmava que:

Por mais rigorista que se deva ser com os exploradores da economia popular, não se pode admitir ninguém considerar criminoso, quem, sem conhecimento de uma tabela, que só foi publicada, no dia seguinte vendeu por vinte centavos a mais daquele preço, mercadoria liberada. Note-se ainda a diferença mínima para o preço vendido no mercado livre, para o preço que foi posteriormente tabelado, sendo de acrescentar que sobre esses preços posteriores, as associações de classe da Baía, dirigiram-se às autoridades ponderando a inexigibilidade, pela sua diminuta fixação, o que vem evidenciar que, se o paciente não praticava qualquer crime, pois não é crime o que não está previsto nem determinado em lei, também não praticaria ele ato que, escapando à preceituação penal, era evidentemente imoral.²⁶⁷

É importante perceber no habeas-corpus impetrado pelo advogado o jogo jurídico existente para facilitar que o pedido fosse aceito. Primeiro, ele expõe o reconhecimento da necessidade do cumprimento da lei de crimes contra a economia popular, em seguida afirma que realmente o seu cliente desconhecia a tabela e diz que o mesmo seria incapaz de cometer um ato deste que além de legalmente ser um crime, era para a sociedade uma imoralidade.

Ao enfatizar o aspecto da imoralidade, que consistia a infração, o advogado não só se vale da substância da lei, como também ele procura arregimentar sua fala dentro das aspirações sociais daquele momento, em que condenavam qualquer espécie de indivíduo que agisse contra o povo em sua coletividade. Desse modo, é evidente a sua compreensão, dentro de um jogo jurídico, de que a lei não era apenas um conjunto de regras e procedimentos, mas que ela produzia um efeito sobre a sociedade, porque era endossada pelos anseios de justiça social que dela emanavam. Assim, o advogado enquanto um homem da lei, adota o caminho de confirmar a necessidade da legislação para punir os infratores da economia popular, mas pede compreensão à situação de seu cliente, ressaltando os aspectos incomuns da sua prisão.

Para sustentar o desconhecimento do tabelamento, o advogado pediu à Superintendência de Abastecimento do Estado da Bahia uma explicação em relação ao preço

²⁶⁷ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Tribunal de Segurança Nacional. Notação: C8.0.HCO.0665. Habeas-corpus em favor de Delmiro Catelino Meijon.

do feijão antes e depois da publicação da tabela, bem como a data desta publicação. A resposta recebida apenas confirmava a versão de desconhecimento do comerciante. Por fim, a decisão do Tribunal de Segurança Nacional para conceber o habeas-corpus em favor de Delmiro Meijon foi dada em 10 de outubro de 1944.

O fato do rito do Tribunal de Segurança Nacional prever que não era obrigatória a apresentação do réu pessoalmente em juízo, haja vista este órgão localizar-se no Distrito Federal, fazia com que as condições de produção dos documentos jurídicos fossem alheias à dar voz ao próprio interessado. Na maioria dos casos, o momento de questionamento do acusado ocorria apenas no inquérito policial, ainda no calor dos acontecimentos que levou o indivíduo preso.

Conforme destacou Jeanne Silva em estudo sobre as relações entre a História e o Direito, as leis tendem a ser aplicadas como se fossem cristalizadas, assim como o Direito é “organizado de modo a obscurecer o questionamento das normas, cristalizando-se como algo que paira sobre a vontade dos homens. Tal obscurantismo gera exclusão de diversos grupos sociais que desconhecem a formulação e os limites da lei”²⁶⁸. A partir da inquietação destacada por Silva, pode-se observar como a ritualística do Tribunal de Segurança Nacional favorece ao obscurantismo e faz com que o sujeito principal da ação, neste caso Delmiro Meijon, não seja autor de suas próprias falas, mas que elas sejam sempre interpeladas por outrem que domine a linguagem e o jogo jurídico.

Caso curioso é que no mesmo dia da prisão de Delmiro Meijon, foram presos por igual motivo Pedro Barreto dos Reis e Antônio Rufino de Oliveira, sob a alegação de estarem também vendendo feijão a Cr\$1,60, enquanto que pela tabela deveria ser a Cr\$1,30. Mas no dia 10 de outubro de 1944, foi concedido habeas-corpus para Pedro Barreto dos Reis, assim como para Delmiro Meijon, sendo indeferido unanimemente o Antônio Rufino. No inteiro teor da classificação do crime, o acusado teria confessado o crime dizendo “que efetivamente vendeu em sua casa comercial um quilo de feijão por um cruzeiro e sessenta centavos”, e ainda que tinha “conhecimento e que o preço estabelecido por um quilo de feijão é um cruzeiro e trinta centavos”²⁶⁹. Um mês após novo pedido de habeas-corpus impetrado pelo advogado Nelson de Souza Carneiro, Antônio Rufino foi liberado da cadeia pública.

²⁶⁸ SILVA, Jeanne. Relações entre História e Direito. O Direito como campo de pesquisa histórica e a História como contribuição ao avanço do Direito. In: Projeto História n° 41. Dez/2010, p. 543.

²⁶⁹ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Tribunal de Segurança Nacional. Notação: C8.0.HCO.0686. Habeas-corpus em favor de Antônio Rufino de Oliveira.

Não se sabe qual foi a sentença final do processo-crime de Delmiro Meijon ou de Antônio Rufino, mas é importante perceber que se dizendo conscientes ou não das transgressões cometidas, os comerciantes autuados e presos a esperar julgamento temiam a ação do Tribunal de Segurança Nacional. Para Balz, em seus estudos sobre esse tribunal especial, ele afirma que o mesmo era uma montagem com a finalidade de atuar como “fábrica de condenações”²⁷⁰. Podendo ter consciência semelhante ao que apresenta Balz e temendo as possíveis penas que poderiam ser aplicadas, podendo chegar à prisão de dois anos no caso do crime de descumprimento de tabelas de preços (art. 3º, inciso II), além da multa, os acusados procuravam a toda sorte provar sua inocência.

Assim fez o coproprietário da Casa Vasquez, Perfecto Arlindo Vasquez Vidal, preso em flagrante em nove de julho de 1940 também acusado de desrespeitar a tabela de preços. No mesmo mês, seu advogado Nelson de Souza Carneiro, entrou com um pedido de habeas-corpus alegando que seu cliente ainda não tinha processo ou nota de culpa. Sendo informado pelo cartório do Tribunal, que já havia processo, remeteu ao juiz um documento para a defesa de Perfecto Vidal, onde relatava os fatos ocorridos:

Antonio Nascimento, retalhista, estabelecido á Estrada da Liberdade, em Salvador, e, como tudo leva a crer, servindo á policia fiscalizadora, compareceu, na tarde de 9 de julho corrente, na “Casa Vasques”, sendo despachado por João Braga Alleluia, empregado sem grande pratica de balcão. Fez compras, no valor de 155\$000. Cobraram-se-lhe 3\$000, para carroto. Ainda não é praxe, em todo commercio bahiano, a medida que se adoptou no commercio carioca. [...] Antonio Nascimento exigiu nota em papel timbrado. [...] De posse da nota, retirou-se. Não tardou muito para que voltasse, já agora acompanhado pelo guarda civil nº 151 (seu vizinho e que trabalha na Sub-Comissão do Abastecimento). O policiador exigiu a presença da pessoa que vendera a Antonio Nascimento. Apresentou-se Alleluia. Fôra elle que effectuara a venda, fôra elle quem redigira a nota reclamada. Mas o guarda insistiu, em seguida, pela presença do “dono da casa”²⁷¹.

Para a defesa de seu cliente, na primeira questão que o advogado aponta, parece subentender que era impossível outro consumidor, que não estivesse à serviço da polícia fiscalizadora, efetuar a queixa aos órgãos competentes. Entretanto, a partir da lei de crimes contra a economia popular, a denúncia era o principal instrumento que o sujeito que se sentisse lesado tinha. Estava dentro da legalidade, dentro das possibilidades que o regime

²⁷⁰ BALZ, Op. Cit., p. 189.

²⁷¹ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Tribunal de Segurança Nacional. Notação: C8.0.HCO.0335. Habeas-corpus em favor de Perfecto Arlindo Vasquez Vidal.

instituía e ainda proporcionava uma sensação de prática de justiça, ao punir aquele que era contra o bem-estar da sociedade.

Outra questão que lhe serve de argumento é afirmar que o funcionário Alleluia não tinha prática de balcão e que, por isso, teria emitido nota constando um valor a mais que dizia-se ser do carroto. A narrativa dos fatos feita pela defesa procura imputar a culpa para o vendedor, eximindo os proprietários de qualquer responsabilidade, pois não foi nenhum deles que realizou a venda. Ainda no documento que se propõe à defesa de Perfecto Vidal, explana-se que no auto de apreensão se dizia que ele “teria sido encontrado em flagrante vendendo arroz Japonês de 1ª e feijão mulatinho Bahia pelos preços de 52\$000 e 50\$000 o sacco, quando os fixados na tabela são de 50\$000 o primeiro e 47\$000 o segundo”²⁷². No entanto, a cópia da nota feita durante a venda, constava: dois sacos de farinha fina por 30\$000; um saco de arroz por 52\$000; um saco de feijão mulatinho por 47\$000 e dez quilos de doce extra Leão por 26\$00 e uma diferença que corresponderia ao carroto de 3\$000. Argumentando o desencontro de informações entre o auto de apreensão e o que havia na nota, o advogado relata:

Onde, foi buscar a Sub-Comissão o preço de 50\$000 para o sacco de feijão mulatinho? Na nota? Mas a nota fala em 47\$000. Sómente se somando, aos 47\$000 cobrados, os 3\$000 do carroto, praxe no commercio bahiano, e realmente pagos, se encontrará os 50\$000. [...] A tabela, a vigorar de 6 de Julho em diante, fixava em 50\$000 o preço do sacco de arroz japonês. Mas esse preço, como a imprensa bahiana proclamava, sacrificava o commercio, que o revendia. Em 8 de Junho adquirira a “Casa Vasques”, para revender, 200 saccos de arroz gaúcho brilhado. Adquirira-o a 47\$000. Addicioando-se 1\$000, de transporte e despesas de docas, passa casa sacco a valer 48\$000. A praxe dos negociantes honestos (e o critério é o aceito pela Comissão de Tabellamento) é revender com o acréscimo de 10%, de lucro. Sommado ao preço de cada sacco (48\$000) os dez por cento que a Comissão admite ganhem, no mínimo, os revendedores, se verá que o sacco deveria ser vendido por 52\$800. E o foi por 52\$000! Onde o enriquecimento ilícito? Onde o crime contra a economia popular?²⁷³

Inicialmente o advogado na explanação dos fatos afirma que o carroto não era praxe no comércio baiano, como no carioca. Depois ele se contradiz, colocando a prática com normalidade. Por fim, ao desejar sustentar a contestação do preço da venda do feijão destacado pela Comissão, ele utiliza-se do exemplo do arroz para explicar como os preços

²⁷² ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Tribunal de Segurança Nacional. Notação: C8.0.HCO.0335. Habeas-corpus em favor de Perfecto Arlindo Vasquez Vidal.

²⁷³ Idem.

eram formulados na Casa Vasquez. Então seria pertinente a soma que teria feito a Comissão, afirmando que o feijão fora vendido por três mil réis a mais do preço tabelado? O preço tabelado do feijão em grosso seria visto como prejudicial aos negociantes e que a taxa dita de carroto seria um artifício para corrigir o preço para o que eles próprios julgavam como lícito nas práticas do comércio?

O habeas-corpus, enquanto peça jurídica, não oferece nenhuma conclusão que ajude a responder tais questionamentos. No entanto, talvez o fato da Sub-Comissão do Abastecimento ter apontando acréscimo de três mil réis como uma correção ao preço do feijão e não como carroto, tenha algum fundamento. Tanto assim, que em 06 de agosto, por unanimidade de votos, os juízes do Tribunal de Segurança Nacional negaram o pedido de habeas-corpus impetrado.

Pelo que é descrito do acusado no habeas-corpus favorece pensar que a Casa Vasquez não se tratava de pequeno estabelecimento, cujos proprietários se tratavam de pequenos comerciantes. Primeiro o registro da compra de duzentos sacos de arroz perfazendo a soma de 94:000\$000 (noventa e quatro contos de réis), o equivalente a aproximadamente seiscentas e vinte e seis vezes o salário mínimo da época.²⁷⁴ Além de notar a grande quantidade de capital disponível para investimento, o acusado ainda possuía formação em escola superior, atuando no ramo contábil.

Apesar de pequenos comerciantes terem sido presos, certamente as transgressões praticadas pelos comerciantes de grandes casas provocava um sentimento de revolta maior. É preciso salientar que os preços que se verificavam no mercado de Salvador, mesmo aqueles impostos na tabela oficial, já eram considerados proibitivos para as condições financeiras de reprodução das necessidades materiais, e o custo de vida nos anos quarenta apenas aumentava ano após ano. Quando se verificava que no comércio não se obedecia ao tabelamento, aumentando-se ainda mais os preços, ficava, aos olhos dos consumidores, comprovado que a carestia existia pela especulação e pela ganância.

Com isso, nos diversos casos relatados, percebe-se a existência de um conflito, no qual pelo menos uma das partes, mormente a que se sente lesada, procura o equilíbrio através da lei. Ainda que os advogados, atuando em defesa de comerciantes acusados de infração à lei de crimes contra a economia popular, afirmem quem as denúncias se tratavam de armações das

²⁷⁴ De acordo com o Decreto-lei 2.162 de 01 de maio de 1940, o salário mínimo em Salvador correspondia a 150\$000 (cento e cinquenta mil réis). Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=37717> Acesso em: 10 ago 2016.

autoridades policiais, presume-se que este argumento se trate de mais um artifício dentro do jogo jurídico e que seja a população em seu estado de revolta que faça a própria denúncia.

Revisitando o conceito de economia moral, Michael Merrill é enfático quando afirma que os manifestantes, os quais Thompson se referiu, não são os famintos e, sim, os revoltados. Segundo ele:

A maioria dos famintos aceitava seu destino passivamente; os revoltados não. De acordo com Thompson, o que distinguia os manifestantes era uma forte crença de que qualquer falta de comida não era a inevitável vontade de Deus, era um ato humano reversível. Eles enxergavam suas dificuldades como falhas políticas e sociais, e protestavam para garantir reparação.²⁷⁵

A consciência formada a partir de sua vivência e na identificação com seus pares que viviam nas mesmas condições de sobrevivência, padecendo da dificuldade diária de retornar para casa com os alimentos básicos necessários à subsistência, era o que movia os revoltados. Mas, certamente, a consciência de que o aumento de preços era um ato humano reversível os impulsionavam para desejarem reparação. É neste sentido que a denúncia, dentro dos conflitos de interesses existentes no mercado, se tornou uma maneira de protestar e vista como eficaz, uma vez que o sujeito tido como delituoso era encaminhado à polícia, preso em flagrante.

As denúncias e as prisões por infringir a economia popular não ficaram circunscritas à capital baiana. No interior do estado também há registros de infratores, sobretudo de preços, como é o caso de José Augusto dos Santos, conhecido como José Caju, preso na cidade de Saúde, em 06 de março de 1943. A prisão se dava por se vender cinco litros de feijão a três cruzeiros e cinquenta centavos, desrespeitando a tabela local que indicava o preço de três cruzeiros pelos mesmos cinco litros.²⁷⁶

Os delatores de José Augusto dos Santos foram Ismael Nascimento, José Oliveira e “outras pessoas”, conforme declarou o fiscal do município Arnaldo Agnelo Pereira. Ao se dirigir ao local indicado por estas pessoas e ali chegando “reclamou com o mesmo, e este lhe respondeu que não podia vender, por menos, se quisesse alguma coisa que fôsse reclamar com o senhor Izidoro Mendonça, pois tinha recebido ordem deste, para vender deste preço”²⁷⁷. Entretanto, ao ser dada a voz de prisão ao acusado, apareceu o tal senhor Izidoro

²⁷⁵ MERRILL, Michael. A transformação maior: E.P. Thompson, economia moral, capitalismo. *História e Perspectivas*, Uberlândia, nº especial, jan/jun 2014.

²⁷⁶ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Tribunal de Segurança Nacional. Notação: C8.0.PCR.1479, número 3467. Processo-crime contra José Augusto dos Santos.

²⁷⁷ Idem.

Mendoça afirmando que “melhor seria que prendessem ele, pois o infrator nenhuma responsabilidade tinha, que estava ali cumprindo suas ordens e que assumiria toda a responsabilidade”. Não adiantou e João Augusto dos Santos foi preso, sendo processado por infringir o Artigo 3º, inciso II do Decreto-lei 869.

Em depoimento, apesar de assumir a culpa por ter delegado ordens a José Caju, Izidoro disse desconhecer a tabela municipal de preços, o que para as autoridades policiais “não justifica em virtude da Tabela fixada pela Comissão Municipal de Preços, se encontrar apregadas nas paredes de varias casas comerciaes desta Cidade”²⁷⁸. Após pouco mais de dois meses preso, José Augusto dos Santos recebeu sua promoção. Nela afirmava o Procurador do Tribunal de Segurança Nacional:

Se contra êsse infeliz, vítima de mais abominável das injustiças, devido a imprevidência da autoridade policial que nem sequer tomou as declarações do verdadeiro criminoso, o qual se encontra em plena liberdade, não houver quem levante a voz e em nome do direito e da Justiça proclame essa iniquidade, certamente terá êle de penar ainda por longos meses na prisão em que se acha, contra todos os princípios, já não digo de direito, mas de humanidade. [...] se atendermos que o prejuízo à economia popular não passa da quantia irrisória de Cr\$ 0,50 e que por êsse prejuízo está pagando com prisão pessoa diversa da que cometera o crime; [...] o órgão do Ministério Público que esta subscreve, pensa haver cumprido o mais elementar dever de justiça, pedindo como ora faz, que a autoridade policial a quem fôr restituído êste inquerito, ponha em liberdade o acusado José Augusto dos Santos.²⁷⁹

A soltura de José Augusto dos Santos, por motivos que lhe julgavam inocentes, sendo culpado aquele que lhe deu ordens de vender acima do tabelado. O caso ficou por isso mesmo. Quando observado esse julgamento que considerava a quantia de Cr\$ 0,50 (cinquenta centavos) como irrisória, e a própria concessão dos habeas-corpus visto anteriormente, percebe-se que havia uma preocupação do Estado em proteger a economia popular e em reprimir os atos que tirassem o direito da população de adquirir os alimentos básicos necessários à subsistência por preços mais justos (ainda que estes preços fossem os fixados em tabela, nem sempre tão justos comparados com os salários recebidos). No entanto, apesar da lei ser posta em prática através de inqueritos e prisões, e que o julgamento pelo Tribunal de Segurança Nacional fosse temeroso, não se pode constatar a partir dos casos analisados que a ação do órgão fosse de fato de um tribunal de condenações.

²⁷⁸ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Tribunal de Segurança Nacional. Notação: C8.0.PCR.1479, número 3467. Processo-crime contra José Augusto dos Santos.

²⁷⁹ Idem.

Em seu estudo sobre o Tribunal de Segurança Nacional, Balz destaca que por mais que o órgão fizesse parte de um aparato judicial-repressor do Estado Novo, houve “grande diferença entre aquilo que o Tribunal foi e o que deveria ter sido”²⁸⁰. Sua posição baseou-se nas estatísticas do próprio Tribunal, que no total de 1.283 processos de crime contra a economia popular recebidos de todas as partes do país, 673 foram arquivados. Dos 610 julgados, 430 receberam sentenças que julgaram como improcedentes as acusações e 180 receberam penas leves.²⁸¹

Não só a postura de relativização colocada no julgamento de José Augusto dos Santos, como também as penas que receberam quatro comerciantes da capital reforçam a ideia de Balz. Os açougueiros Raul dos Santos, Raimundo Lima, Manuel Almeida e Inocencio de Almeida, estabelecidos em Salvador, foram julgados em maio de 1943 por terem vendido carne acima do preço tabelado em outubro do ano anterior, recebendo a pena de um mês de reclusão e multa de quinhentos cruzeiros.²⁸²

Não obstante, nestas análises mais importante que a sentença e o fim em si, estão os meios utilizados pelos sujeitos para lutarem pelo que achavam justo. Buscar o caminho da lei e da norma era o meio e a oportunidade que havia no momento. A ação dos sujeitos em tempos discricionários de cerceamento de direitos políticos e temeridade a qualquer sublevação da ordem pública é distinta dos períodos democráticos, por isso que a denúncia se torna um instrumento de defesa, podendo ser utilizado por quaisquer indivíduos, independente de sua condição social ou de sua instrução escolar. Outra alternativa, principalmente para os indivíduos letrados, para exprimir a revolta com os preços abusivos existentes no mercado eram as cartas aos jornais. Em janeiro de 1943, escreveu um leitor ao jornal A Tarde:

Infelizmente não está sendo respeitado o tabelamento de gêneros alimentícios de primeira necessidade, que pelos grossistas que são os peores, quer pelos varejistas como também pelos revendedores ambulantes e barraqueiros. No ano que se findou ainda se podia reclamar contra qualquer infração porque se recorria aos fiscais, em curso, hoje desaparecidos, e estes tomando a sério a reclamação solicitada puniam o infrator do tabelamento com a multa necessária ou fazendo-o respeitar os preços das mercadorias tabeladas. [...] Nos açougues não se vê mais a carne classificada com os respectivos preços. Vendem 2ª por 1ª e 3ª por 2ª, sendo a de primeira vendida como especial dos bons fregueses. A maioria das balanças dos

²⁸⁰ BALZ, Op. Cit., 217.

²⁸¹ Idem.

²⁸² A Tarde. 10 de maio de 1944, p. 8.

açougues e mesmo em vários armazéns acusam o pêso de um quilo, com a diferença de 50 a 100 gramas.²⁸³

As cartas dos leitores oferecem percepções sobre a carestia. O sentimento de insatisfação e revolta nos trechos acima oferecem um outro aspecto. Ao traçar os caminhos dos fiscais nas suas incursões pela cidade e trazer os casos de prisão em flagrante por transgressão das leis, se tem a impressão de uma cidade onde se impõe uma correção de imposturas em todo o tempo. No entanto, a percepção do leitor, ao expor suas inquietações, é que existe um completo achincalhamento da lei por parte dos negociantes da cidade e que a fiscalização é incompetente em seu dever.

Incomodado com a postura dos negociantes espanhóis na cidade, foi publicada uma nota na página do A Tarde de 05 de janeiro de 1944, que denunciava:

Os espanhois da zona de Brotas e Estrada da Liberdade estão á vontade para realizar o cambio negro. Tanto num como noutro bairro onde existe grande população proletária os gêneros de primeira necessidade são vendidos a preço muitas vezes superior ao que já se considera bastante caro noutros lugares. Urge uma séria repressão a essa ganancia.²⁸⁴

Com estas notas publicadas no jornal, casos até então vistos como isolados ganham a dimensão da denúncia. Além do mais, como o A Tarde não tinha qualquer comprometimento com o governo de Vargas, mesmo na censura, destinar um espaço para as queixas e insatisfações populares era uma forma de expor, via população, sua oposição, e ainda constituir um elo de ligação com o público.

Na seção de queixas e reclamações do mesmo jornal também se denunciavam os infratores, como em 24 de maio de 1944 que em pequena nota fazia-se uma queixa destinada ao Comissariado do Abastecimento dizendo: “Um açougueiro no Largo do Tororó é, além de malcriado, desobediente ao tabelamento. Reincidentes no mesmo caso são os açougueiros da Vitória e os da rua Dr. Seabra, perto do quartel do Corpo de Bombeiros”²⁸⁵.

Mesmo em notas pequenas, estas queixas se revelavam imbuídas da consciência dos sujeitos sobre a moralidade dos atos que se praticavam no comércio em tempos difíceis. Ainda que a lei de crimes contra a economia popular buscasse um equilíbrio de interesses entre as partes, seja entre consumidores, moradores da cidade, e negociantes em geral, e que o governo deseje que ela expresse um amplo domínio de ação, na prática cotidiana a lei não se

²⁸³ A Tarde. 19 de janeiro de 1943, p. 3.

²⁸⁴ A Tarde. 05 de janeiro de 1944, p. 2.

²⁸⁵ A Tarde. 24 de maio de 1944, p. 7.

sobrepôs às estratégias e aos interesses mais imediatos dos sujeitos. Contudo, ela foi uma alternativa encontrada para que os indivíduos reclamassem, pois achavam que, como conjunto de regras para sociedade daquele momento, exprimia noções de justiça. No entanto, a lei não era o bastante e as possibilidades de ação do povo em seu estado de revolta com os maus procedimentos praticados no comércio eram limitados. Desta maneira, o mercado, enquanto uma arena de disputas de interesses, não foi acautelado pela norma e continuou sendo espaço dos dissensos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As turbulências que se processaram durante o Estado Novo, principalmente a partir do estado de beligerância decretado por Getúlio Vargas em agosto de 1942, influenciaram diretamente na dinâmica da vida de trabalhadores assalariados. A inflação que já vinha se elevando nos anos trinta, chegou a um patamar capaz de corroer os salários, aumentando drasticamente o custo de vida e provocando um arrocho na economia doméstica das famílias, além da proliferação de insatisfações na sociedade. Diante disso, conformava-se um quadro de sujeitos que lutavam por direitos que lhes eram essenciais à sobrevivência e o Estado, vendo-se a quantidade de revoltosos em potencial que se formava, assumia a defesa do direito dos pobres, como tarefa principal.

A literatura, enquanto testemunho histórico, possibilitou escrutinar cotidianos e, em diálogo com os dados censitários, perceber as dinâmicas, estratégias e modos de sobrevivência diário. Indo além, os romances *Suor* e *Corta-Braço*, mesmo escrito com quase vinte anos de diferença de um para o outro, ao retratarem situações dos mundos do trabalho, juntamente com as dificuldades cotidianas de vida cara, trouxe para o texto historiográfico, além de uma leveza, aspectos de detalhes que são escapáveis à outras tipologias documentais. Talvez não se pudesse ter uma ideia do que era a “vida ingrata” relatada pela lavadeira Almerinda Souza na delegacia (Capítulo 3), se não fossem as estórias das lavadeiras do Casarão nº 68 da Ladeira do Pelourinho, descritas em *Suor*. Essas estórias que permitiram apreender como a elevação do custo de vida, principalmente diante do aumento de preço da moradia e alimentação, provocaram sentimentos de angústia, desespero, mas também de luta, pois se eles se reconheciam como sujeitos que apresentavam a consciência de que, na coletividade, eles exerciam algum tipo de pressão.

Se a carestia era fenômeno econômico de grande impacto cotidiano, ela também era plano de fundo para disputas políticas. O *A Tarde*, opositor do governo de Vargas desde 1930, durante o Estado Novo, encontra estratégias por onde permeasse sua opinião e, em alguns casos, a carestia foi um meio encontrado para isso. Em muitos editoriais, principalmente a partir de 1942, com a guerra, mesmo sob a censura do DIP, o jornal começa a colocar o governo “contra a parede”, reafirmando que urgia medidas para o bem do povo que já vivia escorchado. Por vezes, inclusive exprimia o caráter liberal do grupo que estava à sua frente, e se opunha às intervenções estatais, defendendo uma economia de mercado.

Entretanto, por mais que fosse evidenciado este caráter do jornal que se institui na sociedade retratando-a não como um espelho, mas como uma versão do real carregada de opiniões, o jornal se tornou indispensável nesse momento, pois o mesmo ainda era veículo de expressão de insatisfações. Através de colunas de espaço do leitor e de queixas e reclamações, além do “Telefone do Povo”, o jornal transmitia o clamor da população contra o alto custo de vida. Além destes espaços destinados ao público em geral, o jornal através de suas matérias com órgãos competentes oferecia compreensões para as possíveis causas da carestia de vida, não só atrelada às questões políticas, mas às obstruções dos canais de abastecimento.

Entendemos, ao longo da análise de relatórios, que na Bahia poderia haver grande concentração de terras, como se sabe, e que muitas delas estavam ocupadas com a monocultura para exportação. No entanto, viu-se que havia entre quase todos os municípios uma produção de gêneros básicos para a subsistência e que foi impulsionada com a Coordenação de Mobilização Econômica. Uma das causas da carestia, era pelo menos até 1942, a ação de especuladores e monopolistas. Quando é decretado o estado de beligerância no Brasil, a elevação de preço dos combustíveis, fez com que os fretes ficassem mais caros, elevando o preço dos gêneros alimentícios. Em contrapartida, a guerra se transformou em alibi e se somou ao medo da escassez, corroborando para a intensificação do monopólio comercial e na ação de especuladores.

A elevação do preço dos alimentos na capital baiana foi superior a 100% em todos os gêneros analisados (pão, café, feijão, carne verde, charque, banha, farinha de mandioca e bacalhau) e intensificava o aumento do custo de vida. Quando comparado os índices de custo de vida com os salários reais se observou que eles seguem um compasso inverso: enquanto o primeiro sofre um aumento, o segundo desvaloriza-se. Este universo tornava-se fértil para que os sujeitos se revoltassem e os ânimos possivelmente se afluavam diante das reclamações que chegavam aos jornais de fraudes de pesos e preços que comerciantes cometiam. Se este tipo de insatisfação chegava às páginas dos jornais, de certo, circulava pela cidade e realimentava as noções de justiça, bem-estar comum e de práticas legítimas. Em Salvador, neste período, não se pode falar de uma economia moral dos pobres, pois este conceito pensado e elaborado por Thompson pressupõe ações coletivas. Contudo, tem-se uma política moral dos pobres que refletem conscientemente, a partir de suas vivências, o que é moral a ser praticado no comércio.

Temendo que as revoltas de massas prejudicassem seu governo, em 1938 o presidente Getúlio Vargas decretou medidas visando frear práticas comerciais imorais, que passavam a ser consideradas como delituosas e tinham julgamento por tribunal jurídico especial. O

decreto de crimes contra a economia popular e outras medidas como a criação do pão misto e a criação da Coordenação de Mobilização Econômica em 1942, colocava o Estado como acautelador das tensões sociais existentes. A influência dos regimes totalitários na Europa junto ao Estado Novo brasileiro, ao possibilitar a centralização do poder no executivo, eliminando quaisquer dissonâncias políticas, fez com que as políticas criadas para o controle do abastecimento e da carestia fossem hierarquicamente organizadas junto com os poderes estaduais e municipais. Assim, as medidas atingiram o cotidiano de modo mais eficaz e procuraram disciplinar o comércio.

A lei de crimes contra a economia popular, ao punir com prisão e multa quem fraudasse pesos e medidas, as transgressões às tabelas oficiais e o monopólio comercial (crimes mais cometidos em Salvador), e por inculcar o caráter de justiça e de moralidade para as práticas desenvolvidas no comércio em geral, consegue eficácia limitada. De certo ponto, sua eficiência está na sua própria definição em ser consensual com os anseios populares. Em tempo tão conturbado de mobilização da população para a guerra e ainda de carestia, as práticas ilegais, não só determinadas pelas noções de bem-estar comum na sociedade, mas também em lei, poderiam ser o estopim de revoltas sociais.

Na noção de regulação (regulação do mercado) e de reconciliação (entre negociantes e consumidores) ou ainda ao pautar o equilíbrio no mercado, a lei de crimes contra a economia popular encontra um respaldo na população. Entretanto, sua eficácia era limitada, pois, ainda que o aparato coercitivo fosse grande contra os transgressores, ou ainda que houvesse temeridade em ser julgado pelo Tribunal de Segurança Nacional, não inibiu a ação de inúmeros infratores. A impostura da lei estava, por exemplo, no crime cometido pelo saveirista Climério Amorim, que ao ser conduzido à Delegacia de Ordem Política e Social não teve o flagrante lavrado, por motivos desconhecidos. A impostura também se nota quando há um grande número de ocorrências registradas pelos fiscais do município e muitas delas, ou a sua maioria, não chegaram a se transformar em inquérito policial.

Consultando a base de dados do acervo judiciário do Arquivo Nacional no que se refere ao Tribunal de Segurança Nacional, encontram-se 695 documentos referentes à Bahia entre processos-crime, habeas-corpus e apelações. Entretanto, apenas 14 são classificados como crimes contra a economia popular, um percentual irrisório diante do total. Dessa maneira, a carestia com lei ou sem lei, e o cenário de crise, não tinha dias contados para findar. A população que tinha salários cada dia mais minguados, continuava a viver a “vida ingrata”, conforme se permitia.

LISTA DE FONTES

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)

➤ Fundo Republicano - Secretaria de Agricultura

- Caixa 2340, maço 36
 - Classificação de produtos agrícolas;
 - Decreto-lei 11.480 de 18 de novembro de 1939 (farinha de mandioca panificável);
 - Decreto-lei 743 de 10 de janeiro de 1946 (define áreas pastoris do estado).
- Caixa 2373, maço 137
 - Declarações sobre o abate de vacas
- Caixa 2378, maço 151
 - Dados estatísticos da produção do estado 1940-1943;
 - Municípios produtores de carnaúba, milho e outros cereais;
 - Novos registros para o comércio de gado;
 - O problema do abastecimento da carne verde;
 - Relatório sobre a necessidade de se importar arroz ou feijão.
- Caixa 2379, maço 153
 - Classificação do comércio de gado vivo
- Caixa 2399, maço 208
 - Relatório da Associação dos Abatedores da Cidade do Salvador

➤ Fundo Republicano – Secretaria de Segurança Pública

- Caixa 6456, maço 03
 - Queixa de crime contra a economia popular;
- Caixa 6475, maço 03
 - Agressão física de Almerinda Souza contra sua filha;
 - Roubo cometido por José Correa Cravo;
 - Agressão física e moral entre Osvaldo Viana Machado e Almansur
- Caixa 6479, maço 03
 - Crime contra a economia popular – fraude de pesos e medidas em Castro Alves
- Caixa 6480, maço 01
 - Furto de gêneros alimentícios

➤ Fundo Judiciário

- Processo-crime. Caixa 63, documento 01 (1942)
- Processo-crime. Caixa 126, documento 07 (1943)

Biblioteca Pública do Estado da Bahia

➤ Seção de Periódicos

- A Tarde
 - Outubro a dezembro de 1935;
 - Abril a junho de 1936;
 - Outubro a dezembro de 1937;
 - Outubro a dezembro de 1938;
 - Janeiro a março de 1939;

- Julho a dezembro de 1940;
- Janeiro a dezembro de 1941;
- Janeiro a junho de 1942;
- Janeiro a março de 1943;
- Janeiro a junho de 1944;
- Janeiro a março de 1945.
- O Imparcial
 - Abril a junho de 1938;
 - Julho a setembro de 1939;
 - Julho de 1942.
- Diário da Bahia
 - Janeiro a março de 1945.

Centro de Memória da Bahia

- Consulta ao A Tarde digital através das seguintes palavras-chave: tabelamento e fiscalização.

Associação Comercial da Bahia

- Relatórios anuais 1937 a 1942.

Arquivo Nacional

- **Fundo Judiciário – Tribunal de Segurança Nacional**
 - Notação: C8.0.PCR.1479, número 3467. Processo-crime contra José Augusto dos Santos.
 - Notação: C8.0.HCO.0665. Habeas-corpus em favor de Delmiro Catelino Meijon.
 - Notação: C8.0.HCO.0686. Habeas-corpus em favor de Antônio Rufino de Oliveira.
 - Notação: C8.0.HCO.0335. Habeas-corpus em favor de Perfecto Arlindo Vasquez Vidal.

Arquivo Histórico Municipal de Salvador

- Fundo: Prefeitura Municipal.
 - Seção: Fiscalização Geral. Estante 84, Prateleira 01. Documentos avulsos (1934-1951).

Fontes Impressas

AMADO, Jorge. *Suor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BRANCO, Eurico Castelo. *Anotações às leis de segurança e economia popular*. Legislação, jurisprudência, doutrina. Rio de Janeiro: Livraria Jacinto Editora, 1940.

CAMPOS, Francisco. O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico Disponível em: <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Francisco%20Campos-1.pdf>. Acesso em: 16 mai 2016.

COMISSÃO DO PLANO DA CIDADE DO SALVADOR. *Semana de Urbanismo de 1935*. Conferências. Bahia: Graphica da Bahia, 1937.

LYRA, Roberto. *Crimes contra a economia popular*. (Doutrina, Legislação e Jurisprudência). Rio de Janeiro: Livraria Jacinto, 1940.

MATOS, Ariovaldo. *Corta-braço*. 2ª ed. Salvador: EGBA / Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1988.

VIANNA, Hildegardes. *A Bahia já foi assim*. (Crônica de costumes). São Paulo: GRD, 1979.

_____. *Antigamente era assim*. Rio de Janeiro: Record; Salvador: FUNCEB, 1994.

REFERÊNCIAS

- BALZ, Christiano Celmer. *O Tribunal de Segurança Nacional: Aspectos legais e doutrinários de um tribunal da Era Vargas (1936-1945)*. Dissertação de Mestrado do Centro de Pós-Graduação em Direito. Florianópolis: UFSC, 2009.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da imprensa: Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BASTOS, Pedro Pauo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Fonseca (Org.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BILAC, Elisabeth Doria. *Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Vol 1. 11 ed. Brasília: Editora UNB, 1998,
- BRANDÃO, Maria Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.
- BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. *Geografias da presença galega na cidade da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2005.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): A revolução francesa da historiografia*. 2 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.
- CÂMARA, Marcelo Barbosa. *Cultura Política – Revista Mensal de Estudos Brasileiros (1941 a 1945): um voo panorâmico sobre o ideário político do Estado Novo*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais na PUC/SP. São Paulo: PUC, 2010.
- CANDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no Varguismo e no Peronismo*. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- CAPELATO, Maria Helena. O controle da opinião e os limites da liberdade: imprensa paulista (1920-1945). *Revista Brasileira de História*, v. 12, n. 23/24, 1991/1992.
- CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976a.
- CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976b.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Vol. 1. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

_____. A operação histórica. In. LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre.(dir.) *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *A História Contada*. Rio de

CHALHOUB, Sidney. *A cidade febril*. Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. 3ªed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, 2007.

CRUZ, Luiz Antônio Pinto. “A guerra já chegou entre nós”! O cotidiano de Aracaju durante a Guerra Submarina (1942 -1945). Mestrado em História Social. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA, Salvador, 2013.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial; EDUSP, 2000.

D’ARAÚJO, Maria Celina (Org). *Getúlio Vargas*. (Série perfis parlamentares). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011, p. 451. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/getulio-vargas/perfil-parlamentar-de-getulio-vargas>. Acesso em: 20 jun 2016.

DELUMEAU, Jean. O silêncio sobre o medo. In: DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo do nacional estatismo, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo da experiência democrática, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. “Eu vou para a Bahia”: a construção da regionalidade contemporânea. *Bahia Análise & Dados*, Salvador-BA, SEI, v. 9. n.4 p. 24-37, 2000.

FREITAS, Mirian Tereza M. G. de. *Populismo e carestia (1951-1954)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Salvador: FFCH/UFBA, 1985.

GOMES, Ângela de Castro. (Org.) *Regionalismo e Centralização Política: partidos e constituinte nos anos trinta*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

HIME, Gisely Valentim Vaz Coelho. *A propagação da cultura norte-americana no jornalismo brasileiro dos anos 1930*. In: XXXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – Caxias do Sul, RS, Set 2010.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

- LEITE, Rinaldo C. *E a Bahia civiliza-se*. Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana. Salvador (1912-1919). Dissertação de mestrado em História Social FFCH/UFBA. Salvador: UFBA, 1996.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. São Paulo: Papyrus, 1986,
- LINS, Rafael Quintela Alves. *A cidade ferve e o bicho espreita: os dominantes e a política em Feira de Santana (1945-1964)*. Mestrado em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2014.
- MARX, Karl. Para a crítica da economia política. (Coleção os Economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MATTOSO, Katia M de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.
- MERRILL, Michael. A transformação maior: E.P. Thompson, economia moral, capitalismo. *História e Perspectivas*, Uberlândia, nº especial, jan/jun 2014.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Brasil Projeções do Agronegócio 2011/2012 a 2021/2022. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/>. Acesso em 15 ago 2015.
- MORENO, José Ricardo. *Açambarcadores e famélicos: fome, carestia e conflitos, em Salvador (1858 a 1878)*. Tese de Doutorado e História. Rio de Janeiro: UFF, 2015.
- NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. A busca de auto-suficiência em farinhas panificáveis. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)*. São Paulo. Vol. 30, 1989.
- NEGRO, A. L. e SILVA, S. (orgs.); E. P. Thompson. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2012.
- NUNES NETO, Francisco Antonio. A condição social das lavadeiras (1930-1939): quando a História e a Literatura se encontram. Mestrado em História Social. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA, Salvador, 2005.
- NUNES NETO, Francisco Antônio. *A condição social das lavadeiras (1930-1939): quando a História e a Literatura se encontram*. Mestrado em História Social. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA, Salvador, 2005.
- O'DONNELL, Guillermo et al. *O Estado autoritário e os movimentos populares*. (Coleção Estudos latino-americanos). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- PALAMARTCHUK, Ana Paula. Jorge Amado: um escritor das putas e vagabundos? In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs.) *A história contada: capítulos de história social da literatura do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- PANDOLFI, Dulce. (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- PINHEIRO, Israel. A política na Bahia: atrasos e personalismos. *Ideação*, Feira de Santana, n.4, p.49-78, jul./dez. 1999.

REIS, João José; AGUIAR, Márcia Gabriela. “Carne sem osso e farinha sem caroço”: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. *Revista de História*, São Paulo/ USP, n. 135, p. 154, 1996.

RUDÉ, George. *A multidão na História*. Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. *Formas Urbanas: cidade real e cidade ideal*. Contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. Salvador: Quarteto Editora/PPGAU, 1999.

SAMPAIO, C. N. *Poder e Representação*. O Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 1992.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *O poder Legislativo da Bahia: Primeira República (1889-1930)*. Salvador: Assembleia Legislativa, UFBA, 1985.

SANTOS, Mário Augusto Silva. *A República do Povo: sobrevivência e tensão (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2001.

_____. O tema do abastecimento na historiografia baiana: uma avaliação. In: *Universitas*. Cultura. Salvador: n. 35, jan/mar 1986.

SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição*. Luta Política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1939). Salvador: EDUFBA, 2011.

SMITH, Adam. *Riqueza das Nações*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

SOSA, D. *Imprensa e História*. *Biblos*, Rio Grande, v.19, p. 109-125, 2006.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade. Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. A formação da classe operária inglesa. A maldição de Adão. Vol.2. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. O domínio da lei. In: THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *Os Românticos – A Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

UZEDA, Jorge. *O aguaceiro da modernidade na cidade do Salvador (1935-1945)*. Tese de doutorado em História Social FFCH/UFBA. Salvador: UFBA, 2006.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Materialismo*. São Paulo: EDUNESP, 2011.

ANEXOS

1. Custo da alimentação dos municípios das capitais (1940-1944)

III — CUSTO DA ALIMENTAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DAS CAPITALS

1. VARIAÇÃO SEMESTRAL — 1940/44

CAPITAIS	NÚMEROS ÍNDICES (1935 = 100)										
	1940		1941		1942		1943		1944		
	Janeiro	Julho	Janeiro	Julho	Janeiro	Julho	Janeiro	Julho	Janeiro	Julho	Dezembro
Manaus.....	129	137	140	150	147	158	181	197	187	243	290
Belém.....	139	148	136	156	157	176	210	251	256	318	326
São Luís.....	139	...	144	150	152	162	176	181	193	228	233
Terosina.....	122	120	161	144	182	171	209	188	227	217	250
Fortaleza.....	122	121	127	132	140	168	201	204	216	237	227
Natal.....	127	131	135	135	153	167	221	219	275	283	298
João Pessoa.....	106	107	131	127	126	143	138	...	239	259	263
Recife.....	151	148	158	150	169	183	198	205	285	291	289
Maceió.....	105	116	128	129	157	166	188	187	204	262	236
Aracaju.....	127	127	132	137	158	174	174	187	201	249	267
Salvador.....	140	136	139	144	162	171	178	204	236	261	280
Belo Horizonte.....	122	122	116	134	130	139	169	185	204	265	319
Vitória.....	113	101	99	103	137	140	159	160	205	238	254
Niterói.....	112	121	125	137	151	187	170	189	216	229	272
Rio de Janeiro.....	108	114	118	124	133	134	141	149	187	222	265
São Paulo.....	141	142	148	152	154	164	174	182	211	249	276
Curitiba.....	...	121	111	129	139	142	152	149	180	229	273
Florianópolis.....	112	111	115	119	142	135	136	140	171	194	215
Pôrto Alegre.....	115	115	109	119	139	134	145	153	184	182	196
Cuiabá.....	117	137	147	163	152	159	155	202	179	226	313
Goiania.....	113	127	106	137	127	157	159	166	192	228	280

FONTE — Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho.

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil (1941-1945)

2. Decreto-lei nº 869 de 18 de novembro de 1938

Define os crimes contra a economia popular sua guarda e seu emprego

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Serão punidos na forma desta lei os crimes contra a economia popular, sua guarda e seu emprego.

Art. 2º São crimes dessa natureza:

I - destruir ou inutilizar, intencionalmente e sem autorização legal, com o fim de determinar alta de preços, em proveito próprio ou de terceiro, matérias primas ou produtos necessários ao consumo do povo;

II - abandonar ou fazer abandonar lavouras ou plantações, suspender ou fazer suspender a atividade de fábricas, usinas ou quaisquer estabelecimentos de produção, ou meios de transporte, mediante indenização paga pela desistência da competição;

III - promover ou participar de consórcio, convênio, ajuste, aliança ou fusão de capitais, com o fim de impedir ou dificultar, para o efeito de aumento arbitrário de lucros, a concorrência em matéria de produção, transporte ou comércio;

IV - reter ou açambarcar matérias primas, meios de produção ou produtos necessários ao consumo do povo, com o fim de dominar o mercado em qualquer ponto do país e provocar a alta dos preços;

V - vender mercadorias abaixo do preço de custo com o fim de impedir a concorrência;

VI - provocar a alta ou baixa de preços, títulos públicos, valores ou salários por meio de notícias falsas, operações fictícias ou qualquer outro artifício;

VII - dar indicações ou fazer afirmações falsas em prospectos ou anúncios, para o fim de subscrição, compra ou venda de títulos, ações ou quotas;

VIII - exercer funções de direção, administração ou gerência de mais de uma empresa ou sociedade do mesmo ramo de indústria ou comércio com o fim de impedir ou dificultar a concorrência;

IX - gerir fraudulentamente ou temerariamente bancos ou estabelecimentos bancários, ou de capitalização; sociedades de seguros, pecúlios ou pensões vitalícias; sociedades para empréstimos ou financiamento de construções e de vendas de imóveis a prestações, com ou sem sorteio ou preferência por meio de pontos ou quotas; caixas econômicas; caixas Raiffeisen; caixas mútuas, de beneficência, socorros ou empréstimos; caixas de pecúlio, pensão e aposentadoria; caixas construtoras; cooperativas; sociedades de economia coletiva, levando-as à falência ou à insolvência, ou não cumprindo qualquer das cláusulas contratuais com prejuízo dos interessados;

X - fraudar de qualquer modo escriturações, lançamentos, registros, relatórios, pareceres e outras informações devidas a sócios de sociedades civis ou comerciais, em que o capital seja fracionado em ações ou quotas de valor nominativo igual ou inferior a 1:000\$000, com o fim de sonegar lucros, dividendos, percentagens, rateios ou bonificações, ou de desfalcas ou desviar fundos de reserva ou reservas técnicas.

Pena: prisão celular de 2 a 10 anos e multa de 10:000\$000 a 50:000\$000.

Art. 3º São ainda crimes contra a economia popular, sua guarda e seu emprego:

I - celebrar ajuste para impor determinado preço de revenda ou exigir do comprador que não compre de outro vendedor;

II - transgredir tabelas oficiais de preços de mercadorias;

III - obter ou tentar obter ganhos ilícitos, em detrimento do povo ou de número indeterminado de pessoas, mediante especulações ou processos fraudulentos ("bola de neve", "cadeias", "pichardismo", etc.);

IV - violar contrato de venda a prestações, fraudando sorteios ou deixando de entregar a coisa vendida, sem devolução das prestações pagas, ou descontar destas, nas vendas com reserva de domínio, quando o contrato fôr rescindido por culpa do comprador, quantia maior do que a correspondente à depreciação do objeto;

V - fraudar pesos ou medidas padronizados em lei ou regulamento; possuí-los ou detê-los, para efeitos de comércio, sabendo estarem fraudados.

Pena: prisão celular de 6 meses a 2 anos e multa de 2:00\$000 a 10:000\$000.

Art. 4º Constitue crime da mesma natureza a usura pecuniária ou real, assim se considerando:

a) cobrar juros superiores à taxa permitida por lei, ou comissão ou desconto, fixo ou percentual, sobre a quantia mutuada, além daquela taxa;

obter ou estipular, em qualquer contrato, abusando da premente necessidade,

b) inexperiência ou leviandade da outra parte, lucro patrimonial que exceda o quinto do valor corrente ou justo da prestação feita ou prometida.

Pena: 6 meses a 2 anos de prisão celular e multa de 2:000\$000 a 10:000\$000.

§ 1º Nas mesmas penas incorrerão os procuradores, mandatários ou mediadores que intervierem na operação usurária, bem como os cessionários do crédito usurário que, cientes de sua natureza ilícita, o fizerem valer em sucessiva transmissão ou execução judicial.

§ 2º São circunstâncias agravantes do crime de usura:

I - ser cometido em época de grave crise econômica;

II - ocasionar grave dano individual;

III - dissimular-se a natureza usurária do contrato;

IV - ser praticado:

a) por militar, funcionário público, ministro de culto religioso; por pessoa cuja condição econômico-social seja manifestamente superior à da vítima;

b) em detrimento de operário ou de agricultor; de menor de 18 anos ou de deficiente mental, interditado ou não.

V - a reincidência.

§ 3º A estipulação de juros ou lucros usurários será nula, devendo o juiz ajustá-los à medida legal, ou, caso já tenha sido cumprida, ordenar a restituição da quantia paga em excesso, com os juros legais a contar da data do pagamento indevido.

Art. 5º Quando qualquer dos crimes definidos nesta lei fôr praticado em nome de pessoa jurídica, o Ministro da Justiça e Negócios Interiores poderá interditá-la, uma vez passada em julgado a sentença, sem prejuízo da sanção imposta aos responsáveis.

Art. 6º Os crimes definidos nesta lei são inafiançáveis e serão processados e julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional. Neles não haverá suspensão da pena nem livramento condicional.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETÚLIO VARGAS
Francisco Campos

3. Decreto-lei nº 4.750 de 28 de setembro de 1942

Mobiliza os recursos econômicos do Brasil, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, tendo em vista o que dispõe o decreto número 10.358, de 31 de agosto de 1942, e usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Ficam mobilizados, a serviço do Brasil, todas as utilidades e recursos econômicos existentes no território nacional, seja qual for a sua origem, caráter, propriedade ou vínculo de subordinação.

Parágrafo único. Inclui-se na mobilização o trabalho humano.

Art. 2º Para orientar a mobilização a que se refere o artigo anterior o Presidente da República designará um Coordenador da Mobilização Econômica, que lhe será diretamente subordinado.

Parágrafo único. Se a designação recair em servidor do Estado, ser-lhe-ão assegurados, enquanto em exercício, todos os direitos e vantagens do cargo ou função.

Art. 3º Ao Coordenador da Mobilização Econômica, como delegado do Presidente da República, competem, em geral, as atribuições de coordenação indispensáveis para:

I - Orientar a mineração, a agricultura, a pecuária e a indústria em geral, no sentido de habilitá-las a produzir, com a máxima eficiência, os materiais e produtos mais necessários e urgentes;

II - Controlar, através da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, a importação e a exportação de matérias primas, produtos semi-manufaturados e manufaturados, atendendo às conveniências e necessidades das forças armadas, do serviço público e do povo em geral;

III - coordenar os transportes no território nacional e para o exterior;

IV - planejar, dirigir e fiscalizar o racionamento de combustíveis e energia; V - intervir no mercado do trabalho, determinando a utilização de mão de obra, no tempo e lugar próprios;

VI - investigar o custo, os preços e os lucros das mercadorias, materiais e serviços;

VII - fixar os preços máximos, mínimos e básicos, ou os limites de preço pelos quais as mercadorias ou materiais devem ser vendidos ou os serviços devem ser cobrados;

VIII - proibir a compra, venda ou fornecimento em base diferente dos preços fixados;

IX - determinar as condições de venda de mercadorias;

X - exigir dos produtores, fabricantes e demais negociantes e fornecedores de mercadorias as licenças que se fizerem necessárias;

XI -, fixar ou limitar a quantidade de qualquer mercadoria a ser vendida, fornecida ou distribuída ao consumo público bem como dos serviços a serem prestados;

XII - levantar e coordenar dados estatísticos relativos a preços, custos e estoques de mercadorias;

XIII - estudar e propor qualquer medida tendente a assegurar a defesa da economia da Nação.

Art. 4º Para o desempenho de suas atribuições, fica, ainda, o Coordenador da Mobilização Econômica autorizado a:

I - baixar normas para o exercício das atividades da administração pública ou das entidades privadas, assumindo a direção destas, quando necessário;

II - promover a aquisição, empréstimo ou locação de materiais e equipamento necessários à instalação de novas indústrias ou à manutenção e expansão das atuais;

III - requisitar mercadorias ou serviços, promovendo a distribuição daquelas pelos centros de consumo ou retendo-as para formação de estoques;

IV - promover a mais estreita colaboração entre os órgãos da administração pública, inclusive para-estatais e autárquicos, federais, estaduais e municipais, bem como desses com as organizações privadas;

V - executar todos os atos necessários e próprios à salvaguarda do interesse popular e ao maior rendimento das utilidades e recursos econômicos.

Art. 5º A ação do Coordenador da Mobilização Econômica se exercerá em todo o território nacional, através dos órgãos da administração federal, estadual e municipal.

Art. 6º Qualquer pessoa que se opuser à execução das ordens do Coordenador da Mobilização Econômica, ou criar embaraços à sua ação, será punido com a pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa até 100:000\$0.

Parágrafo único. Competirá ao Tribunal de Segurança Nacional o julgamento do crime previsto neste artigo.

Art. 7º Fica extinta a Comissão de Defesa da Economia Nacional.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1942, 121º da Independência e 54º da República.

GETÚLIO VARGAS

A. de Souza Costa

Alexandre Marcondes Filho

Eurico G. Dutra

Henrique A. Guilhem

João de Mendonça Lima

Oswaldo Aranha

Apolonio Salles

Gustavo Capanema

J. P. Salgado Filho